



José Joaquim Costa Forte

**Imprensa, Movimentos Operários e Política.
O Caso do Jornal *Perspectiva*
1974-1976**

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão





Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

José Joaquim Costa Forte

**Imprensa, Movimentos Operários e Política.
O Caso do Jornal *Perspectiva*
1974-1976**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação do

Professor Doutor Pedro Miguel Tereso Magalhães

janeiro de 2025

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual
CC BY-NC-SA

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o produto de uma incursão académica fora de tempo, longa e demorada - por isso, sem pretensões de ser exemplar -, marcada por perdas familiares e por aqueles frémitos cronológicos que estremecem a humanidade. Não teria sido possível, de todo, sem o apoio e o impulso, nos momentos certos, da Emília, a quem dedico esta dissertação, essenciais para a prossecução desta pequena odisseia numa idade que as convenções destinam a tranquilidades remansosas ou a estrelatos bem-sucedidos.

À minha mãe, Sofia, a quem os anos de fábrica retiraram a vivacidade da infância e da juventude.
Ao meu pai, David, a quem a fábrica ceifou mais do que os anos.
A ausência de ambos é apenas física.

À minha irmã Manuela, que viveu o que aqui se conta, de quem retive, anos fora, os relatos sobre o jornal *Perspectiva* e aqueles tempos de juventudes inquietas em terras de letargia modorrenta. Entre a exaltação de um tempo que parecia franquear as portas do céu e a normal manifestação de nostalgia, acompanharam a minha adolescência e juventude. E também ao Horácio. A ambos pelo incentivo e por sempre terem encarado como pertinente um trabalho que alguma preguiça da instantaneidade poderia levar a considerar arqueologia histórico-política;

Aos meus irmãos e irmãs que de uma forma ou de outra passaram pela fábrica e que guardarão fiapos de memória de muito do que aqui se escreve.

Ao Professor Doutor Pedro Tereso Magalhães, por ter insuflado ânimo quando quase soçobrava ao desalento.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

STATEMENT OF INTEGRITY

I hereby declare having conducted this academic work with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of undue use of information or falsification of results along the process leading to its elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged the Code of Ethical Conduct of the University of Minho.

IMPrensa, MOVIMENTOS OPERÁRIOS E POLÍTICA.

O CASO DO JORNAL *PERSPECTIVA* - 1974-1976

RESUMO

Esta dissertação tem por base o estudo de caso do jornal *Perspectiva*, publicado entre 1974 e 1976, em Joane. A partir da análise deste jornal operário e politizado estabelecemos ligações entre o processo de elisão dos trabalhadores dos partidos, secundarizados em detrimento de causas contemporâneas, e o crescimento das forças extremistas e as recomposições no quadro tradicional da representação partidária.

Partimos de uma perspectiva *de baixo* – em relação ao centralismo da capital e ao prisma escolhido, um pequeno mensário regional feito por trabalhadores fabris, a partir de uma localidade do Vale do Ave. O *Perspectiva* é um exemplo de jornal usado como expressão da consciência de classe e meio de disseminação de ideias políticas, impulsionado pelo recrudescimento dos movimentos sociais que se seguiu à Revolução dos Cravos.

Da análise de conteúdo das edições do jornal perpassa evidente a efervescência social que caracterizou os anos de revolução, o designado “Verão Quente” de 1975, conhecido por Processo Revolucionário em Curso, ainda hoje alvo de investigações e (re)leituras por parte da História e da Ciência Política.

Palavras-chave: Imprensa Operária, Movimentos Operários, Política, Jornal *Perspectiva*

**WORKERS PRESS AND REVOLUTIONARY POLITICS.
THE CASE OF *PERSPECTIVA* NEWSPAPER - 1974-1976**

ABSTRACT

This dissertation is based on the case study of the newspaper *Perspectiva*, published between 1974 and 1976 in Joane, a small industrial town in Northern Portugal. From the analysis of this labour-oriented and politicised newspaper, we attempt to create the connections between the exclusion of workers from political parties, being secondary to contemporary causes, and the growth of extremist forces and the rearrangements within the traditional framework of party representation.

We adopt a *bottom-up* approach — in relation to the centralism of the capital and the chosen viewpoint, a small regional monthly newspaper produced by factory workers from a locality in the Vale do Ave. *Perspectiva* is an example of a newspaper used as an expression of class consciousness and a means of disseminating political ideas, spurred on by the upsurge of social movements that followed the Carnation Revolution.

An analysis of the content of the newspaper editions clearly reflects the social unrest that characterised the revolutionary years, the so-called "Hot Summer" of 1975, known as the Ongoing Revolutionary Process (PREC), and which remains until today the object of research and (re)interpretations by History and Political Science.

Keywords: Workers' Press, Workers' Movements, Politics, *Perspectiva* Newspaper.

ÍNDICE GERAL

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
PERSPECTIVA INTRODUTÓRIA	1
ABERTURA.....	2
PERSPECTIVA 1 MOVIMENTOS E JORNAIS E OPERÁRIOS	20
1. Movimentos Operários	20
1.1 Onde incide a luz?	23
1.2 A Classe Operária	24
1.3. A Marcha do Operariado.....	26
1.4. Vale do Ave: submissos e dóceis	30
2. Imprensa Operária.....	37
2.1. Jornais queimados	38
2.2. Dos artistas ao proletariado.....	39
2.3. Em nome dos operários	41
2.4. O estudo da imprensa operária	42
2.5. Conteúdo e organização	46
PERSPECTIVA 2 TEMPO E LUGAR.....	49
1. O lugar.....	50
2. Controlo operário.....	53
3. A Divina Surpresa	56
3.1. Uma estação quente	58
3.2 Radicalidade e moderação.....	61
4. Aqui na Terra.....	64
5. Teatro e Jornal.....	66
PERSPECTIVA 3: ESTUDO DE CASO	69
1. Breve perspectiva do jornalismo em Portugal	74
2. Quadro de ideias políticas.....	77
3. Jornal (em) Perspectiva	78

3.1 Organização do jornal.....	85
3.2 Perspectiva ideológica	86
3.3 Moral e costumes	92
3.4 Mobilização e consciencialização operária	95
4. Memória e história oral.....	97
4.1 Testemunho	99
5. O fim da aventura	100
6. Galeria de protagonistas	102
7. Análise quantitativa de conteúdo	105
8. Ficha de Identificação.....	110
9. Cronologia	111
CONCLUSÃO.....	114
ANEXOS.....	120
Bibliografia.....	127

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1	O Quarto Estado	02
FIGURA 2	Editorial <i>Perspectiva</i> nº 2	80
FIGURA 3	Os Leitores Participam	82
FIGURA 4	<i>Perspectiva</i> nº 8 (Pormenor)	85
FIGURA 5	<i>Perspectiva</i> nº 1 Greve Mabor	90
FIGURA 6	Logótipo do <i>Perspectiva</i>	110

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1	Povo	106
QUADRO 2	Operários	107
QUADRO 3	Fascista / Fascismo	107
QUADRO 4	Trabalhadores	108
QUADRO 5	Luta	108
QUADRO 6	Exploração / Exploradores	109
QUADRO 7	Reação	109
QUADRO 8	Socialista / Socialismo	109

LISTA DE SIGLAS

AD – Aliança Democrática
APU – Aliança Povo Unido
ASDI – Ação Social-Democrata Independente
CDS – Centro Democrático Social
CDU – Coligação Democrática Unitária
CIA – Central Intelligence Agency
CGT – Confederação Geral do Trabalho
CMLP – Comité Marxista-Leninista Português
FAP – Frente de Ação Popular
FEC-ML – Frente Eleitoral Comunista – Marxista-Leninista
FEPU – Frente Eleitoral Povo Unido
FUP – Força de Unidade Popular
GDUP – Grupos Dinamizadores da Unidade Popular
JOC – Juventude Operária Católica
JSN – Junta de Salvação Nacional
MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDP – Movimento Democrático Português
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MIRN – Movimento Independente para a Reconstrução Nacional
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
OCMLP – Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCP – Partido Comunista Português
PDC – Partido da Democracia Cristã
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
POUS – Partido Operário da Unidade Socialista
PPD – Partido Popular Democrático
PREC – Período Revolucionário Em Curso
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado
PS – Partido Socialista
PSR – Partido Socialista Revolucionário
RAL 1 – Regimento de Artilharia Ligeira 1
SNI – Serviço Nacional de Informação
UDP – União Democrática Popular
UEDS – União de Esquerda Socialista Democrática

PERSPECTIVA INTRODUTÓRIA

“Política: Tudo o que diz respeito à vida dos homens e à forma de viver uns com os outros”.

Perspectiva, n.º 3, Ano I, julho de 1974, p. 8

“A política baseia-se na pluralidade dos homens (...) ocupa-se da coexistência e da associação dos homens diferentes.”

Hannah Arendt, O que é a Política?

“Nós (trabalhadores) que transformamos e recriamos o mundo, temos uma força imensa, invencível.”

Perspectiva, n.º 2, Ano I, agosto de 1974, p. 8.

“O meu pai dizia que se nós, trabalhadores, percebêssemos o poder que temos, se confiássemos em usá-lo, poderíamos mudar o mundo.”

Diálogo do filme “The Old Oak” de Ken Loach, 2023

“A História ensina-nos que o homem não teria alcançado o possível se, muitas vezes, não tivesse tentado o impossível.”

Max Weber, The Profession and Vocation of Politi

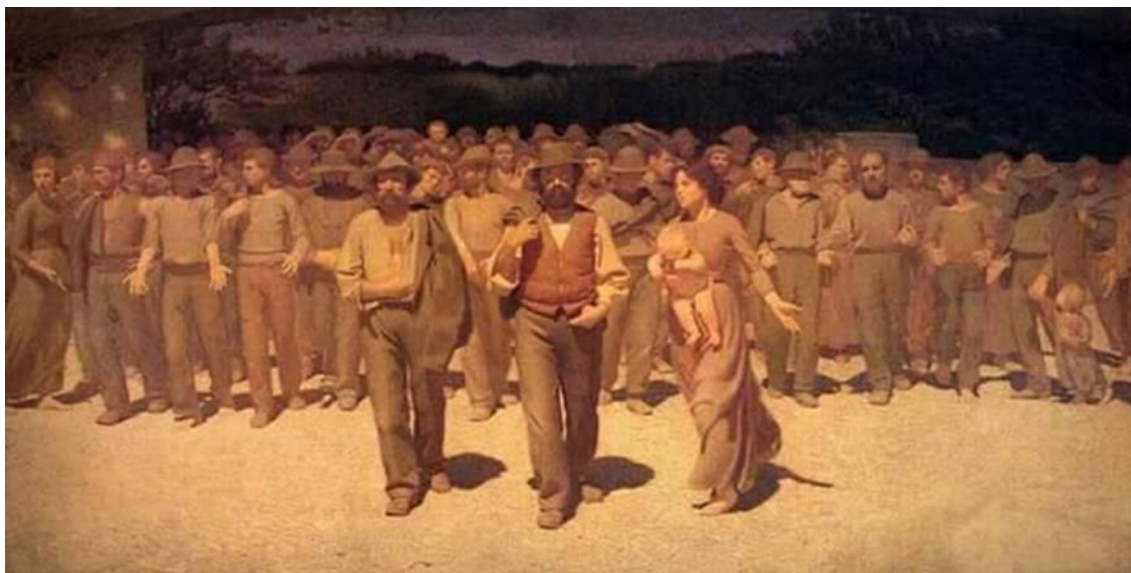


Figura 1 *O Quarto Estado*, pintura de Giuseppe Pellizza da Volpedo (1868-1907)

ABERTURA

Uma das imagens icônicas do filme *Tempos Modernos*¹ de Charles Chaplin (1889-1977) mostra-nos o operário protagonista, papel interpretado pelo próprio realizador, a ser “engolido” por uma complexa e sinuosa máquina industrial. Trata-se de um episódio eivado de um certo onirismo sem deixar de ser interpelativo, simultaneamente crítico dos meandros das inovações tecnológicas e da peça na engrenagem industrial que é o trabalhador. A deglutição pela máquina do operário inadaptado, que na sua aparente inépcia manifesta resistência contra o cientificismo posto ao serviço do desenvolvimento industrial – em última instância, contra o sistema capitalista –, sempre teve, para o autor deste trabalho, uma leitura despida de significâncias subliminares, oníricas ou para-filosóficas. Quer na versão de imagem estática quer na do filme 24 imagens por segundo, ela passou a ser uma outra forma de memorar aqueles homens e mulheres “tragados” literalmente pela maquinaria industrial – mortos uns, estropiados muitos outros –, em particular o meu pai, protagonista não de um onirismo quase burlesco, de filme mudo, antes de uma ambiência devedora do neo-realismo², abocanhado pela frieza metálica da máquina, esquartejado naquela

¹ *Modern Times*, no original, é um filme norte-americano de 1936 realizado, produzido e escrito por Charles Chaplin.

² O movimento neo-realista em Portugal surge após a II Guerra Mundial, por ação de intelectuais inspirados pela utopia marxista que prometem lutar pela emancipação social das classes mais desfavorecidas, afirmar uma poética de cariz político e social, para validar a tese aristotélica da política em todos os gestos humanos e artísticos. A partir de David Santos, Catálogo da exposição *A coragem da gota de água é que ousa cair no deserto*, Museu do Neo-realismo, Vila Franca de Xira. Visitada pelo autor.

madrugada de trabalho, há quarenta anos, numa das mais importantes fábricas têxteis do Vale do Ave. Pondo de lado “mistificações dialéticas”, antes adotando o prisma daquele operário corticeiro e das suas memórias nos idos de 1978³, confesso uma propensão para as coisas claras e simples, sem que tal deva ser entendido, claro, como aversão aos mecanismos de produção académica e ao mínimo rigor exigido a trabalhos desse jaez. Lembrando Ortega y Gasset (1833-1965), somos nós e as circunstâncias, e a partir daquela aurora brumosa, do ruir da delicadoce infância, a cena chaplinesca deixa de ser apenas a “metáfora do operário engolido pela máquina”, simbolismo da apropriação do trabalhador por parte do capital⁴, para ser, também, uma evocação de muitos outros casos concretos, não metafóricos nem oníricos, da inserção do Homem na estrutura laboral, tão complexa como a maquinaria do filme.

Naqueles anos de 1980, em que Portugal começa a vestir fato e gravata para trilhar a modernidade europeia⁵, tal como muito antes, nas fábricas do início do século XX (Mónica, 1982), são comuns os acidentes de trabalho, encarados como espinhos da longa e acidentada *via crucis* dos trabalhadores ao longo da história, atapetada de mortes, não só nas lutas pela conquista de direitos cívicos, mas igualmente nos momentos de rutura. Valente (2010) e Varela (2023) lembram a lista dos operários mortos na revolução de 5 de outubro de 1910.

Tema arredado do ímpeto investigativo académico, vítima da vertiginosa sucessão de acontecimentos e do rolo compressor das novas tendências investigativas e editoriais, que interesse terá mergulhar nas lutas dos operários num tempo e lugar concretos – os anos da efervescência revolucionária portuguesa, numa parte da Bacia do Ave das fábricas têxteis e das marcas de roupa –, quando se grava na pedra das ideias o absolutismo do fim das vidas proletárias, numa abordagem a partir *de baixo*, de uma pequena localidade em relação ao centralismo do poder, tendo como âncora um pequeno jornal fadado ao esquecimento?

³ Escreve o operário José dos Reis Sequeira (1907-1999): “A minha escola revolucionária é quase toda jornalística, por isso pouco profunda e pouco filosófica”, in *Relembrando e comentando*, 1978, Lisboa. A Regra do Jogo, p. 27. Citado em *Cultura Juvenil Anarco-Sindicalista e Culturas Populares Urbanas em Portugal (1910-1940)*, Paulo E. Guimarães. In *Utopia, Anarquia e Sociedade. Escritos em homenagem a José Maria Carvalho Ferreira*. Rita Raposo, Isabel Mendes *et al* (coord). 2017, Edições Almedina.

⁴ *O Trabalho e as novas formas de alienação: o metabolismo da barbárie*, Sérgio Rêgo e Pedro Teixeira, in *Karl Marx, Legado, críticas e atualidade*. Fernando Bessa Ribeiro, Manuel Carlos Silva *et al* (org). Vila Nova de Famalicão, Húmus. 2022.

⁵ *Foi por ela*, letra de Fausto Bordalo Dias: *foi por ela que eu vesti fato e gravata / que o sol até nem me fez falta / foi por ela*. Disco *Para Além das Cordilheiras*, 1987. CBS Portugal.

O TRABALHO E A OFENSIVA NECROLÓGICA

Em *Portugal: do Autoritarismo à Democracia* (1999), Philippe C. Schmitter constata a existência nas Ciências Sociais de uma “tendência lamentável”: a de que só é relevante estudar a História e a Política dos grandes países. Quanto maior o objeto de estudo, mais reconhecimento suscitará, não só dos pares, mas também do sempre seletivo sistema mediático. O mesmo é válido para uma certa prática de considerar que em matéria de produção académica só o estudo de temas macro e centralistas, pela sua proximidade ao centro das sedes de poder (político ou de outra ordem), possuem pertinência investigativa, isto se os seus autores pretendem obter alguma visibilidade e ver franqueadas as portas ao *clic* da citação⁶.

O escopo desta dissertação é um tema que não frequenta muito as agendas da Ciência Política⁷. Como abordar a imprensa operária e os movimentos operários, que parecem tão anacrónicos face à digitalização inexorável do mundo (Han, 2022), tendo como base – estudo de caso – não um título de âmbito nacional ou emblemático, mas um pequeno projeto de uma proporcional localidade conhecida por força da demolição da sua igreja de origem românica⁸, em 1978?

Não se pretende envergar as vestes de “paleontólogo político” (Schmitter, 1999), até porque, a contracorrente, o tema das lutas operárias e do papel de quem vive da força do trabalho ainda não fossilizou e tem resistido à ofensiva necrológica de que tem sido alvo. O fim do trabalho e dos trabalhadores padece da mesma tendência obituária muito comum quando se trata de Democracia e de Deus⁹. Sem ter como móbil aprofundar o debate sobre o apagamento dos

⁶ “Considera-se que se um artigo foi citado muitas vezes será um artigo de qualidade científica e de referência. É a ferramenta mais usada para a avaliação de publicações científicas e de investigadores, sendo a base de cálculo para a maioria dos indicadores bibliométricos. Baseia-se na natureza cumulativa da ciência, conceito sedimentado na década de 70 do século XX.” in *Boletim das Bibliotecas da Universidade de Aveiro*. <https://blogs.ua.pt/bibliotecainforma/?p=1453>.

⁷ As agendas de Ciência Política são dominadas por estudos sobre o funcionamento do sistema político, dinâmicas de formação do governo, elites políticas, funcionamento parlamentar, campanhas eleitorais, opinião pública e o comportamento eleitoral”. In *Ciência Política à Portuguesa – A disciplina contada pelos seus protagonistas*, Camerlo, Andrés e Vaz-Pinto (org). 2020, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

⁸ “No dia 11 de março de 1978, pelas 06:00 horas (...) a Junta de freguesia, associada ao pároco e comissão fabriqueira, decidem actuar à margem das entidades competentes (...) dois *bulldozers* (...) destruíram por completo o velho templo, arruinando, para sempre, as pinturas a fresco e a cachorrada. Deste atroz derrube restou, junto aos escombros, a torre sineira...” in *Reflexões sobre o Património Destruido: A Igreja do Divino Salvador de Joane*, dissertação de Mestrado em Arquitectura de Daniela Sofia Matos Sousa, sob orientação do Professor Doutor João Cabeleira, UMinho, 2016. Sobre o tema ler Benjamim Salgado, *A Igreja do Divino Salvador de Joane. Apontamentos para a sua história*, livro publicado quatro dias após a demolição do edifício.

⁹ “Há muito tempo que discutimos sobre a vida e a morte da democracia, e o seu falecimento já foi anunciado quase tantas vezes como o de Deus ou o do homem”. Innerarity, Daniel. 2021: 29. *Uma Teoria da Democracia Complexa*. Lisboa, Ideias de Ler.

trabalhadores das preocupações políticas, este trabalho nem por isso deixa de aflorar, nesta parte introdutória, a interligação entre essa elisão e o crescimento das forças extremistas e as recomposições no quadro tradicional da representação partidária, num processo em que entra a perda de dignidade (Sandel, 2020) da classe que vive do trabalho (Antunes, 2018). Outra motivação é a de “acertar contas” com o passado tão só na medida em que ao arrepio do princípio heraclitiano sobre certas impossibilidades hídricas se pode contrapor a especulação distópica de que o futuro é o espelho do passado¹⁰, e que este, quando aprofundadamente dissecado pode operar mudanças políticas atuais (Varela e della Santa, 2023).

Esta dissertação é composta por três capítulos, a que chamamos Perspectivas e que são desenvolvidas na parte respeitante à Estrutura desta Introdução. A imprensa operária e os movimentos operários constituem a Perspectiva 1. A necessária delimitação é feita na Perspectiva 2: o médio Ave (concelhos de Vila Nova de Famalicão, Guimarães e Santo Tirso), com epicentro em Joane, constitui a delimitação geográfica; ao passo que, cronologicamente, centramo-nos no hiato temporal de 1974 a 1976, respeitante ao tempo de vida do jornal e que, grosso modo, é o correspondente ao chamado PREC, acrónimo que se vulgarizou a partir de 1975, síntese das múltiplas e rápidas mudanças que se seguiram ao golpe de estado de 25 de abril de 1974.¹¹

Por último, e central, a análise aprofundada ao jornal *Perspectiva*, à sua artesanal, brevíssima Introdução à Política sob um prisma do tempo, que constitui o Estudo de Caso deste trabalho, ocupa a Perspectiva 3.

Na Conclusão, além de algumas interpretações e ousadias especulativas, é feito o imprescindível resumo deste trabalho.

¹⁰ “(...) o futuro imediato tem grandes probabilidades de se parecer com o passado imediato (...) as mudanças tecnológicas rápidas (...) entre uma população onde a grande maioria dos indivíduos nada possui, têm tido sempre a tendência para criar uma confusão económica e social”. Aldous Huxley, prefácio à edição de 1946 de *Admirável Mundo Novo*, livro editado originalmente em 1932.

¹¹ Sobre o PREC, entre outros: Arquivos da Memória. Revista semestral do Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. *Portugal 1974 -1976. Processo Revolucionário em Curso*. n.º 12/13. Edições Colibri, Lisboa, 2002, pp. 11-21; *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976) Livro 1*, Santos, Coimbra, Cruzeiro. Edições Afrontamento, 1997; *Portugal, uma retrospectiva, 1974*, Ricardo Noronha, Luís Trindade, Rui Tavares (dir), Público e Tinta da China, 2019; *O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril*, Francisco Martins Rodrigues (coord), Edições Dinossauro, 1994.

ENQUADRAMENTO

Os tempos que vivemos, de *infocracia* (Han, 2022), desaconselham investigações a títulos de imprensa artesanais, balizados no tempo e na geografia, e às movimentações e lutas operárias. Entendemos, porém, que usar um jornal operário de província num trabalho de Ciência Política, se pode desafiar a ortodoxia, nos parece um pertinente ponto de partida para estabelecer ligações entre a desfocagem da classe trabalhadora das agendas político-partidárias e a evidência de uma espécie de transumância deste grupo para propostas extremadas ou abstencionistas. O “regime da informação” dominado por algoritmos e inteligência artificial está a provocar distorções e transtornos massivos no processo democrático, comandado já pelo entretenimento (idem). Estas mutações aprofundam o silenciamento de certos grupos e temas no sistema mediático, na atuação governamental e na ação político-partidária: em todos eles o *agenda setting* adapta-se àqueles que são, de acordo com a alta autoridade mediática, os temas que mais atingem os cidadãos eleitores. Uma das consequências é a *desfocagem* dos trabalhadores enquanto grupo privado de voz igual no governo. Numa argumentação de laivos orwellianos, Robert Dahl assinala que todos são iguais, mas alguns grupos têm mais influência do que outros no processo de decisão, o mesmo é dizer que os cidadãos não são iguais políticos, numa violação da igualdade política basilar da democracia. Razão pela qual o autor recorre aos lamentos de um liberal, em 1861, que hoje seriam classificados como radicais ou populistas: “Será que o Parlamento ou qualquer um dos seus membros por algum momento terá examinado alguma questão com os olhos de um trabalhador? Quando surge um assunto em que os trabalhadores têm um interesse, será ele examinado com olhos outros que não os dos empregadores do trabalho?”¹²

A preocupação do liberal Mill centra-se na luta reivindicativa pelo direito ao voto de uma imensa massa de pessoas, no século XVIII, mas não a torna desprovida de pertinência se transposta para contextos mais atualizados, de forma que até se poderia dizer, não sem ironia e recorrendo à História, que aos trabalhadores se aceitaria que fizessem troar a exigência de isenção fiscal perante a falta de representatividade!¹³

¹² Mill, John Stuart: *Considerations on Representative Government [1861]*, Nova York. Liberal Arts Press. 1958, p. 44. Citado em Dahl, Robert. 2001. *Sobre a Democracia*. Editora Universidade de Brasília.

¹³ “No taxation without representation” (Não à taxação sem representação) foi primeiramente adotado pelos colonos sob domínio inglês na Revolução Americana que levaria à independência dos Estados Unidos proclamada em 4 de julho de 1776.

De facto, os partidos, com poucas exceções, incluindo os da “nova esquerda” (Teixeira, 2020), reorganizaram os seus programas e retórica no mesmo sentido, secundarizando os trabalhadores em detrimento de causas contemporâneas: direito ao aborto, questões de género e dos imigrantes, ambiente e temas pacifistas (idem). A reorientação não é alheia ao declínio dos chamados partidos de massa que, por sua vez, abre caminho aos “partidos-bus”, indistintas agremiações político-partidárias (Traverso, 2012). “Socialmente em frangalhos, a memória de classe desapareceu num contexto onde os trabalhadores haviam perdido qualquer visibilidade pública; tornou-se uma espécie de memória velada” (idem: 43, 44).

Tomando como referência o modelo das clivagens sociais de Lipset e Rokkan¹⁴ quanto à formação dos sistemas partidários, centremo-nos naquela que opôs padrões a trabalhadores. A revolução industrial gerou massas assinaláveis de “assalariados” sujeitos a condições “árduas, atrozes e desumanas” nas fábricas e minas (Jalali, 2017: 25). Deste confronto surge a divisão entre esquerda, associada à defesa dos interesses dos trabalhadores, e direita, representante das classes proprietárias e privilegiadas (idem). Esta distinção clássica esbate-se cada vez mais.

Sem representação política proporcional à sua dimensão e importância, sintoma da indignidade a que são votados (Sandel, 2020), os trabalhadores deixam de ser o centro das atenções até mesmo dos chamados partidos trabalhistas e muitos encaram a retórica do novo populismo como um atrativo convite ao seu estatuto de derrotados da globalização.¹⁵ De facto, o ressentimento e a desigualdade abrem caminho ao mal-estar e ao que Empoli chama populismos em estado festivo que encaram os progressistas como “pedantes com o dedo mindinho alçado” (2023: 22), e ao ascenso da direita radical (em Portugal, Espanha, França e Alemanha parte desse crescimento deve-se ao desencantamento das classes populares e à consequente migração dos seus votos). Trata-se de uma questão de opções políticas (Piketty, 2021), já que as formas como as sociedades estruturam e distribuem as riquezas e os poderes resultam sempre de escolhas políticas que não são irreversíveis (idem). A explicação desta transferência de eleitores (ainda que de carácter sazonal) pode ter outros cambiantes. A adesão dos grupos populares a soluções de extrema-direita

¹⁴ Lipset, Seymour M e Rokkan, Stein. 1992. *Estruturas de clivagens, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores*, in Lipset, Seymour, *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva, pp 161-259.

¹⁵ *Quem vota na extrema-direita? O eleitorado do Chega e do Vox*. Ensaio de Luca Manucci, investigador da Universidade de Lisboa, autor do blogue populismobserver.com, e Lea Heyne, investigadora de atitudes políticas e comportamento eleitoral. Artigo online: <https://setentaquatro.pt/ensaio/quem-vota-na-extrema-direita-o-eleitorado-do-chega-e-do-vox>.

pode ser simples manifestação de instintos naturais humanos¹⁶ e reflexo da aplicação do livro de normas do populismo tal como preceituado por Cas Mudde, abrindo caminho para um debate longo, ainda não concluído, sobre quem, Hobbes ou Rousseau sai vencedor do duelo de perspectivas sobre a natureza humana.

A reconfiguração programática dos partidos, que tem efeitos na ação governativa, resulta na corrosão do estatuto económico e cultural dos trabalhadores (Sandel, 2022). Se a humanidade caminha, desde o final do século XVIII, em direção à igualdade, muito por força das lutas e das revoltas populares (Piketty, 2021), em matéria da representação parlamentar dos trabalhadores há um declínio muito acentuado, tornando o perfil dos atuais parlamentos europeus muito semelhante ao que prevalece no final do século XIX (Sandel, 2022). Em Portugal, segundo Pequito Teixeira (2009), a presença dos trabalhadores nas listas apresentadas pelos partidos às eleições legislativas é quase residual. Mesmo no PCP e na coligação por ele integrada (CDU), se há um número superior de trabalhadores industriais e agrícolas, os mesmos ocupam posições não elegíveis (o estudo em causa abrange o recrutamento parlamentar em Portugal entre 1990 e 2003, mas esta desatualização cronológica não é de molde a prejudicar a leitura que aqui se estabelece). Quanto aos partidos da “Nova-Esquerda”, mais do que a melhoria da posição económica das classes sociais desfavorecidas, apelam às gerações mais jovens e educadas e erguem o estandarte dos “valores ditos pós-materialistas” (Teixeira, 2009). Acresce que a memória que perdura da passagem de operários pelo Parlamento português, e que teve alguma notoriedade no imediato pós-25 de abril de 1974, é mediaticamente construída pelo prisma do episódio caricatural¹⁷, não muito diferente, portanto, da representação da classe trabalhadora em séries televisivas norte-americanas, como *Os Simpsons* e *Uma Família às Direitas* (Sandel, 2022). Esta reconfiguração é, também ela, evidência da captura da política pelo ascendente sistema comunicacional em que os algoritmos e as ferramentas da inteligência artificial têm relevância na determinação das orientações políticas (idem), e isso tem produzido alterações no campo da representatividade.

¹⁶ *As manhas que nos trouxeram aqui*, artigo de Fernanda Câncio, *Diário de Notícias*, 11-06-2024. Disponível online: <https://www.dn.pt/5087467756/as-manhas-que-nos-trouxeram-aqui/>

¹⁷ Sobre Américo Duarte, deputado da UDP, o primeiro a intervir na primeira sessão da Assembleia Constituinte, em 1975: <https://observador.pt/2015/04/18/americo-duarte-um-operario-no-seio-do-inimigo/>. Sobre Hermenegilda Pereira, deputada operária do PCP, no mesmo jornal: <https://observador.pt/2015/05/24/os-dois-deputados-temidos-da-constituente/>

Nos Estados Unidos é cada vez mais o Partido Republicano que representa os trabalhadores, legitimando a dúvida sobre se se está ou não perante uma nova formação partidária da classe laboriosa.¹⁸ Do lado dos Democratas os discursos depreciativos sobre as classes médias e baixas incentivam a essa transferência.¹⁹ Este paradoxo é perceptível noutras geografias onde os partidos de esquerda (ou centro esquerda) acolhem os eleitores com mais formação académica e mais rendimento (Sandel, 2022), corolário das “terceiras vias” que originaram o neoliberalismo de centro-esquerda ou thatcherismo de rosto humano (Innerarity, 2015). Os partidos tornam-se agremiações *de mercado* em busca de nichos, que tanto podem ser a recuperação do nacionalismo e das fronteiras, a perseguição a grupos étnicos e a reativação de um eugenismo disfarçado em discursos hagiográficos sobre valores cristãos²⁰ e adequam programas ao pulsar do momento. Razão pela qual são muito frequentes «contratações» de protagonistas que escapam aos mecanismos de formação interna dos partidos, que tanto podem ser um “avatar de carne e osso de um partido-algoritmo”²¹, comentadores ou académicos.²² A discussão do futuro dos partidos políticos “é um tópico recorrente” eivado de certa “musicalidade e redundância” (Tavares, s.d.) sem que perca validade a afirmação de Schattschneider (1942) sobre a inevitabilidade destas formações na governação representativa (Lisi, 2011), sintetizando “as vontades iguais de cada um dos indivíduos” (Kelsen, 2000). Em Portugal, cinquenta anos depois da Revolução que permitiu um vislumbre de democracia popular durante dezanove meses, ou uma antecâmara do inferno, depende da interpretação²³, culminando na consolidação franqueada por outro golpe, o de 25 de

¹⁸ *Can Democrats Reverse the Neoliberal Era's Dealignment?*, Hared Abbott e Milan Loewer, revista Jacobin, 03.13.2024.

¹⁹ “Generalizando de uma forma um tanto ou quanto grosseira, podíamos juntar metade dos apoiantes de Donald Trump no que eu chamo um grupo deplorável”. Declarações de Hilary Clinton em setembro de 2024. <https://www.publico.pt/2016/09/10/mundo/noticia/trump-exige-desculpas-de-hillary-clinton-por-insulto-aos-seus-apoiantes-1743763>

²⁰ *O crepúsculo dos partidos*, crónica de António Guerreiro no suplemento Y do jornal Público, 26 abril 2023.

²¹ Empoli, Giuliano da. 2019. *Os engenheiros do caos*. O autor refere-se ao comediante Beppe Grilo, do partido Movimento 5 Estrelas.

²² Sobre a transição da academia para a política, *Maior parte dos governantes vêm da Católica. ISCTE perde a liderança*, ECO, 13-04- 2024.

²³ *A História é uma interpretação que depende de quem a faz e de quem a escreve*. Maria Inácia Rezola, Comissária Executiva da Estrutura de Missão dos 50 anos do 25 de abril de 1974, Revista Bertrand. Abril de 2024. “*Não existe algo como um facto puro, inocente de interpretação. Por detrás de cada facto apresentado ao mundo há um julgamento (...) que este facto é importante, e que outros factos, omitidos, não são*”. Howard Zinn, 2015, *A People's History of the USA. 1492 – Present*. Harper Collins.

novembro – a democracia da gama Europa ocidental (Schmitter, 1999) não eliminou amplas bolsas de desencantamento por não responder às expectativas de grande parte dos cidadãos.²⁴

O regresso do fenómeno da ascensão da extrema-direita, reconfigurada, com novos alvos e pretextos – os ciganos, os imigrantes, os apoios sociais, as políticas de género, o marxismo cultural –, não é o renascer de qualquer movimento antigo, mas uma nova entidade que vai buscar ao populismo a sua força para tentar impor a sua agenda reacionária alimentada em contexto de democracia.²⁵ Combatê-la implica “adentrar na psicologia dos descontentes” que é “a verdadeira caixa negra da vida política.”²⁶ E do lado do descontentamento, ou do ressentimento, encontramos a grande massa de trabalhadores. O crescimento da extrema-direita em Portugal (o partido Chega elegeu meia centena de deputados nas eleições de março de 2024, ano dos 50 anos da Revolução dos Cravos levada a cabo contra um regime ditatorial) é fruto da sangria de eleitores de partidos de esquerda ou expressão de um forte setor de portugueses que perderam a vergonha (Valentim, 2024) depois de anos em estado cripto?²⁷

MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICA

Depois do século mais assassino de que temos registo (Hobsbawm, 1994), “marcado pela política e ameaçado pela economia” (Monedero, 2015:16), estaremos a viver o eclipse geral das utopias? (Traverso, 2018: 36). A marcha imparável do proletariado rumo à vitória tem sofrido perdas de monta às mãos do capitalismo florescente (Boltanski e Chiapello, 2009: 20), constituindo um rude golpe no quadro de proteção social conseguido num século de luta (idem), a que se junta a “seleção memorial” que relega as causas dos movimentos dos trabalhadores para um plano secundário (Pozzer, 2021). As narrativas hegemónicas que veiculam versões simplistas e

²⁴ O Índice de Perceção da Democracia inquiriu 63 000 pessoas de 53 países, entre fevereiro e abril de 2024. Na França, Grécia e Hungria a maioria dos inquiridos pensa que já não vive em democracias livres. Estudo disponível em: <https://www.allianceofdemocracies.org/wp-content/uploads/2024/05/DPI-2024.pdf>

²⁵ *Portugal está mal*, artigo de José Pacheco Pereira, jornal *Público*, edição de 13-04-2024.

²⁶ *Para ganhar a la extrema derecha*, artigo de Daniel Innerarity, jornal *El País*. 05-12-2023.

²⁷ “Tal como os católicos do Japão ou os judeus da Península Ibérica fizeram durante séculos, os eleitores podem manter-se no estado «cripto» por muitos anos”. Pedro Mexia, prefácio a *O fim da vergonha* de Vicente Valentim. Gradiva, 2024: 16.

reduzidas²⁸ raramente contemplam o ponto de vista dos trabalhadores (idem) – o enfoque é, invariavelmente, no lado positivo, quase hagiográfico, do empreendedorismo fabril.

Em contraciclo, assinala-se que os trabalhadores não são meros figurantes das evocações de empreendedores industriais da região, mas sim atores centrais, no espetáculo *Paisagem Efémera – Industrial e Urbana*, do Teatro da Didascália²⁹ e na peça *Eu uso Termotebe e o meu pai também*, de Ricardo Correia.³⁰ Por seu lado, a Igreja Católica, na aragem do papado de Francisco, ao mesmo tempo que enfrenta descontentamentos laborais internos³¹, recupera as linhas da sua doutrina social, sintetizadas na posição do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos em defesa dos “explorados no trabalho” que não se sentem reconhecidos e realizados nas suas tarefas e remunerações.³²

Se os mecanismos tradicionais de afirmação do ideário proletário – os jornais e outras publicações – parecem não ter lugar num tempo dominado pelo narcisismo das redes sociais (Han, 2021), em que, paradoxalmente, a disponibilidade ilimitada de informação cilindra a argumentação baseada em ideias (Crary, 2014: 70), essa mesma inexorabilidade da digitalização da sociedade pode potenciar o aparecimento de novas versões comunicacionais ao serviço dos trabalhadores?

Uma das respostas positivas pode ser a que tem em consideração a liberdade associada ao imenso naipe de oportunidades conferidas pela internet e ferramentas digitais para a manifestação e expressão de grupos sem poder financeiro, próprio ou enquadrado numa lógica cada vez mais comum de *sponsorização*. Há bons exemplos de que isso é possível³³, mas permanecem

²⁸ “O país democratizou-se automaticamente, com uma revolução sem sangue, ultra-consensual, que não teve uma única reacção negativa (fenómenos como a violência contra-revolucionária desaparecem para só dar lugar ao bombismo das FP25) e que depois de um breve período de alguma confusão, da responsabilidade de perigosos esquerdistas, entrou nos eixos da normalidade de uma democracia parlamentar, ocidental, caminho único e óbvio rumo ao progresso e à paz social.” Silva, Tiago Matos, 2002, citado em Maria Manuela Cruzeiro, *O 25 de abril de 1974. Memória da Revolução e Revolução da Memória*. Revista Lusófona de Estudos Culturais, Vol. 2, n.1, pp. 25-34.

²⁹ Fundado em 2008 em Joane. A peça, com direcção de Bruno Martins, centra-se em histórias de operários e foi apresentada na Fábrica Sampaio Ferreira, em Riba d’Ave.

³⁰ *Eu uso Termotebe e o meu pai também* (publicidade a uma camisola térmica dos anos 80, confeccionada numa fábrica de Barcelos) estreou em 2018 no Teatro Nacional D. Maria II, numa produção da Casa da Esquina, com texto e encenação de Ricardo Correia.

³¹ Funcionários do Vaticano preocupados com “terceirização e privatização” de serviços”. *Jornal 7 Margens*, 26-08-2024.

³² A Arquidiocese de Braga apela a mais sensibilidade da Igreja às condições de vida dos que são explorados no trabalho, têm profissões pouco valorizadas pela sociedade e não se sentem reconhecidos nas suas tarefas e remunerações. *Jornal Sete Margens*, 17-04-2024.

³³ *Jacobin* é uma plataforma com base nos EUA, oferece perspectivas socialistas sobre política, economia e cultura. A revista impressa é lançada trimestralmente e atinge 75 mil assinantes. A audiência na web é de mais de 3 milhões por mês. Fonte: www.jacobin.com

igualmente pertinentes as reservas daqueles que entendem que essas ferramentas nem sempre são fatores de “igualdade e democratização”, antes “artefactos para o desempoderamento” que suscitam “uma certa revolta popular.”³⁴ Sem minorizar estas reservas parece-nos sensato concluir que é na rede que ainda se podem encontrar os projetos de ativismo de causa³⁵ mais próximos das versões rudimentares do papel impresso de que é exemplo o jornal que constitui o estudo de caso desta dissertação.

Os protestos contra a uberização do trabalho, o receio da automação e robotização podem ser encarados como reactualizações do ludismo³⁶ do século XIX, em que artesãos e mestres de ofícios se erguem contra a introdução de maquinaria que colca em causa as suas artes e estatutos (Mónica, 1982). E o mesmo temor persiste em relação a perniciosos efeitos desse “mundo novo” na própria orgânica das democracias, pois não é do reino da distopia pensar que as máquinas e os algoritmos podem substituir as decisões humanas dizendo aos eleitores – com base nos *likes* e preferências nas redes sociais – em quem devemos votar (Innerarity, 2021).

A CENTRALIDADE DO TRABALHO

Arredado das prioridades de investigação nas academias, o estudo dos movimentos operários, das suas lutas e dos meios usados para a afirmação delas, não se nos afigura anacrónico, tampouco um objeto alienígena no terreno da Ciência Política – tão fecundamente ligada à História das Doutrinas e à Sociologia (Pasquino, 2002). Para dissipar dúvidas quanto à ligação entre as lutas operárias e a política de hoje, Isabel Lorey (2016) sugere que basta atentar na causa que as impulsiona – a precarização laboral. A precariedade, por um lado, impulsiona um novo ativismo

³⁴ “Em pouco tempo passámos do ciberentusiasmo para a tecnopreocupação (...) Há uma certa revolta popular contra a tecnologia: pensemos nos protestos contra a Uber, na preocupação com os acidentes dos carros autónomos ou nas suspeitas sindicais em matéria de robotização do trabalho. A rede, que foi saudada como impulsionadora da democratização, é agora vista como um espaço de intromissão seja no âmbito da privacidade ou dos processos eleitorais”. Daniel Innerarity, *Uma Teoria da Democracia Complexa*, 2021, Ideias de Ler, p. 385.

³⁵ Alguns exemplos: www.setentaequatro.pt; www.osindicato.pt, do Sindicato do Proletariado; www.basefut.pt, da Frente Unitária dos Trabalhadores; www.praxis.org.pt, plataforma de reflexão e debate sobre trabalho e sindicalismo.

³⁶ O ludismo surgiu no início do século XIX. Opunha-se à mecanização do trabalho considerando-a causa do desemprego e miséria social. Os operários assinavam as suas ações com *Ned Ludd*, libertador imaginário disposto a fazer justiça nos lugares mais distantes. Uma canção dos tecelões de Nottingham apresenta-o como o *grande verdugo*, cuja cólera não descansaria “até que todo o trabalho realizado se estabeleça com os velhos salários de antanho, segundo o costume e a lei” (Piqueras, 1995: 18,19).

operário, patente no aparecimento de estruturas informais e institucionalizadas de protesto, e por outro, conduz à migração de trabalhadores para a direita ideológica. Se já não é o mesmo do meados do século passado, nem por isso o proletariado está em vias de extinção. Incorpora também os precários e os trabalhadores hifenizados³⁷, e outras áreas que não as tradicionais (Antunes, 2018), com a cristalização daquilo a que vários autores chamam a proletarização de profissões intelectuais, como jornalistas, enfermeiros, professores³⁸, cumulativamente ameaçados pelos avanços das ferramentas de inteligência artificial que está a afetar alguns grupos privilegiados e não só “as vítimas habituais”.³⁹ A conflitualidade social das primeiras décadas do século XXI, as convulsões que confirmam as consequências caóticas de um simples bater de asas de uma borboleta, as crises financeiras, as reconfigurações no mundo do trabalho, os retrocessos sociais e laborais – todo este vertiginoso ritmo tem impulsionado o regresso destes temas à academia⁴⁰ (não serão mais comuns, ainda, no campo da Ciência Política, mas voltam a ocupar dignidade investigativa em certas áreas da História e da Sociologia) e uma “reactualização” do conceito de proletariado (Delassanta, 2023). A centralidade do trabalho, segundo este autor, conhece novo folego com a pandemia de Covid-19, da mesma forma que a crise económica de 2008 reativara um interesse pelas ideias de Marx⁴¹ e da sua religião que “promete o paraíso no lado de cá do túmulo.”⁴²

Há um certo tom milenarista nas teorias como as que decretam o fim do trabalho como elemento primordial das sociedades modernas marcadas por avanço tecnológico e, consequentemente, o fim do sindicalismo: “O recuo verificado no movimento sindical não é um indício de uma sua

³⁷ “A classe trabalhadora hoje não se restringe aos trabalhadores manuais; incorpora a totalidade do trabalho social que vende a sua força de trabalho em troca de salário e o proletariado precarizado (...) que o sociólogo Huw Beyon chamou *operários hifenizados*: em trabalho-parcial, trabalho-precário, trabalho-por-tempo (...)”. Ricardo Antunes, 2018: *O Privilégio da Servidão. O novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo. Boitempo: 195, 197.

³⁸ “Não fazendo já parte de uma burguesia que goza de um excedente de tempo (férias longas, horários semanais curtos), os professores tornaram-se uma classe proletarizada”. Artigo de António Guerreiro, *Professor, Maldita profissão*, jornal *Público*, 21-06-2024.

³⁹ Entrevista do filósofo Noam Chomsky ao jornal *Pública*, 28-04-2023.

⁴⁰ Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 2013. Simões do Paço, Cátia Teixeira et al (coord). Instituto de História Contemporânea. p. 5.

⁴¹ *Karl Marx: Legado, críticas e atualidade*. Bessa, Silva et al (org). 2022. Húmus Editora. Reúne as comunicações do colóquio com o mesmo nome realizado na Universidade do Minho em dezembro de 2018.

⁴² “(...) para milhões de corações humanos, a mensagem marxista do paraíso terrestre do socialismo representou um novo raio de luz e um novo sentido da vida”. Schumpetter, 2016, p. 20. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. São Paulo, Editora Unesp.

decadência inexorável. Tal como não chegámos ao fim da história, das ideologias, das classes ou do trabalho, também não chegámos ao fim do sindicalismo” (Mattos, Silva, Varela et al (coord.), 2014: 294). O recurso às ferramentas argumentativas de um certo “endismo” não é característica de fornada recente: profecias destas constituem a argamassa de todos os messianismos políticos (Prélot e Lescuyer, 1997). Segundo estes autores, Francis Fukuyama, “oráculo de pequena estatura”, seguiu a mesma tendência em 1991, na implosão da União Soviética, ao decretar a morte de todas as ideologias e dos grandes conflitos sociais. Uma sentença sem direito a contraditório, e esse impedimento de visões alternativas remete-nos para o gesto daquele imperador que, há 22 séculos, decretou a pena de morte para quem ousasse recorrer ao passado como meio de criticar o presente (Harman, 2002) e atualiza o lamento de George Orwell, lá do fundo de 1948, sobre a estultícia anti-democrática de depor uma ortodoxia para logo a substituir por outra.⁴³

Tal como Piketty (2021), achamos que “o fim da história não está marcado para amanhã”, ou não correu como previsto (Francisco, 2020), numa clara evidência da falibilidade do dogmatismo da liberdade de mercado (idem). Nem o fim das ideologias. Quando muito, como sublinha André Freire, aquilo que se chama fim das ideologias corresponde à hegemonia do neoliberalismo (Malamud et al, 2021). Por detrás das teorias que sustentam o fim da História, como do trabalho e das ideologias, subjaz o triunfo do liberalismo e a morte das ideias marxistas que deram origem ao totalitarismo na União Soviética, que em vez de experiência máxima da liberdade do homem fica marcada por gulags, perseguições e execuções. Podemos concluir, com base em Prélot e Lescuyer (1997), que o “falhanço espetacular” da experiência soviética não coloca em definitivo uma pedra tumular sobre a aspiração humana por um mundo melhor, posição que encontra eco no marxista Fredric Jameson (1934-2024): se o capitalismo está tão interpenetrado nas nossas sociedades que se torna mais fácil a destruição da natureza e do planeta Terra do que eliminar tal sistema, também é preciso ter presente, e de novo contraditando o princípio heraclítico, que “o futuro não é mais do que a repetição monótona do que já existe”. Até porque o capitalismo é um

⁴³ “Existe a cada momento uma ortodoxia, um conjunto de ideias que se presume serem aceites de forma inquestionável. Não é propriamente proibido dizer isto ou aquilo, mas ‘é inconveniente’ dizê-lo, assim como na época vitoriana ‘era inconveniente’ falar de calças na presença de uma senhora. Qualquer pessoa que desafia a ortodoxia dominante dá consigo silenciada com uma eficiência surpreendente. Uma opinião genuinamente à margem da corrente quase nunca é alvo de uma avaliação justa, seja na imprensa popular, seja nas revistas mais pretensiosas”. Prefácio de George Orwell a *O Triunfo dos Porcos*, 1948.

“nanotempo” quando comparado com o milhão de anos da Terra e os mais de 100.000 anos dos humanos modernos (Harman, 2002). Benjamin (1987) formula a comparação de forma semelhante: face à longa existência de vida na Terra, “os míseros 50 000 anos do Homo sapiens” equivalem a “dois segundos de um dia de 24 horas.” Menos antropologista, Philippe C. Schmitter, em “tom especulativo”, sublinha que ter consolidado um regime democrático não é o “fim da história”. O triunfo, ainda que não consensual, da democracia liberal sobre “o comunismo e outros concorrentes sistêmicos” (Schmitter, 1999) é a *kryptonite* que fragiliza o regime democrático – o mesmo é dizer que “a crise da democracia é a crise do seu triunfo” (Magalhães, 2020). Assumir a irrevogabilidade da democracia (Schmitter, 1999) ou a sua imutabilidade (Innerarity, 2015), é não considerar a sua “fragilidade” (idem), sem necessidade de recuos temporais muito longos – basta atentar nos anos trinta na Europa para concluir que a repetição não é impossível (idem) até porque “a democracia é rara na experiência da humanidade” (Dahl, 2001) e o “cemitério da história” tem lugar para todos (Magalhães, 2020). Incluindo os regimes políticos. De resto, parece ser tentador diagnosticar a crise da democracia, mas entre diagnóstico e terapia “vai uma distância considerável” (idem).

O ressentimento em acumulação, as mutações no quadro das representatividades, a crença inabalável na *omnificácia* das novas tecnologia – neste cadinho medra o anseio pelo “regresso a experiências fracassadas dos discípulos de Marx: o bolchevismo e a abolição forçada do mercado” (Mason, 2016). O crescimento das soluções populistas e de extrema-direita, acompanhado pelo mantra admirável da repetição⁴⁴ podem não ser meros ingredientes de uma distopia, mas a confirmação da inevitabilidade da revolta decenal nas sociedades.⁴⁵ Usando uma expressão de Adriano Moreira (1922-2022): “O imprevisto está à espera de uma oportunidade.”⁴⁶

⁴⁴ “Sessenta e duas mil e quatrocentas repetições fazem uma verdade”. Frase de Bernard Marx em *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley.

⁴⁵ “...a cada dez anos, mais ou menos, teremos grandes episódios, alargados e difusos, de revolta”. Toni Negri, revista Punkto, 07-02-2024.

⁴⁶ A frase atribuída a Adriano Moreira pode ser lida em <https://fne.pt/pt/noticias/go/atualidade-adriano-moreira-no-futuro-da-europa-da-ugt-o-imprevisto-esta-a-espera-de-uma-oportunidade>. E também em Camerlo, Marcelo, Malamud, Andrés e Vaz-Pinto, Raquel (org). 2020. *Ciência Política à Portuguesa – A disciplina contada pelos seus protagonistas*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

ESTRUTURA

Este trabalho centra-se em três Perspectivas: a primeira sobre a imprensa operária e os movimentos operários, tomando como ponto de partida o conteúdo do jornal *Perspectiva* e as principais obras dedicadas ao tema. Não se trata de fazer o levantamento da imprensa operária em Portugal, feito já por investigadores como Victor de Sá (1921-2004), cujo *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical – 1836-1986* é composto por um total de 2158 títulos. Numa escala micro, mais consentânea com o espírito deste trabalho, igualmente impressionante, saliente-se a recolha feita por Emília Nóvoa Faria no volume *Imprensa Periódica Famalicense nos Séculos XIX e XX* (Edições Húmus, 2014), em cujo lote de 114 títulos se encontra o *Perspectiva*.⁴⁷

A história dos movimentos operários é uma *via sacra* lenta e acidentada (Sá, 1978: 43), desde as primeiras gerações operárias, oriundas, sobretudo, do mundo rural e do artesanato (Mónica, 1981: 10) que protagonizam “resistências populares contra a sociedade liberal e burguesa”, “queixas contra os patrões” e contra “a violência da nova disciplina” da fábrica (idem: 11) e do relógio de ponto (Weil, 2023: 166).⁴⁸ Nesse percurso a imprensa operária ocupa lugar fundamental enquanto meio de formação de uma consciência de classe (Mónica, 1981: 28). Os principais trabalhos sobre imprensa operária e movimentos operários abarcam, por um lado, um período extremamente amplo, inexequível para uma dissertação de mestrado, centrados, por outro, na afirmação dos operários ao longo da história do final do século XIX e do século XX – com um défice no que respeita ao período em torno do 25 de abril de 1974. Em face da hercúlea missão que seria optar por um arco temporal amplo, a requerer documentação primária e secundária, um aturado trabalho de recolha/mapeamento, achou-se sensato delimitar o período de análise aos anos correspondentes à publicação do jornal *Perspectiva*, de 1974 a 1976, período em que Portugal viveu “a mais formidável explosão do movimento operário já ocorrida” (Costa, 1979: 291) com protestos, greves e controlos em mais de 138 empresas por aumentos salariais, mas também de carácter político (Varela, 2011: 151).

⁴⁷ A obra resulta de um levantamento dos periódicos depositados na Biblioteca Pública de Braga, Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Portugal. O levantamento refere 124 títulos, mas apenas 114 são publicações periódicas.

⁴⁸ Weil, Simone. 2023. *La condición obrera*. O livro resulta da experiência da autora numa fábrica entre dezembro de 1934 e agosto de 1935.

Uma segunda Perspectiva dedicada à delimitação. Partimos de uma perspectiva *de baixo* – em relação ao centralismo da capital e ao prisma escolhido, um pequeno mensário regional feito por jovens, muitos deles trabalhadores fabris, a partir de uma localidade do Ave, região à qual se colam lugares comuns que misturam fatos de marca e coelhos.⁴⁹ O processo de industrialização fixa nesta área empresas e trabalhadores de todo o lado atraídos pela promessa de emprego fabril.⁵⁰ Quem por aqui circula depara-se com “fósseis de monstros industriais” no horizonte.⁵¹

Com efeito, a indústria têxtil funciona como motor da industrialização do Vale do Ave, região que reúne condições geográficas e sociais para o efeito: linhas de água e mão-de-obra menos reivindicativa do que a urbana, que depois do regime “a toque de caixa” da fábrica (Machado, 2020: 211) trabalha também na agricultura (Ingerson, 1981), numa “compatibilização” indústria-campo precursora das atuais “fórmulas de subcontratação com microempresas” em que reina a precariedade (Alves, 1999).

Cronologicamente este trabalho centra-se no hiato temporal de 1974 a 1976, período respeitante ao tempo de vida do jornal que constitui o estudo de caso e que grosso modo é o correspondente ao chamado PREC, acrónimo que se vulgariza a partir de 1975, síntese temporal e caracterizadora das múltiplas e rápidas mudanças que se seguem ao golpe de estado de 25 de Abril de 1974. Um arco temporal de dois anos marcados pelo controlo operário em muitas empresas, que não apagam práticas do velho regime deposto (Chilcote, 2014) e não evitam o ressurgir de manifestações institucionais neocorporativistas (Schmitter, 1999), revelando a “notável capacidade de sobrevivência” e de adaptação de alguns organismos corporativos (Lucena, 2002).

Um tempo de explosão de liberdade na iconografia, dominada pelo léxico laboral e pela representação estilística de alfaías agrícolas e artefactos industriais, com o tempo transformados em arqueologia do mundo comunista.⁵² “Uma revolução ultramoderna num país hiperatrasado” (Varela, 2023: 23), de sonhos para uns, de caos e instabilidade para outros, em que se regista

⁴⁹ “Este é o lugar onde alguém depois de um dia de trabalho na fábrica a costurar fatos Hugo Boss e Armani, chega a casa para cozinhar um coelho de caça”. Bandeira, Pedro. 2011. *Vale do Ave - The Disappearing City*, p. 61, in Pelucca, Bruno. *Progetto e Territorio. La via portoghese*.

⁵⁰ O livro *Margem Esquerda* de Abílio Machado (2020, edição de autor), “dedicado ao povo operário”, reúne memórias individuais e coletivas, a começar pelas do próprio autor, sobre a vida dura, esquecida durante décadas, dos operários das margens do rio Ave.

⁵¹ A descrição surge na peça de teatro *Eu uso Termotebe e o meu pai também* de Ricardo Correia. 2021, Artistas Unidos / Snob / Casa da Esquina.

⁵² Catálogo da exposição *Sinais da Liberdade. Iconografia da Democracia no Arquivo Ephemera*, patente de 14 de abril a 28 de maio de 2023 no Tribunal da Boa Hora, Lisboa, visitada pelo autor. Texto do catálogo de José Pacheco Pereira.

uma afirmação do movimento operário (Fontes e Varela, 2020: 335), de participação política, de formação de pequenos partidos e de confrontos. Um período singular, sem passado nem continuação (Cerezales, 2003) em que coexistem ocupações de terras e leis anti-greve; sequestros de patrões e convites ao investimento (Rodrigues, 1991), marcado pela violência popular anticomunista, principalmente no Norte e Centro do país, que se salda em mais de oitenta sedes do Partido Comunista, e de pequenos partidos de esquerda, de sindicatos e de jornais, incluindo o *Perspectiva*⁵³, atacadas à bomba e incendiadas⁵⁴; um período em que ser ladrão é menos insultuoso que ser comunista (Carvalho, 2022), abundante em “conspirações de sacristia” (idem) e proselitismo partidário nas igrejas (ibidem).⁵⁵ Um período conturbado ou de verdadeira democracia marcado por confrontos, numa espécie de aplicação prática do conceito de política de Carl Schmitt baseado “na distinção entre amigo e inimigo” (Han, 2013).

Entretanto, as eleições de 1976 para a Assembleia da República permitem traçar um retrato das inclinações político-partidárias da sociedade portuguesa, que não se revelam coincidentes, face aos resultados⁵⁶, “com a ruidosa massa de apoiantes do PCP”, que ocupa e se manifesta nas ruas (Cruz, 2021). A “grande vaga” de esquerda, que entusiasma uns e assusta muitos, revela-se uma ilusão: ao povo unido imaginado pela exaltação coletiva contrapõe-se o povo real, desejoso de estabilidade e legalidade (Rodrigues, 1999).

O estudo de caso constitui a perspectiva central deste trabalho. O jornal *Perspectiva*, com sede em Joane, teve 18 edições em papel, entre 1974 e 1976. Estamos perante um jornal popular e militante, usado como expressão da consciência de classe e meio de disseminação de ideias políticas, impulsionado pelo recrudescimento dos movimentos sociais verificado na Revolução dos

⁵³ Na incursão noturna à sede do jornal *Perspetiva*, em Joane, além do arquivo, dos jornais e livros, foi destruída a máquina de escrever “paga pelos trabalhadores”. *Perspectiva*, n.º 16, ano I, fevereiro-março de 1976: 6.

⁵⁴ A violência registada no chamado “verão quente” é focada na *Perspectiva* 2 – Tempo e lugar. Sobre o assunto: Cerezales, Diego Palacios. 2003. *Um caso de violência política: o «Verão quente» de 1975*. Revista Análise Social, vol. XXXVII (165), 2003, 1127-1157; Carvalho, Miguel. 2022. *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa. Oficina do Livro.

⁵⁵ “Numa homilia para os lados de Trandeiras (Braga), um sacerdote até adotara uma interpretação original da sigla PPD para instruir os fiéis: chamava-lhe «Partido Popular de Deus»”. Carvalho, Miguel. 2022.

⁵⁶ O PS obteve 34,88% dos votos (107 deputados), seguindo-se o PPD, com 24,35% (73 deputados). O CDS (15,97%, 42 deputados) ficou à frente do PCP (14,39%, 40 deputados). A UDP (1,68%) manteve o seu único deputado, com Acácio Barreiros a substituir Américo Duarte. Os restantes partidos, juntos, obtiveram 4,03% dos votos e não elegeram nenhum deputado. A abstenção passou de 8,34%, na eleição da Constituinte, para 16,47%. Fonte: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/primeiras-eleicoes-ar-1976.aspx>.

Cravos. Na sua pequena escala, surge-nos como um naco de história de um período marcante de Portugal, exemplo de uma imprensa feita sem meios, fortemente influenciada por ideias políticas que, vindas da penumbra clandestina, se afirmam na claridade de abril, assegurada por uma mescla de ativistas – operários, estudantes, militantes partidários, católicos progressistas, sindicalistas – que usam as páginas do jornal para ações de afirmação de um ideário que junta democracia popular, revolução, autogestão e socialismo real. O jornal apresenta-se aos leitores como democrático, popular e regional, apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista”, sem ser vanguarda dos trabalhadores (*Perspectiva*, n. 12: 1).

Poucos artigos são assinados. Ou são-no com a referência “um operário” ou “um grupo de operários”, o que se explica pelo receio de recriminações por parte das entidades patronais – apesar da democracia os receios são ainda muito semelhantes aos do período anterior a 1974: “operário metido em política era pecado maior que trincar a hóstia” (Machado, 2020: 240). Por aqui se tem um vislumbre da ousadia dos seus dinamizadores e da politização dos temas: ataques ao fascismo e ao capitalismo, vivas ao socialismo e à verdadeira democracia, a popular.

A análise qualitativa, por permitir compreender e interpretar, afigura-se-nos a mais adequada para um trabalho que, enquadrado na Ciência Política, é fortemente influenciado e inspirado pela historiografia. Tal processo analítico abarca quer os conteúdos do jornal quer os acontecimentos da história, complementado pelo recurso à memória (testemunho de um dos fundadores do jornal), tendo presente as suas fragilidades (Halbwachs, 1990; Ricouer, 2007; Cruzeiro, 2018; Fraser, 1993), e no pressuposto de não a banalizar.⁵⁷

⁵⁷ “São raras as palavras tão banalizadas como «memória. Depois de uma absoluta ausência durante os anos 1960 e 1970 dos debates intelectuais eis que, nos últimos anos, invade o espaço público das sociedades ocidentais”. Traverso, Enzo. 2020. *O Passado, modos de usar. História, memória e política*. pp. 9 e 10. Lisboa.

PERSPECTIVA 1 | MOVIMENTOS E JORNAIS E OPERÁRIOS

“A nossa força organizada é invencível. Este jornal pode servir para organizar a nossa força. Porque este jornal é de todos nós”.

Perspectiva, nº 2, Ano I, agosto de 1974: 8

1. Movimentos Operários

Em *Guerra Civil* (1994), o escritor Álvaro Guerra recria a terrível divisão de Portugal, no século XIX, entre absolutistas de D. Miguel e liberais constitucionistas de D. Pedro. De 1832 a 1834, Portugal presencia não só um conflito armado entre portugueses de “partidos”⁵⁸ antagónicos, mas também uma guerra social prolongada (Varela, 2023: 63, 64). De um lado os partidários do ideário liberal, do outro os absolutistas arreigados à religião e à velha ordem, cujo lastro histórico só se desvanece, em parte, na Revolução Republicana (1910) e, totalmente, no 25 de abril de 1974 (idem). Num dos episódios do romance, dois camponeses fazem uma pausa nos duros trabalhos do campo e deixam-se estar a observar os confrontos sangrentos e mortais entre dois grupos combatentes opostos: “Restos de fumo subiam no ar leve da manhã e, quase ao topo duma colina sobranceira, uns camponeses que tinham interrompido a ceifa para assistirem ao combate perfilavam-se ao lado das longas foices roçadeiras, como figurantes de uma tragédia bíblica” (Guerra, 1994: 347). Quando os dois grupos beligerantes abandonam o campo de batalha pejado de mortos, os trabalhadores retomam a labuta como no quotidiano das suas vidas. Nada têm a apontar contra o absolutismo de D. Miguel. “Toda a ideia de progresso era a de uma colheita melhor que a do ano anterior e isso dependia da chuva a seu tempo”. Quanto às ideias liberais do lado de D. Pedro, “se a D. Constituição protegesse as uvas do granizo e os trigos da seca melhor que D. Miguel, eles não tinham dúvida em fazer-se liberais” (idem: 263).

⁵⁸ Temos presente o sentido etimológico de “partido” como parte; como tal partidos veiculam visões opostas. Jalali: 29.

O recurso a um romance histórico numa dissertação de mestrado em Ciência Política só aparentemente será ousadia criativa. O episódio – e terá sido esse o intento do autor, que ao longo do livro, por detrás da prosa que recria um tempo infausto daqueles anos terríveis da guerra civil que divide o país, envia claras mensagens para outros períodos contemporâneos - serve para lançar algumas questões iniciais: até que ponto as classes populares, camponeses, operários – as bases – têm sido meros figurantes nas convulsões da História, nos momentos ditos fraturantes e balizadores, nalguns casos marcados por soluções políticas de cariz ditatorial ou totalitário?

Qual dos registos prevalece: o que exalta e representa o povo, concretamente os operários, como reserva de força sempre pronta, quando devidamente consciencializada, para a sublevação face à opressão e à injustiça? O que atribui essas qualidades à vanguarda intelectual e política, única capaz de orientar as bases que na sua inocência são desprovidas de consciência de classe? O que sustenta que o povo português se liberta da ditadura pelas suas próprias mãos, ao fim de meio século se resistência e no culminar de um impetuoso e imparável fluxo popular? (Cunhal, 2015: 103) ou a que atribui esse desenlace a uma conspiração militar e menos a um movimento revolucionário com base nas massas? (Gallagher, 1983: 65).

Na guerra civil portuguesa, tendo ainda em conta o romance citado, tal como noutras refregas dilacerantes, internas ou externas, para lá dos partidários dos lados em confronto e das tropas, a grande mole humana composta pelo povo, pequenos comerciantes e artífices permanece numa prudente cautela, à espera de detetar a direção do vento, dando vivas à situação, perseguindo e denunciando os adversários, mas logo pronta para aclamar outro senhor se tal o ditar o desfecho da contenda, abrindo caminho a “uma unanimidade sem rosto das grandes e irresistíveis mudanças” (Guerra, 1994: 352). A mesma unanimidade verificada na Revolução de Abril de 1974, segundo Francisco Martins Rodrigues, dissidente do PCP e cultor da democracia popular de cunho maoísta: “Da noite para o dia – escreve ele em *Abril Traído* (1999: 39) – a lista dos resistentes antifascistas tomou proporções assombrosas (...) Só os ingénuos constataavam com vergonha ter sido os únicos a não enfileirar no combate épico de todo um povo”. Nestas e em muitas outras posturas taticistas ditadas pelas necessidades e pela experiência “madre de todas as cousas”⁵⁹, descortinam-se reminiscências da doutrina pragmática de um famoso secretário florentino que

⁵⁹ O navegador português Duarte Pacheco Pereira (1460-1533), no seu manuscrito *Esmeraldo de Situ Orbis*, chama à experiência «a madre de todas as cousas», acrescentando que «por ela soubemos radicalmente a verdade».

legou à posteridade uma obra fundamental de Ciência Política, manual para estadistas, na perspectiva de uns, guia para gangsters políticos, para outros – ao salientar a importância de o governante ter o povo do seu lado visto este “só desejar que não o oprimam” (Maquiavel, 2009: 56). A questão é ainda mais pertinente num contexto local como aquele que orienta este trabalho, a bacia do Médio Ave, onde o povo trabalhador na fábrica e no campo, e por isso, segundo a literatura, mais submisso e dócil, desconfiado da ação revolucionária, sindical e partidária, se revela mais propenso a relações paternalistas com os patrões do que a sublevações impulsionadas pelos movimentos, sindicatos e partidos políticos: “Os empregos nas fábricas, precisamente porque eram considerados favores económicos do patrão ao empregado, eram distribuídos em termos de patrono-clientela: primeiro aos membros da família, depois aos afilhados, em seguida aos vizinhos” (Ingerson, 1981: 878).

De facto, invariavelmente, os trabalhos de investigação que fazem uma caracterização do operariado do Vale do Ave – concelhos de Guimarães, Famalicão, Santo Tirso, aqueles serpenteados pelo rio que empresta o nome ao território – referem-se à especificidade dos homens e mulheres, e crianças, posto que são amplamente usadas mesmo nos turnos da noite (Alves, 1999b: 21), que os industriais do setor têxtil (primordialmente) usam na vaga de industrialização da região. Um operariado barato e submisso (Alves, 1999; 2004), iletrado (Ribeiro e Gonçalves, 2019), para o qual a entrada na fábrica constitui uma ascensão social (Ingerson, 1982) e, mais do que tudo, desconfiado das ideias e das mobilizações políticas e sindicais (Silva, 2012).

Essa “imagem de marca” do carácter submisso do operariado no Vale do Ave é apontada por vários autores das áreas da história, sociologia, economia e política. Recorrente é a alusão às impressões de viagem do sociólogo francês Léon Poincard que, na senda de Tocqueville em busca da singularidade Da Democracia na América, na sua incursão ao Vale do Ave a braços com uma revolução industrial à portuguesa, sem tecnologia e capital, tardia, lenta e peculiar (Nogueira, Fiolhais et al, 2019: 531), salienta esse traço ao relatar o alheamento da população operária da organização sindical, de tal forma que tampouco conhece as greves. Em *Le Portugal Inconnu*, publicado em 1909, Poincard traça esse retrato a partir de uma família de Campelos, localidade do concelho de Guimarães; o pai operário, tal como as três filhas, na Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães; casebre rés-do-chão alugado, tal como a horta, de onde obtém frutas e legumes; um porco assegura o abastecimento de carne para o inverno (Alves, 2002: 7). Além do mais, a docilidade laboral por desbravar dos trabalhadores portugueses é usada como trunfo, em

1870, no Parlamento inglês, aquando da apresentação do relatório sobre as classes trabalhadoras dos países estrangeiros. A representação portuguesa enaltece a mão-de-obra lusa, abstémia ao domingo, logo mais predisposta ao trabalho no dia seguinte, e além disso barata (Varela, 2017). É um facto e está devidamente sustentado no intenso trabalho investigativo destes e de outros autores aos quais se deve, também, o resgate da classe operária da obscuridade para onde uma via de estudo centrada na exaltação do empreendedorismo industrial e na filantropia⁶⁰ a havia atirado. Dessa caracterização se pode concluir, como se tem feito, que a mobilização operária nesta região é incipiente e não regista níveis de combatividade e adesão como nas fervilhantes urbes. José Manuel Lopes Cordeiro conclui, com pragmática resignação e respaldado pelo resultado investigativo, que uma trintena de ações de luta, incluindo algumas greves, em dezoito anos, de 1956 a 1974, não é um balanço empolgante (Cordeiro, s/d: 159). Falta, porém, valorizar o outro lado: atentar na “teoria da ciência do holofote”.

1.1 Onde incide a luz?

Se considerarmos, como Karl Popper, que o holofote ilumina em função da posição em que é ou está colocado, assim como da orientação, intensidade, cor – então, se a sua luz incide sempre, invariavelmente, nos mesmos pontos, outros haverá que permanecem na penumbra. Se a história da humanidade for sempre a dos grandes impérios, então ela não tem lugar e espaço para o grande contributo, ainda que silenciado, das grandes massas humanas. Para os olvidados, ou os novos fuzilados de Goya (Monedero, 2013: 46). E a história da humanidade, enfatiza Popper, mais não é do que a história do poder político convertida em história universal, onde se exaltam como heróis os maiores criminosos (Popper, 1993: 265). Coloca-se a questão: porque é que se escolhe a história do poder, e não, por exemplo, a da religião ou a da poesia (ou a do trabalho e dos operários, dizemos nós)? Das múltiplas razões consideradas, Popper valoriza uma: os homens estão inclinados a adorar o poder, uma das piores espécies de idolatria humana, nascida do medo

⁶⁰ A industrialização iniciada no final do século XIX proporciona uma vaga proletária nas fábricas do Vale do Ave, mas “a seleção memorial suprimiu o ponto de vista dos trabalhadores” (Pozzer, 2017: 765) e dulcificou a ação dos industriais da região através da remoção dos aspetos negativos das narrativas que lhes são dedicadas. “O bairro operário foi mais lembrado em função de quem o construiu do que de quem o habitou” (idem: 764).

(idem: 267). “Os homens e os escritos estão cheios de vénias aos altos interesses da indústria, ao respeito pela ordem pública” (Pereira, 1981: 135).

Da teoria do holofote para se chegar a este enfoque: a docilidade, a submissão, a contestação dos operários dirigida a outros operários que incentivam a sublevação, comum nas fábricas da região nos alvares da industrialização e pelas décadas seguintes do século XX, com salários parcos, jornadas diárias intensas e poderes adversos, não impede a existência de mobilizações e a predisposição para o protesto, ainda que de franjas minoritárias. Sujeitos a um cardápio de castigos, despedimento, detenção e até mesmo à morte, os cabecilhas dos protestos são humilhados e frequentemente espancados (Ingerson, 1982: 1487) e ficam condenados ao maior dos castigos: a impossibilidade de encontrar emprego (idem), o que corresponde a um aprofundamento da miséria. Mais do que a quantificação importa realçar a ousada coragem dos que, em contexto repressivo, dão mostras de inconformismo. Em face disso, entendemos que a marcha dos operários é merecedora da incidência da luz: iluminar para recolocar como sujeitos os que permanecem na escuridão (Bebiano, 2015: 4).

1.2 A Classe Operária

O Quarto Estado (1901) é uma pintura a óleo sobre tela, de grandes dimensões, do artista italiano Giuseppe Pellizza da Volpedo (1868-1907) conservada no Museu del Novecento, em Milão. O realizador de cinema Bernardo Bertolucci deu-lhe notoriedade ao usá-la no filme *1900*. Marcada pelo seu realismo de tons escuros e esverdeados, a pintura mostra um grupo de trabalhadores numa praça, homens, mulheres, crianças que avançam decididos (Piqueras, 1995), movidos por um interesse de classe (idem). O certo é que a marcha do proletariado não se revela imparável e triunfal. Como assinala Carvalho da Silva, operário fabril antes de ser dirigente sindical e sociólogo, as classes trabalhadoras conquistam melhorias assinaláveis – condições laborais, de salários e até de participação – mas “continuam a sofrer velhas e novas formas de exploração e até de opressão” (Silva, 2007: 19). Neste capítulo são relatadas algumas das etapas julgadas essenciais da via-sacra do operariado (para usar a expressão de Victor de Sá), orientando a luz para o Vale do Ave onde “o espírito associativo” parece não querer pousar sobre o operariado (Alves, 2002: 8). Antes, porém, de nos atermos à especificidade das mobilizações operárias ou de classe na região definida para estudo, impõe-se um “brevíssimo” enquadramento dos movimentos operários

em Portugal e dos principais acontecimentos que muitos autores têm produzido sobre esta temática que teima em romper as grossas lajes com que a pretendem dar como sepulta. Curto, necessariamente, porque, à uma, esta dissertação define como palco temporal o período de 1974 a 1976 (correspondente à publicação dos dezoito números do jornal escolhido para estudo de caso), o que desde logo define o tempo de ação, mas também porque, tão rica e marcada por uma cronologia hiperviva de acontecimentos, outra dimensão e abordagem se imporiam para ir além da espuma das ocorrências.

Desde logo há que lembrar que a classe operária não surge, tal como o sol, numa hora determinada (Thompson, 1988: 9). Autor de uma obra seminal sobre movimentos políticos e culturais da classe operária nos finais do século XVIII e princípios do século XIX, *Formação da Classe Operária Inglesa*, E.P. Thompson especifica: a classe não é um fenómeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos diversificados, até desconectados; nem uma “estrutura” ou “categoria”, antes algo que ocorre efetivamente nas relações humanas (idem: 9). O seu surgimento é contextual: não se desliga, por impossibilidade, do processo de industrialização e de afirmação do capitalismo. A classe operária e o movimento em seu nome não são viáveis sem as fábricas, a mecanização, os novos ritmos intensivos de produção, sem o trabalho assalariado que põe fim aos artífices pagos à peça. Jonathan Crary, crítico de arte e professor de Teoria e Arte Moderna na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, no seu livro *24/7*, salienta que a fábrica moderna surge como um espaço autónomo, permitindo dessa forma a organização do trabalho desligada da família, da comunidade, do ambiente ou de “outras formas de dependência mútua ou associação tradicionais” (Crary, 2014: 68). De resto, segundo Ingerson (1982: 1487), no processo de industrialização cumpre-se uma das previsões de Marx: a exigência por parte da indústria de uma rede de meios de transporte e de comunicação acelera a organização eficaz dos trabalhadores.

De facto, atrás das fábricas chegam os operários, e a sua concentração favorece o processo de formação de uma consciência operária autónoma, mais notório em Lisboa, onde se revelam mais ameaçadores (Mónica, 1981: 28). A realidade fora das grandes cidades é outra: “menos fortes”, os operários ficam “longe de cena” (idem). A industrialização provoca uma radical alteração social. Nas cidades dá origem a uma concentração operária que se organiza lentamente. Nas zonas rurais ou semirurais, transforma camponeses em operários. Com a apropriação de terras e o fim das pequenas oficinas dos mestres, dá-se o êxodo de trabalhadores para as cidades. “Dois destinos

se lhe aguardam: ou a vagabundagem ou a fábrica” (Matos, 2023: 10). Uma terceira via pode ser a revolta (Hobbsbawn, 1990: 10). A “fabricação”, no sentido de processo de implantação de fábricas, concita resistências populares não só contra as máquinas, o ludismo, mas também contra as ideias liberais subjacentes ao progresso industrial e tecnológico. E também contra os patrões, que encarnam o lado negativo e violento da nova disciplina: qualquer protesto é um ato de sublevação, a greve é um sinal de ingratidão e as associações de classe organizações criminosas (Mónica, 1987: 848). A máquina desperta de imediato a hostilidade dos operários: não só suprime postos de trabalho, causando desemprego, como permite, ao reduzir o esforço físico, a contratação de mulheres e crianças em substituição dos homens, por constituírem mão-de-obra ainda mais barata. Como lembra Piqueras (1995: 17), em 1856, 60% dos trabalhadores da indústria de algodão inglesa são mulheres e crianças com menos de 13 anos.

1.3. A Marcha do Operariado

Já nos referimos, por um lado, aos condicionalismos de um trabalho que delimita, cronologicamente, o período de 1974-1976 como objeto de estudo e o Vale do Ave como enfoque e, por outro, à intenção primeira de destacar como estudo de caso um jornal deste território, pequeno, ousado e portador de um objetivo revolucionário. Seria desrespeitar quer o movimento operário e os que nele participam quer aqueles que se dedicam ao seu estudo, pretender fazer nestas páginas uma relação de todas as ocorrências que concorrem para a sua história em Portugal. Faz-se, por isso, uma incursão rápida por essa densa e complexa alameda proletária.

O movimento operário é a resposta da classe trabalhadora, ou dos intelectuais que atuam em seu nome, dada ao longo dos últimos duzentos anos em diversos países onde se verifica o desenvolvimento industrial (Piqueras, 1995). A história dos movimentos operários é uma via acidentada, hesitante nos seus primórdios (Sá, 1978: 43). As primeiras gerações, oriundas, sobretudo, do mundo rural e do artesanato (Mónica, 1981: 10) protagonizam um embate prolongado com a sociedade liberal e burguesa e, como se realça mais à frente neste capítulo, a imprensa operária ocupa papel fundamental na formação de uma consciência de classe (idem: 28). Ao longo da marcha proletária, em particular nos principais meios urbanos, sucedem-se os sinais de revolta contra injustiças como aquela que não escapa aos autores do Relatório da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884: “Quando o trabalho chega a 14 e 18 horas por dia,

pergunta-se naturalmente se por muito tempo poderá persistir esta situação?.”⁶¹ Em muitos casos, tanto na Monarquia como na I República, as explosões de revolta proletária nem sempre contam com organização, “só impulsos de revolta” sem persistência e muita impetuosidade (Lima, 1972: 85), saldando-se em derrotas manchadas por mortes, feridos, detenções e desterros.

Os primeiros sinais da presença operária surgem logo após o triunfo definitivo do liberalismo, em 1834 (Sá, 1990: 217), quando começa a evidenciar uma ação mais ou menos organizada (Lima, 1972: 69). Até então não há operários num país onde a revolução industrial fica conhecida por Regeneração, expressão do capitalismo português (Sá, 1990: 218). Em 1838 surge a mais antiga associação operária de que há notícia, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses (Lima, 1972: 69). No Porto surge em 1852 (Pereira, 1981: 136) a Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses, reflexo da dinâmica e importância deste grupo profissional⁶² no arranque do movimento associativo e na dinamização de jornais operários (idem: 137). No mesmo ano, em Lisboa, é criado o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, “dirigido e controlado pela burguesia” (Sá, 1990: 218), orientado por “objetivos meramente reformistas e mutualistas” (idem). No dobrar do século XIX predominam as correntes do sindicalismo revolucionário e o anarco-sindicalismo. Surgem greves participadas por milhares de operários. Pela sua duração e pelo saldo final de um operário morto, Campos Lima destaca a greve dos tecelões de Gouveia, em agosto de 1902: dura três meses, aprofunda a miséria dos operários e origina perseguições da força armada. Os patrões cedem e atendem a grande parte das reclamações dos operários (Lima, 1972: 88). Outra greve emblemática dá-se em março de 1903, em Coimbra, contra os selos das licenças e as multas aos vendedores do mercado (idem: 89). O operariado associa-se ao protesto, a tropa reprime a greve e a morte de dois grevistas (idem: 90) faz alastrar o protesto a outras partes do país obrigando o governo a recuar. Por uma vez o povo triunfa, escreve Campos Lima, para quem só há um caminho a seguir para “resistir a impostos iníquos: imitar Coimbra” (1972: 91).

⁶¹ *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884*, da autoria de Joaquim José de Meira e Alberto Sampaio. Citado em Nogueira, Fiolhais et al, 2019: 534

⁶² Escreve Alexandre Vieira, profissional de artes gráficas, *Em volta da minha profissão. Subsídios para a história do Movimento Operário no Portugal Continental* (Edição do autor - 1950). “As queixas que se formulavam nas associações de classe não tinham eco cá fora, só se repercutindo nas oficinas, em surdina, porque havia o receio de ser-se despedido. Ficar sem trabalho significava o horror da fome no lar, quando não o desterro. É que isto de remar contra a maré, de sustentar opiniões opostas às dos que dispõem do Poder, é considerado acção subversiva, que implica privação da liberdade, deportação, quando não acontece ser-se varado por uma bala” – (pp 10-13).

Após o entusiasmo inicial, a I República desilude o movimento operário que se bate por ela. O regime revela-se “anti operário” (Sá, 1990: 221), e quebra os vínculos com as principais causas: não cumpre o sufrágio universal, mantém a repressão das greves com violência (idem) e a utilização, contrária à lei, de mulheres e crianças nos turnos da noite (Alves, 1999:21). O defraudar das expectativas concorre para destruir o mito criado durante a monarquia de uma república salvífica e redentora, capaz de eliminar as misérias (Oliveira, 1978: 686).

A I Guerra Mundial (1914-1918) agudiza as condições de vida e a crise, abrindo caminho a uma sucessão de greves e protestos. É nesse contexto que surge a primeira central sindical, a União Operária Nacional (Sá, 1990: 222) que no final da guerra dá origem à CGT, de orientação predominantemente anarcossindicalista (idem). O movimento operário, desiludido com as promessas não cumpridas dos republicanos, começa por encarar com expectativa o discurso autoritário da ditadura de Sidónio Pais (cinco de dezembro de 1917). Uma vez no poder o sidonismo (que termina ao fim de um ano e uma semana, com a morte do seu líder) extingue a ordem democrático-constitucional e instaura o poder dos agrários e chefes da indústria. É o estertor da I República, por entre agitação social, política, económica e financeira, e o escancarar de portas para a “passeata a cavalo” a partir de Braga (Sá, 2021: 19) que redundam na instauração da ditadura militar (28 de maio de 1926). O Estado Novo, corporativo, expressão portuguesa do fascismo europeu (Sá, 1990: 223), reprime as resistências operárias e ilegaliza o sindicalismo livre (idem), substituído por sindicatos nacionais que representam trabalhadores e patrões. O catolicismo social apoia a ditadura e Salazar faz dele a ideologia oficial (idem), corolário lógico de um percurso ambíguo em relação aos movimentos operários: os católicos reconhecem a justeza das reivindicações, lamentam a dureza das entidades patronais, mas condenam abertamente o recurso à greve (Volovitch, 1982: 1203). “A justiça social proposta à classe operária é sempre aquela que se baseia numa cooperação entre patrões e operários” (idem).

Encurralado, o movimento operário não desaparece: adapta-se. As ações de protesto são mais localizadas, mas “declaradamente concertadas em movimentos mais amplos” (Alves, 2002: 10). Num contexto de ditadura o PCP ocupa o lugar de nova força na cena operária. A partir de 1940, as primeiras grandes greves, muitas delas espontâneas, outras conduzidas pelo PCP, atingem principalmente empresas de Lisboa (Costa, 1979: 66). Os manifestos comunistas para uma sublevação grevista têm parco acolhimento no Norte (idem), nomeadamente no expressivo setor têxtil do Vale do Ave. Em 1946, a greve no setor dos lanifícios da Covilhã e Gouveia movimenta

dez mil operários e origina a ocupação militar da cidade e numerosas prisões (idem: 70) ao longo de dois meses. Derrotados pela repressão, os operários regressam ao trabalho, “lentamente, esmoendo a sua humilhação de vencidos” (Castro, 2018: 258). O movimento operário, apesar das derrotas no campo das ações de protesto, consegue abalar o regime, que é obrigado a amaciar os ímpetus contestatários com o alargamento da ação da previdência (Varela, 2023: 338). Nos anos finais da ditadura, a emigração e a guerra colonial (1961-1974) reforçam as reivindicações dos trabalhadores (Ramiro, 1979: 223). De facto, a guerra colonial, sorvedouro de dinheiros públicos (Santos, Lima e Ferreira, 1976: 267, 268) e o aumento da inflação a partir de 1970, que chega a 25 % em 1973 e início de 1974 (idem), bloqueiam fortemente os investimentos nos serviços básicos (idem: 269). Em relação à emigração: entre 1950 e 1970 saem de Portugal mais de um milhão de emigrantes (idem: 270) não só das zonas rurais e do interior, mas também de centros industriais como o Vale do Ave (Rei, 2022: 805). A sangria não suscita muita preocupação enquanto só abrange trabalhadores agrícolas; é mesmo encarada como “válvula de segurança desmobilizadora de lutas sociais” (idem). Quando se intensifica a saída de trabalhadores da indústria, a escassez de força laboral fortifica as reivindicações salariais dos que ficam (idem).⁶³

As causas operárias saem reforçadas com a formação, em 1970, da Intersindical Nacional, tolerada pelo regime (Sá, 1990: 223). Registam-se greves dos médicos, em 1973, dos empregados bancários, da aviação e dos comboios, por aumentos salariais, jornada laboral de 40 horas semanais, férias pagas e proibição de despedimentos sem justa causa (Fontes e Cabreira, 2020: 124). A fase final do regime, liderado agora por Marcelo Caetano (1969-1974) é marcada pelo recrudescimento da ação dos movimentos operários e pelo reforço da sua importância, já não apenas enquanto meio para obtenção de ganhos económicos, mas também como força detentora de legitimidade conferida por milhares de trabalhadores – e que só não se organiza em força política porque, entretanto, ocorre o golpe do 25 de abril de 1974.

Vejamos a tese de Santos, Lima e Ferreira (1976: 275): o “extraordinário surto de conflitos” que se verifica no país a partir de 1973 - que inclui greves, reivindicações de salários mínimos, resistência e baixa de produção –, a par da sua intensidade e frequência e do envolvimento de pequenas forças à esquerda do PCP, desferem um duro golpe no bloco social que sustenta o

⁶³ De facto, “a emigração em larga escala para o Norte da Europa convenceu os patrões a esquecer ou perdoar ofensas que dez ou vinte anos antes teriam levado a um despedimento automático” (Ingerson, 1982: 1489).

regime e abrevia o seu derrube. Para estes autores, o 25 de Abril, ao acabar com a censura e com as proibições ou limitações à manifestação e às lutas operárias, provoca a descompressão dos conflitos de trabalho e obscurece a luta das estruturas defensoras da democracia popular nas empresas. As ações de protesto, e acima de tudo os exemplos de controlo operário em centenas de unidades fabris e empresariais, eram fases da etapa com vista à criação de uma “*expressão política autónoma das classes trabalhadoras*” (idem: 276; itálico no original). Sem essa descompressão – sem o 25 de abril de 1974 –, a dinâmica em curso no seio operário poderia ter conduzido à estruturação de uma força política de cariz proletário fora da alçada do PCP.

A hipótese é pouco depois (janeiro de 1975) tentada com a Interempresas⁶⁴, organismo de vida efémera que pretende ser aglutinador das múltiplas experiências de controlo operário e cogestão que conhecem assinalável expressão entre 1974 e 1975 (recuperamos alguns casos na Perspectiva 2 – Tempo e Lugar).

1.4. Vale do Ave: submissos e dóceis

Na edição nº 2 do jornal *Perspectiva*, de agosto de 1974, um esboço de retrato dos operários:

“Se olharmos atentamente para a nossa região, de Vermoim, (Pousada de) Saramagos, Joane, Ronfe⁶⁵, é fácil ver quem somos, nós os trabalhadores, o povo, os explorados e oprimidos. Somos nós que nos vamos levantando contra as injustiças de que somos vítimas todos os dias. Nós, desta região, unidos a todos os outros operários, porque somos uma «família», explorada pelos mesmos patrões, pela mesma burguesia, que vive luxuosamente à custa do nosso suor e sangue, à custa daquilo que produzimos.”

Perspectiva, nº2, agosto de 1974: 8.

⁶⁴ Sobre a Interempresas: Perez, Miguel. 2008. *A mobilização da Interempresas: um caso especial de implantação social da esquerda revolucionária; Contra a Exploração Capitalista: Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX), 2008, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.

⁶⁵ As localidades apontadas pertencem aos concelhos de Famalicão e Guimarães. Formam, juntamente com Riba d’Ave (Famalicão) e Pevidém (Guimarães) o núcleo onde se concentram empresas têxteis de vulto quer pela sua performance económica quer pelo número de operários. Revelam, por outro lado, a abrangência do jornal tem em termos de implantação, de resto bem patente no seu noticiário.

O texto surge quatro meses depois da revolução do 25 de abril que depõe um regime ditatorial de quase meio século, e tem múltiplas similitudes com outros publicados em jornais operários dos finais do século XIX e princípios do seguinte. Ao contrário da “imagem de marca” de um operariado submisso e dócil, o texto, como outros ao longo do jornal (ver Perspectiva 3 – Estudo de Caso) apresenta uma vontade de mobilização, eventualmente sobrevalorizada pela prosa jornalística, contra as injustiças e a favor da união, o que nem sempre tinha confirmação na realidade.

O empolgamento em torno da causa operária torna a província – e o Vale do Ave em particular – destino de um outro ativismo, o da “implantação”⁶⁶ de estudantes citadinos nas fábricas, prática com que a OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) pretende consciencializar e sublevar as massas operárias, e que um ex-governante pós-Revolução classifica como sintoma do “complexo de não (poder) ser operário.”⁶⁷

As dificuldades económicas, a agitação operária pela elevação de salários e contra a mecanização em curso nas grandes empresas da região do Porto, igualmente contra o trabalho feminino, originam fortes crises neste sector nos finais do século XIX e inícios do século XX. A braços com a redução das receitas, os industriais rumam para o Vale do Ave, onde se encontra a mão-de-obra

⁶⁶ O testemunho de Manuela Juncal, que esteve “implantada” em Guimarães e Famalicão de 1972 a 1974, reunido no volume *25 Daqui Houve Resistência*, editado pelo Cineclube de Guimarães (2014). Aos 22 anos, conta, chega a Brito (Guimarães) vestida de acordo com o estereótipo das operárias, «puxinho», bata e chinelos, com uma mala cheia de livros (p. 354) numa casa sem água canalizada nem eletricidade, apoiada por uma latrina de madeira no exterior. Vinha preparada para as agruras da clandestinidade, que incluíam mudar de nome e documentos falsificados, e para discutir marxismo-leninismo e estratégia política – mas não para cozinhar, acarretar água a cântaro, nem para lavar a roupa no tanque comunitário (p. 357). Em final de 1972 passou para a Riopelle (p. 356) com a missão de doutrinar os operários e propagar ideias anti-regime. O proselitismo maoísta-leninista assentava na distribuição de comunicados feitos em casa (aumentava o volume do rádio para abafar o ruído das teclas e não suscitar suspeitas dos vizinhos) e distribuir, de noite, o jornal *Grito do Povo*, órgão oficial da OCMLP (pp. 356, 357).

⁶⁷ João Martins Pereira (1938-2008) foi secretário de Estado da Indústria do 4º Governo provisório, chefiado por Vasco Gonçalves. No livro *No Reino dos Falsos Avestruzes. Um Olhar Sobre a Política* (1983, A Regra do Jogo) escreve: “...durante demasiado tempo, uma leitura a meu ver restritiva de Marx fez-nos identificar proletariado com emancipação. Cometemos o erro de conferir ao proletariado-em-si, entidade que mitificámos, o papel de portador exclusivo de todos os «valores de emancipação», ao ponto de admitirmos (acreditarmos) que a emancipação do proletariado era condição necessária e suficiente para a emancipação geral de toda a sociedade. A «velha esquerda» continua a achar isso mesmo, e a secundarizar todas as lutas parcelares (incluindo a «feminista»), à espera que a «conquista do poder pelo partido do proletariado» - abusivamente entendida como a «emancipação dos trabalhadores» - venha enfim trazer consigo, necessariamente, o triunfo em todas elas. O que nos recorda um desencantado poema: «Tão ocupado andei a lutar/ com o meu inimigo principal/ que acabei esmagado/ pelos meus inimigos secundários». Mas a tal leitura de Marx conduziu-nos a outro erro, esse talvez mais grave. Chamar-lhe-ei o «erro estatístico», por ser semelhante ao do indivíduo que, ao saber que a «esperança da vida» no seu país é de 65 anos, «conclui» que viverá até essa idade — e logo a seguir morre atropelado com o anuário estatístico debaixo do braço. Idêntico raciocínio nos levou a considerar que, se o proletariado é portador da emancipação geral, então cada operário individualmente é, ele-próprio, portador da sua e da minha/nossa emancipação. Mais um passo, e «o operário tem sempre razão». Mais outro, e aí estou eu «a mimar o operário». Houve mesmo quem quisesse ser operário, e se tenha empregado em fábricas, onde obviamente apenas fez de operário. A maioria não quis, mas fartou-se (farta-se) de sofrer com o complexo de não (poder) ser operário”. (pp 132, 133).

barata e pouco dada a contestação. Esta investida do capitalismo em zonas rurais origina um surto de fábricas de algodão, transformando o Ave, a partir dos inícios do século XX, numa colmeia industrial (Lima, 2018: 57) onde impera um modelo taylorista-fordista de produção (idem). Trata-se, pois, de uma transferência estratégica para embaratecer os custos de produção e escapar à crescente mobilização reivindicativa dos operários urbanos, já devidamente organizados em associações de classe. A indústria procura assim áreas com mão-de-obra verde (“green labour”, na terminologia inglesa) para escapar às arreliações do proletariado “maduro” (Cabral, 1977: 59). Ao mesmo tempo esta reorientação geográfica assesta um rude golpe nas organizações operárias, uma vez que a dinâmica local é amorfa, comparada com a urbana, e a agitação e divulgação ideológica tornam-se difíceis junto de um operariado maioritariamente feminino, eficazmente vigiado e sujeito a despedimentos sumários (Alves, 1999b: 20, 21).

Tal como salienta Manuel Villaverde Cabral, a maioria dos operários da têxtil do Norte mantem-se à margem dos movimentos de greve e da agitação social proletária. Estamos perante uma realidade mais moderada, longe da dinâmica contestatária urbana, mais frequente e aguerrida (Cabral, 1995: 94, 95). Um facto que radica não só na tão propalada, e confirmada, docilidade operária, mas igualmente no modelo de complementaridade que faz com que, advindo o desemprego na fábrica, os operários recorram ao trabalho no campo, ainda que obrigados a apertados de cinto, sem a ameaça da falta total de teto e comida (idem). Esta circunstância não deve, porém, ser confundida com um total apagamento do sentido reivindicativo: basta atentar nos 23 aumentos de salário conseguidos pelos operários têxteis entre 1914 e 1918. A crise, o desemprego e a carestia, impulsionadores dos movimentos operários, não se colocam, no Ave, nos mesmos moldes que para o operário da grande cidade ou mesmo para o rural sem terra (idem: 6).

De facto, além do manancial de força hídrica e de trabalhadores do campo e dos mesteres, por ali, como bem anotado por Jorge Alves, as leis do trabalho são ignoradas, imperando a vontade férrea dos patrões. Mesmo com a instauração da República, que legisla no sentido de corresponder aos anseios da classe operária (regulamentação dos horários, condições laborais, trabalho de mulheres e crianças nos turnos da noite), tais regras não têm acolhimento, sem que do comportamento discricionário do patronato resultem sanções. Como corolário deste “cenário”, os industriais não têm, pelo menos na fase inicial, o movimento sindical à perna. A docilidade advém, também, do facto de a fábrica ser o ganha-pão de famílias inteiras, e de estar enraizado um modelo de relações de classe, entre clientes fazendo petições e «padrinhos» (patrões, igreja) concedendo

favores (Ingerson, 1982: 1488). A disponibilidade de mulheres, que ganham menos do que os homens, corresponde aos interesses dos patrões, mas levanta outras questões no seio dos próprios operários e dirigentes, que temem que a “feminização da fábrica” (Hobbsbawn, 2000: 137) provoque o nivelamento por baixo dos salários e o desarranjo social da estabilidade matrimonial (idem).

Como se vê, a industrialização, sobretudo algodoeira, tira partido da especificidade local: mão-de-obra feminina, não qualificada, realidade social pautada pela penúria e uma forte relação com a terra (Mónica, 1981: 8). A compatibilização da indústria fabril com as estruturas minifundiárias permite às famílias camponesas o acesso a um rendimento “certinho”, ainda que muito baixo quando comparado com os operários do meio urbano, continuamente mobilizados em torno de “uma *revolucionária consciência de classe*” (Pereira, 1997: 112; *itálico no original*), sem que isso implique o abandono dos “acanhados terrenos agrícolas” (Alves, 1999: 5, 6). Os trabalhadores rurais – no Vale do Ave e no Minho –, voluntariamente marginais à agitação social, tornam-se mais baratos do que os urbanos, em parte por estarem mais dispersos e menos organizados (Ingerson, 1982: 1486). Formam, segundo esta autora, um semiproletariado ou camponeses-operários: trabalham nas fábricas a troco dum salário e também na agricultura (Ingerson, 1981: 863). Uma complementaridade filha da necessidade e não expressão idílica: “Não tinha lá muito a ver com a hortazinha romantizada de que falava o arquiteto Ribeiro Teles. Depois do duro trabalho na fábrica esgravatar a terra era um suplemento de esforço razoavelmente árduo, essencial para garantir a subsistência familiar.”⁶⁸

Por este território prevalece um modelo relacional paternalista que explica o reduzido impacto local do discurso e ação sindicalistas junto dos operários, perfeitamente cientes “dos limites do mundo” (Pereira, 1997: 112). Algumas empresas constroem cantinas, infantários, casas para trabalhadores (Ingerson: 1489), no que também pode ser visto como formas de contenção do descontentamento social (Fernandes, 2017: 35) e de tornear a escassez de mão-de-obra causada pela emigração, principalmente nos anos de 1960: tais obras “de carácter ostentatório ou monumental” (Ingerson, 1982: 1489) asseguram, nalguns casos, a isenção de impostos e,

⁶⁸ Testemunho de Amadeu Santos, opositor ao regime do Estado Novo em Guimarães, incluído no volume *25 - Daqui Houve Resistência*. Recolha e organização de textos de César Machado. Edição do Cineclube de Guimarães, 2014.

noutros, concitam uma maior permissividade da parte das autoridades locais ou mesmo nacionais no tocante a cumprimento dos salários mínimos e contribuições industriais ou prediais (idem). Perante uma caracterização como esta somos levados a supor que os primeiros tempos da industrialização e de aparecimento de uma nova classe – o proletariado –, desconfiada dos sindicatos e das discussões políticas, é terreno estéril onde não medram as sementes da contestação e do protesto das grandes massas operárias, *amaciadas* pela extrema pobreza. O operário têxtil desta região mostra as suas reações, como se depreende do apanhado dos protestos e greves feito por Augusto Castro Pereira nos concelhos de Famalicão e Santo Tirso entre 1900 e 1926, com base nas notícias dos jornais. O Vale do Ave não escapa à agitação que percorre Portugal a partir do início da Primeira Guerra Mundial. Nos primeiros anos do século XX surgem, ainda que periclitantes e logo abafadas, manifestações de descontentamento, que nesta zona são, invariavelmente, evidência última de estados de miséria. As fábricas mais visadas da região (Alves, 1999: 21), por serem, também, aquelas onde o ativismo operário é mais notório, tal como os atropelos aos horários, o trabalho de menores e a repressão ao associativismo, são as de Riba d'Ave e de Negrelos, esta última alcunhada pelo jornal *O Fiandeiro* como a "roça de Negrelos" (idem) – a que podemos juntar Pavidém, no concelho de Guimarães, pela notória e importante consciencialização operária. Os desmandos de alguns industriais, recalcitrantes quanto ao cumprimento da legislação laboral, severos em matéria de regulamentos (Alves, 1999: 20) e empenhados na repressão das iniciativas operárias, funcionam como impulsores da contestação. É assim que ficam registadas, pelo seu simbolismo e adesão, as manifestações operárias de 1910, nas Aves, e a Marcha da Fome de Pavidém⁶⁹. O propulsor da mobilização operária é a penúria extrema a que nem mesmo a complementaridade fábrica-campo consegue fazer face, mas pressente-se já uma motivação de cunho político e solidário (Escadas, 2017: 195). De facto, é já

⁶⁹ No período da II Guerra Mundial (1939-1945) o PCP dinamiza, em vários pontos do país, um conjunto de ações de protesto contra a crise, cuja faceta mais visível era o racionamento alimentar e a grave escassez de alimentos, em particular o pão. O prolongar da crise gera ondas de revolta nas camadas menos reconhecidas pelos meios políticos e corresponde a um incremento do nível de manifestações no Vale do Ave (Cortezão e Neves, 2012: 31). A Marcha da Fome de Pavidém traduz-se num movimento muito significativo na história de Guimarães, "apesar do medo" da ditadura (idem: 87). Cerca de 2000 operários, de Pavidém, Riba d'Ave e outras localidades próximas, marcharam até à Câmara Municipal de Guimarães, em silêncio e empunhando bandeiras prestas, símbolo da fome, exigindo pão. Em 2012 este episódio emblemático das lutas operárias e do povo foi reativado em livro (*A Marcha da Fome de Pavidém – Memórias de um Passado na Inquietude do Agora*, de Luiza Cortezão e Francisco Neves). À distância de quase 70 anos, os autores resgatam este exemplo da reação popular do apagamento a que foi votado, na altura e pelos anos seguintes, na imprensa local, que não lhe fez qualquer referência, e no poder municipal. Às exigências de pão por parte dos operários, o poder respondeu com o reforço da presença das forças da GNR junto das fábricas de Pavidém.

perceptível em latência uma reação às injustiças, embora a propalada complementaridade agricultura-indústria possa ter minorado os problemas operários. Mas não faltam conflitos a expressar descontentamentos mais profundos, que as dificuldades económicas derivadas da conjuntura de guerra exacerbam. Para além de algumas ações grevistas localizadas — 1913 (Caniços, Riba d'Ave, Caniços), 1914 (Delães), 1918 (Negrelos e Riba d'Ave), 1920 (Negrelos), 1925 (Riba d'Ave) — verificam-se movimentos de maior amplitude. Um dos casos de grande impacto regista-se em novembro de 1915, em Pevidém, e tem por móbil o incumprimento do horário de trabalho. Os operários protestam e um deles é abatido a tiro pela GNR. Sinal revelador da “docilidade” operária aparente, considere-se que na contestação à tragédia o quartel da GNR local é destruído por um grupo de operários e é convocada uma greve geral em Guimarães. Em dezembro seguinte, há tentativas para uma greve geral em Vila Nova de Famalicão contra a fome e a carestia de vida. Em agosto de 1920 e outubro de 1923 os operários da construção civil de Guimarães entram em greve. Em dezembro de 1921 são os operários têxteis de Guimarães. Em outubro de 1924 há uma tentativa de greve geral do operariado de Guimarães em torno do problema salarial, com o governo a proibir a realização de comícios (Alves, 2002: 9). Há referências a greves em 1913 na Sampaio, Ferreira & Ca e na Fábrica de Caniços, que voltam em 1915, 1918 e 1925 (Alves, 2005: 481). Em março de 1931, o operariado de Famalicão e Riba d'Ave manifesta-se exigindo o cumprimento do horário de trabalho de oito horas (Lopes, 2004: 35). Fátima Patriarca regista, para o Vale do Ave, greves na Fábrica do Rio Vizela, em 1953, e na Fábrica Têxtil da Cuca, em 1954. E Carlos da Fonseca anota, para 1956, uma manifestação operária em Fafe, com um cortejo de desempregados munidos de bandeira negra, símbolo da fome (apud Alves, 2002: 10). Lopes Cordeiro refere “greves de braços caídos” em 1970, na Fábrica de Fiação e Tecidos Oliveira, Ferreira, em Riba d'Ave e na empresa Manuel Gonçalves, em Requião (Famalicão), ambas por aumentos salariais; e um protesto, em 1972, na Têxtil António Lopes Correia, em Guimarães, contra a falta de limpeza dos sanitários (Cordeiro, s/d: 156-159). As derrotas e o sofrimento dos trabalhadores e do seu movimento não diminuem a importância política dos protestos e das greves operárias que levam os poderes a fazer concessões, no direito ao voto, organização e participação política e na luta pela redução do horário de trabalho. Desse confronto desigual, com os proprietários, com os patrões, com os poderes instituídos, as massas de assalariados resultantes da revolução industrial estão na origem de uma das mais importantes

clivagens sociais verificadas na Europa Ocidental (de acordo com o modelo de Lipset e Rokkan)⁷⁰. Submetidos a condições laborais extremamente árduas nas fábricas, os operários organizam-se, principalmente nos meios urbanos. Reivindicam a melhoria laboral, proteção, seguros (Jalali, 2017: 26). Depauperados, explorados e sujeitos a um quadro de exploração na fábrica e de insalubridade habitacional⁷¹, os trabalhadores acolhem as mensagens dos que procuram organizar a classe em defesa dos seus interesses, nomeadamente através da criação de sindicatos. Esta organização, ainda que incipiente nos seus inícios, torna-se claramente um obstáculo para patrões e proprietários. Este confronto é considerado basilar do conceito divisivo entre esquerda e direita e definidor da linha ideológica que distingue uma da outra, com os partidos da esquerda a defenderem os valores e interesses da classe trabalhadora. Os nomes dos partidos operários variam em função da geografia: “social-democrata”, “socialista”, “trabalhista”, ou simplesmente “operário”, às vezes associados, como “socialista-operário” ou “social-democrata operário” (Groppi, 2012: 65). Também nesta área da estruturação político-partidária, destacada por Carlos Jalali (2017), os movimentos operários podem reivindicar o seu quinhão. De igual modo, salienta Thomas Piketty, o movimento em direção à igualdade, iniciado no século XVIII, deve muito às lutas e revoltas dos operários, que dessa forma ajudam a mudar as relações de força entre os espezinhados da base e as classes do topo (Piketty, 2022: 23). Entre essas conquistas contam-se a cogestão fabril e o direito sindical (idem: 25), mas também a própria democracia e a

⁷⁰ Seymour Martin Lipset e Stein Rokkan (Lipset, Seymour M e Rokkan, Stein. 1967, *Cleavage structures, party systems and voter alignment: an introduction*, in Lipset, S.M. e Rokkan, S (orgs), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque: The Free Press: pp. 1-64. Versão em português: Lipset, Seymour M e Rokkan, Stein (1992), *Estruturas de clivagens, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores*, in Lipset, S., *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva: 161-259.

⁷¹ As condições de habitabilidade das classes populares – rurais, operárias – eram atroz. Já no século XX, nos anos 40, nas zonas rurais, incluindo, pois claro, o Minho, persistia o costume, adotado por força das enormes carências, de toda a família dormir na mesma divisão. As casas não tinham latrinas nem dentro nem fora, pelo que as necessidades eram feitas no quintal. Num quadro destes torna-se esdrúxulo falar de saneamento – não existia de todo. *Modos de habitar*. Rui Casão. In *História da Vida Privada em Portugal. Época Contemporânea*, José Mattoso (Dir), Irene Vaquinhas (coord).

consolidação dos direitos humanos.⁷² O ativismo operário é benéfico para a democracia⁷³ e um antídoto contra soluções antidemocráticas.⁷⁴

Com este alinhamento de triunfos que vão para lá das questões económicas que sempre foram mobilizadoras do operariado, não pretendemos “inventar vitórias” para os movimentos operários, nem o seu contrário, fazer da história uma listagem dos fracassos (Zinn, 1994:10), mas antes procurar aclarar os episódios ocultos do passado em que, ainda que fugazmente, as pessoas comuns – no caso, o operariado – mostram capacidade de resistir e até de vencer (idem). E os jornais operários ocupam lugar de destaque indelével nessas conquistas.

2. Imprensa Operária

A imprensa operária representa um papel fundamental não só na «doutrinação», mas também na capacidade de influenciar políticos e políticas (Sá, 1978: 43). Indubitavelmente, é crucial para a formação de uma consciência operária (Mónica, 1987: 28). Sem essa ferramenta comunicacional, por menor ou maior que tenha sido a sua longevidade, a classe trabalhadora não teria alcançado direitos sociais e democráticos (Varela, 2023: 222). Alimentados militantemente por socialistas, sindicalistas, tipógrafos, anarquistas, comunistas, católicos progressistas, os jornais operários são uma fonte não negligenciável da visão de mundo (Sousa, 2012: 52).

Sobre a importância deste veículo comunicacional, não apenas para o interior dos movimentos que o suportam, a amostra anterior será suficiente, ainda que não espelhe o dinamismo assinalável registado no nosso país. Os movimentos operários – de classe, sindicais e de correntes ideológicas –, principalmente nas fases de afirmação, encaram a imprensa como um meio para a

⁷² Um estudo realizado pelo Instituto para a Paz da Noruega, com base em dados referentes ao período de 1900 e 2006, conclui que o movimento operário organizado teve um papel essencial na conquista da democracia, na oposição aos regimes ditatoriais e na conquista e consolidação dos direitos humanos, com destaque para os direitos sociais e democráticos. Fonte: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/704699>

⁷³ Quando se ignora a vida quotidiana dos trabalhadores, as suas dificuldades, a sua inserção no contexto das empresas, o que se está a fazer é a encaminhá-los para os braços apaziguadores da extrema-direita. A forma como os trabalhadores se posicionam no ambiente de trabalho influencia a sua visão fundamental sobre política, de acordo com um estudo da Fundação Otto Brenner, na Saxónia, sobre a relação das experiências de participação dos trabalhadores no local de trabalho e as suas opiniões políticas. Fonte: <https://praxis.org.pt/2024/01/03/993/>.

⁷⁴ “A AfD (Alternative für Deutschland, partido de extrema-direita) venceu as eleições estaduais na Turingia com uma vantagem de mais de nove pontos percentuais, e na Saxónia ficou apenas 1,3 pontos atrás dos democratas-cristãos. Resultado na Turingia representa primeiro triunfo da extrema-direita desde a IIGM”. <https://expresso.pt/internacional/alemanha/2024-09-01-alemanha-extrema-direita-vence-na-turingia-e-perde-por-pouco-na-saxonia-4a93ad66>

prossecução dos seus objetivos económicos e ideológicos. Sustentam diários (*A Greve*, 1908, *A Batalha*, 1919); asseguram publicações num quadro de escassez de meios, humanos e técnicos, e fornecem uma galeria de personagens marcantes, como tal sujeitas a uma certa romantização pela sua resistência quer às agruras do ofício jornalístico quer à repressão das fábricas e dos poderes, e até das tendências. Lá iremos. Por agora coloca-se a questão de definir critérios para caracterizar a imprensa dos e para os operários.

Produto de natureza jornalística e propagandística, pois claro, assegurado por operários e outros trabalhadores, ou até por certas camadas da burguesia, como os católicos, desde de que com ligação à cultura operária (Sá, 1981: 840). E aqueles jornais sindicais, profissionais, partidários e doutrinário-culturais, dirigidos a operários com intuito de veicular conteúdos ideológicos: anarco-sindicalistas, anarquistas, católicos, comunistas, socialistas (Mónica e Matos, 1981: 1014). Esta seleção é necessariamente resumida e não esgota as possibilidades de caracterização de um fenómeno tão diversificado como é a imprensa operária em Portugal, que sofre no seu processo de afirmação os mesmos constrangimentos que teve de enfrentar o movimento operário.

2.1. Jornais queimados

A maior ou menor vitalidade da imprensa operária liga-se indelevelmente à intensidade dos movimentos operários. É maior nas cidades de Lisboa e Porto, capitais do proletariado português, que exporta modelos para zonas periféricas (Sá, 1981: 852). De facto, tal como com os movimentos operários, a imprensa desta causa enfrenta dificuldades de penetração fora daquelas cidades. Também neste capítulo sobressai um distanciamento por parte da classe (Alves, 1999b: 20, 21), que vai mesmo para lá do mero desinteresse, assumindo foros de reação violenta, em relação aos jornais feitos em seu nome. De tal maneira que se torna frequente ler, lado a lado, na mesma edição, críticas contra as práticas patronais e admoestações ao operariado desligado das lutas e críticos da apologia da sublevação fabril. Ao mesmo tempo que os jornais assumem a causa da justiça laboral e acusam os patrões pelos atropelos às leis e pelo aumento da repressão, muitos operários colocam-se do lado do empregador, em nome da estabilidade na fábrica e no lar. Um caso paradigmático é o que, em 1910, envolve Zeferino Coelho, destacado militante e arquétipo do jornalista operário, fundador, diretor e redator do jornal *Lucta Operária*, com sede em Burgães, Santo Tirso (Alves, 2002: 8), protagonista de um desses episódios emblemáticos da

história operária desta região: a queima de duas centenas de exemplares do jornal, na via pública, em Riba d'Ave, em outubro de 1910, levada a cabo por operários como forma de evitar que chegassem aos trabalhadores. Na edição seguinte do seu jornal, Zeferino Coelho acusa “bandidos sem dignidade nem carácter”, a mando do industrial Narciso Ferreira, pela autoria do ataque. O episódio é focado em jornais e investigações de vários autores (Alves, 2002; Pereira, 1998; Pozzer, 2021) e, num registo híbrido de investigação e prosa, no livro *Margem Esquerda* de Abílio Machado (2020). O caso ilustra bem as dificuldades que o movimento operário enfrenta no longo e atribulado caminho, da monarquia à república, da ditadura à democracia.

2.2. Dos artistas ao proletariado

É forçoso que as etapas desse percurso sejam resumidas, quer por impossibilidade de apontar todos os jornais, boletins, números únicos produzidos com a chancela do movimento operário, quer por não ser essa a intenção deste trabalho. A afirmação da imprensa operária conhece as mesmas vicissitudes dos esforços de organização e estruturação dos movimentos operários: gravosa escassez de meios, pressões (económicas, políticas, religiosas) e desinteresse por parte do público-alvo.

Como referido, os jornais são um instrumento fundamental para robustecer e afirmar a dinâmica operária (Pereira, 1981: 142). Sem eles é difícil, até mesmo impossível a formação de uma consciência operária, nomeadamente quanto à necessidade de o operariado se autonomizar do patronato e do Estado (idem). Em Portugal, os primeiros jornais associados aos movimentos operários espelham uma natureza associativa: impera a lógica mutualista, de socorro aos associados, mais conciliadora e menos orientada por objetivos de conflito. De facto, o *Jornal dos Artistas* aparece em 1836, mas não é porta-voz dos operários; *O Eco Metalúrgico*, jornal de classe, conciliador entre capital e trabalho, surge em 1850 (Varela, 2023: 220). É uma fase confusa em que nos jornais as queixas de mestres contra aprendizes e de artesãos contra industriais emparceiram com apelos à associação e ao socorro mútuo, elogios aos reis e aos patrões (Pereira, 1981: 143). No meio desta amálgama sobressai a tentativa de afirmação da causa operária e, tenuemente, do “*socialismo*” (idem; *italico entre aspas no original*). A via doutrinária e de rutura por parte do movimento operário ganha terreno quando se impõe à lógica mutualista e associativa, de conciliação e não de rutura (Varela, 2023: 220), principalmente animada pelas correntes

anarquista e socialista. Essa mutação está patente, desde logo, na evolução do vocábulo primitivo “artista” para o substantivo moderno “operário” e para o termo mais avançado “proletário” (Sá, 1981: 540) que se opera nos títulos dos jornais. A doutrinação é reforçada em 1872 com *O Pensamento Social* – jornal que ostenta no cabeçalho a consigna da Internacional “Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres” –, responsável pela publicação da primeira tradução portuguesa do Manifesto Comunista (Sá, 1990: 219). Com colaborações de Oliveira Martins, Batalha Reis, Eduardo Maia e Antero de Quental, o periódico surge no seio da Fraternidade Operária, a segunda mais importante associação de resistência em Portugal (Lázaro, 2019: 9), organismo unitário do movimento operário. A influência da Internacional (em 1873 é criada a Associação de Trabalhadores da Região Portuguesa, agregando a Fraternidade Operária, a Associação do Trabalho Nacional, a Fraternidade Agrícola, entre outras) impulsiona a dinâmica política e, por conseguinte, propagandística. É nesse contexto que surge, em 1875, o Partido Socialista, no seio do qual se torna consensual a aposta nos jornais como via para a doutrinação e mobilização: *O Protesto* (Lisboa, 1875) e *O Operário* (Porto, 1879), que se unificam em 1882 n’ *O Protesto Operário* (Sá, 1990: 220). A associação de jornais com partidos políticos torna-se mais efetiva no início do século XX, em linha com as conceptualizações gramsciana (jornalismo como partidos) e leninista (jornal como organizador coletivo) (Sousa, 2012: 54). *O Têxtil*⁷⁵ é um bom exemplo de jornal de características operárias, mas controlado por um partido político, o PCP, e dirigido a todos os trabalhadores de um setor fundamental no Vale do Ave (Cordeiro, s/d: 156).

Na viragem do século XIX contam-se 593 periódicos, dos quais 47 no distrito de Braga (Varela, 2023: 221). Lisboa (188) e Porto (91) registam os números mais altos (idem). A imprensa operária torna-se porta-voz das movimentações de um amplo setor favorável à mudança de regime. Em 1908 surge o primeiro diário operário português, *A Greve*, publicado e distribuído por operários e estudantes (idem: 221) que consegue, apesar da sua “curta, mas eficaz duração” (Oliveira, 685) abalar mais ainda a monarquia. Já na República, a partir de 23 de fevereiro de 1919 surge o diário *A Batalha*, que se torna o órgão oficial da Confederação Geral do Trabalho, central operária anarcossindicalista.

⁷⁵ O jornal *O Têxtil* começa a ser publicado em janeiro de 1956, mantendo publicação regular até ao 25 de Abril de 1974, com um intervalo entre 1967 e 1971. Quando volta a ser publicado, e até 1973, foi impresso numa das últimas tipografias clandestinas que a Direção da Organização Regional do Norte do PCP tinha instalada em Rio Tinto. Cf. Cordeiro, s/d., *As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário*. Revista online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.

Depois da obscuridade estadonovista, a imprensa operária revitaliza-se com o 25 de abril de 1974 – marcado por um surto de comissões de trabalhadores, ocupações de fábricas e autogestão. O *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical* de Victor de Sá (1991) dá ideia da vitalidade dos jornais associados ao movimento operário. Os 389 títulos relativos ao período de 1974-1978 são elucidativos do ímpeto publicista dos movimentos operários (Sá, 1991: 340) ao longo de décadas e que não se eclipsou com a institucionalização democrática de 1975.

2.3. Em nome dos operários

Em 1985, prepara-se Portugal para entrar no grande salão da Europa comunitária surge, a contracorrente, o primeiro número da revista *Política Operária*⁷⁶. Numa altura que deixa já antever um desenvolvimento centrado nas vias rodoviárias e no abandono e deslocalização da indústria, o fundador e diretor, Francisco Martins Rodrigues⁷⁷, no editorial “O direito à revolução”, reconhece que o surgimento de uma publicação centrada nas questões do proletariado choca com o início do processo de elisão desta classe, e questiona: “que utilidade tem uma revista que se propõe levar aos operários a discussão dos grandes temas da política?” (*Política Operária*, 1985: 1).

A publicação diz-se dirigida aos operários, principalmente da cintura urbana da Grande Lisboa, alfobre dos movimentos de extrema-esquerda, maoistas, marxistas-leninistas, e principal fornecedora dos militantes para as “implantações” entre os operários nas fábricas da província. Francisco Martins Rodrigues admite que a maioria dos operários não verá “interesse prático” na publicação, por um lado por terem outros problemas que obrigam a definir outras prioridades, como a participação nas campanhas eleitorais, ou porque, mais do que um manual político, o foco

⁷⁶ Revista *Política Operária*, n.º 1 Setembro/Outubro 1985. Editorial “O direito à revolução”, assinado pelo diretor, Francisco Martins Rodrigues. “O lançamento de *Política Operária* depara com uma pergunta quase certa: que utilidade tem uma revista que se propõe levar aos operários a discussão dos grandes temas da política? A maioria dos trabalhadores não verá interesse prático numa iniciativa destas. Hoje, porque estamos envolvidos numa série de campanhas eleitorais e todos querem saber em quem votar, amanhã, porque será necessário prosseguir a luta contra os despedimentos, os salários em atraso, a carestia, a exploração capitalista.”

⁷⁷ Francisco Martins Rodrigues, diretor da revista *Política Operária*, ex-membro do comité central do PCP e líder da primeira ruptura do partido devido ao conflito sino-soviético, que deu origem ao Comité Marxista-Leninista Português, morreu em 2022, em Lisboa, com 81 anos. Obras de e sobre Francisco Martins Rodrigues: *Os anos do silêncio*, 2008, Edições Dinossauro; *História de uma vida*, 2009, Edições Dinossauro; *Abril traído*, 1999, Edições Dinossauro; *Francisco Martins Rodrigues: documentos e papéis da clandestinidade e da prisão. Textos selecionados por João Madeira*. 2015, Lisboa. Edições Ela por Ela. Outras fontes: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/rodrigues_francisco.htm; <https://anabarradas.com>

proletário está centrado nas lutas necessárias para enfrentar matérias mais económicas, dos despedimentos aos salários em atraso, da carestia à exploração capitalista (idem). “Não tem faltado à classe operária ocasiões para fazer sentir o seu peso em eleições, em greves, em manifestações. Como se compreende que a sua situação seja cada vez pior?” (idem).

A descrença assim manifestada no número inaugural de uma publicação apostada na consciencialização dos operários, embora cronologicamente fora do arco temporal definido para este trabalho, tem paralelismo com os estados de alma de muitos outros protagonistas do ativismo impresso. Por outro lado, ajuda a clarificar a motivação de muitos dos animadores da causa operária: ser a vanguarda intelectual de uma grande mole humana de “espírito rude” na qual não tinha ainda penetrado “a consciência revolucionária” (Lima, 1972: 28). Nem todos os jornais operários assumem publicamente essa missão. No caso do *Perspectiva* (ver Estudo de Caso) esse papel é posto de lado logo à partida: nos seus estatutos afirma-se como jornal democrático, popular e regional, apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista”, sem se assumir como “vanguarda dos trabalhadores” (*Perspectiva*, nº 2, agosto 1974: 1).

Referimos até agora a importância da imprensa operária na disseminação de ideias e na defesa dos interesses e causas de trabalhadores e de grupos ideologicamente organizados. Aludimos, igualmente, à profusão de títulos, incluindo diários, mais forte nas cidades de Lisboa e Porto do que nos meios pequenos e médios, incluindo o Vale do Ave. O estudo deste fenómeno, quer como fonte de informação quer como revelador da história do movimento operário, conhece flutuações ao longo dos tempos e muitos vazios.

2.4. O estudo da imprensa operária

Em 1981, um então jovem investigador e historiador espanta-se com o défice de representatividade da imprensa e dos movimentos operários na investigação académica e não só: “Parece que ninguém se está para aborrecer, perdendo o seu tempo com tarefas deste tipo em vez de fazer investigações de maior fôlego e prestígio” (Pereira, 1981: 989). O contexto é português, mas o diagnóstico não é exclusividade lusa. A imprensa operária e socialista nos Estados Unidos sofre a mesma subalternidade, apesar da sua importância (68 jornais operários, muitos deles diários, publicados entre 1828 e 1834) e de ser muito usada como fonte para o estudo das organizações e movimentos operários e das suas lutas (Bekken, 1988: 114). De facto,

e paradoxalmente, a profícua presença do jornalismo dos e para operários não tem expressão proporcional em matéria de investigação, sendo a historiografia surpreendentemente pequena (Sclater, 2001).⁷⁸ O mesmo diagnóstico é válido para os Media: a representação adequada dos valores e diversidade da classe operária é residual, substituída por uma caricatura potenciadora de estigmatização, sensacionalismo e até demonização (Hesmondhalgh, 2017: 1).

A conclusão é válida para outras geografias. No caso português, é um facto que o estudo da imprensa operária integra as agendas e motivações dos investigadores, principalmente com a instauração da democracia e no período ainda marcado pelo calor revolucionário. Durante o Estado Novo é ainda mais ofuscada, mas não é um campo “inteiramente abandonado” (Cordeiro, s/d: 154), devendo ser, contudo, traçados dois tempos distintos: com Salazar e com Marcelo. No primeiro caso, Cordeiro realça os trabalhos de Alexandre Vieira (1950, 1959, 1970) e de César Nogueira (1964). No consulado de Marcelo Caetano (1958-1974) assiste-se a um ligeiro incremento de trabalhos nesta matéria, muitos deles a cargo de intelectuais como José Pacheco Pereira (1971), autor de duas obras que seriam apreendidas pelo regime, César Oliveira (1973), Ana Maria Alves (1971), a par das investigações de Carlos da Fonseca (1973) e João Granjo Quintela (1973), feitas a partir do exílio. A estes podem acrescentar-se os trabalhos relevantes de Manuel Villaverde Cabral, Miriam Halpern Pereira, Victor de Sá, Maria Filomena Mónica, José Barreto, Vasco Pulido Valente e José Tengarrinha, entre outros.

Em democracia, à medida que se consolida o sistema político e arrefecem os ânimos revolucionários, o estudo da imprensa e movimentações operárias volta a cair num certo esquecimento. Tal como outros autores, de que destacamos Varela e Tengarrinha, também nós entendemos que a imprensa e os movimentos operários, com as correlativas implicações, são dignos o suficiente para lhes prestarmos “demorada atenção” (Tengarrinha, 2021: 26).

O trabalho de levantamento da imprensa operária em Portugal tem sido feito por investigadores de relevo ao longo de anos, num processo demorado, paciente, até exaustivo, de compilação de títulos. Para este trabalho considera-se o de Emília Nóvoa Faria (2014), desde logo por respeitar

⁷⁸ Segundo Sclater: a compilação de Joseph R. Conlin, *The American Radical Press, 1880-1960*, continua a ser uma importante fonte. Bibliografia extensa para a imprensa operária nos Estados Unidos de Dirk Hoerder, *Imprensa do Trabalho Imigrante na América do Norte, décadas de 1840-1970*. Sobre o tema: <https://www.laborpress.org/>. LaborPress é um meio de comunicação para sindicatos e trabalhadores, a maior fonte de notícias laborais diárias de Nova Iorque.

a uma realidade local e por fazer referência ao *Perspectiva*. De âmbito geral, os de Maria Filomena Mónica (1982) e Victor de Sá (1991), este último composto por 2158 títulos respeitantes ao período de 1836 a 1986. Na abertura do volume, Sá queixa-se das dificuldades na criação de arquivos, o que explica, em parte, o desaparecimento de muitos títulos e a destruição deliberada de outros, nalguns casos como “autodefesa de militantes ou seus familiares” (idem), em particular durante o Estado Novo. Isso explica o facto de haver títulos em falta: uns porque desaparecem na voragem do tempo e da ausência de preocupação com a sua salvaguarda, outros porque não conseguem projeção capaz de os salvar do fatalismo da terra pequena. Assim se explica que o jornal que constitui o estudo de caso não conste no levantamento deste autor. Por outro lado, um dos problemas relacionados com o estudo da imprensa operária prende-se, desde logo, com a escassez de arquivos. Em muitos casos (Sá, 1991: 840) não há informação, pelo menos fiável, sobre a identidade dos responsáveis pela publicação dos jornais (redatores e colaboradores) e sobre o período de publicação; noutros verifica-se a falta de exemplares e de informação sobre a sua suspensão. O jornal *Perspectiva* (ver Estudo de Caso) deixa de se publicar em 1976 (nº 18, ano II, junho) sem nenhuma nota explicativa ou anúncio de suspensão.

O *Roteiro* de Victor de Sá é uma listagem exaustiva de jornais, boletins, números únicos, revistas, almanaques respeitantes à classe trabalhadora. Regista toda a imprensa operária ou intencionalmente operária, indistintamente das posições ideológicas. São indicados títulos, localidades e anos iniciais e finais de publicação, periodicidade, números publicados, editores, redatores e outros elementos essenciais. Ficam de fora jornais regionais e outros posteriores a 1974 considerados predominantemente regionalistas ou noticiosos do quotidiano em geral. De acordo com o autor, a recolha espelha a vitalidade assinalável registada na primeira década da República, 1910-1920 e no período 1970-1980, que abrange a parte final da ditadura e a implantação da democracia. Entre 1974 e 1983 são referenciados 441 jornais operários, muitos mais do que nas quatro décadas anteriores (296 títulos). O dinamismo publicista operário destes dois arcos temporais contrasta com a depressão de 1930-1970, um “extenso vale de infecundidade” (Sá, 1984: 151) cavado pela repressão sobre a classe operária.

De facto, a vitalidade no período final da monarquia e implantação da república é assinalada por José Tengarrinha, no prefácio ao referido livro sobre a imprensa famalicense, incluindo-se nesse arco temporal o aparecimento do primeiro jornal republicano no concelho, *O Porvir*, em maio de 1895. Já em democracia, com data da primeira edição de setembro de 1974, surge *A Voz do*

Povo de Riba d'Ave, com características (técnicas, orientação ideológica) muito semelhantes às do *Perspectiva* (Faria, 2014: 341, 342). Importante é, também, *O Clarão* (1920-1921), que se apresenta como porta-voz do operariado de Vila Nova de Famalicão, propriedade de “um grupo de libertários”, tendo como diretor António Gonçalves Branco. Propõe-se “preencher uma grande lacuna no concelho, onde o povo trabalhador, como em todo o país, dorme um sono tão profundo, que quase não dá pelo clarão redentor” (da apresentação do jornal, nº 1, 8 de agosto de 1920, citado em Faria, 2014: 94, 95).

O distrito de Braga não fica de fora do significativo surto de publicações asseguradas pelos movimentos operários, com publicação mais curta ou efémera.⁷⁹ No período que nos interessa apontam-se os seguintes exemplos: *O Companheiro* (Grundig), *O Operário* (Sindicato da Construção Civil e Pedreiros Montantes); *Fala o Trabalhador* (Sindicato da Construção Civil e Madeiras). Um caso assinalável é *A Voz dos Têxteis*, mensário do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto e Aveiro e do Sindicato Têxtil de Braga, que conta na redação com José Manuel Rocha e Valdemar Cruz e regista uma tiragem de 11 mil exemplares por edição.⁸⁰

Da recolha de Victor de Sá (1991) vale a pena referir alguns títulos publicados desde 1836. Em Braga: *O Pantólogo*, 1866; *O Eco do Funcionário*, 1867; *O Artista*, 1871; *O Operário*, 1871; *O Amigo do Povo*, 1877; *O Combatente*, 1896; *A Escravidão*, 1900; *Defesa*, 1909. Em Vila Nova de Famalicão: *Jornal das Artistas*, 1875; *A Igualdade*, 1885. Em Guimarães: *O Caixeirinho*, 1886; *Povo de Guimarães*, 1896 e 1904; *A Alvorada*, 1907; *O Despertar*, 1914; *O Trabalho*, 1915. Com a implantação da República, a voz do proletariado chega a outras localidades: *Lucta Operária* (1910), em Santo Tirso, e *A Luz Vermelha* (1928), em Fafe.

Trata-se de uma amostra, como tal uma parte de um conjunto mais amplo, representativa da fecundidade publicista dos diversos movimentos operários no distrito de Braga. Embora diferentes entre eles – uns mais amadores, outros já dotados de orientação profissional – todos apresentam uma linha comum no que toca à sua estrutura.

⁷⁹ Para aprofundar o estudo sobre imprensa do distrito de Braga, entre outros: Oliveira, A. Lopes de. 1975. *Imprensa Bracarense*. Braga: Pax; *Roteiro Bibliográfico sobre Imprensa no Século XX*, um repositório de obras que constitui uma ferramenta para o desenvolvimento de trabalhos de investigação nesta área: <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/BeliefAndCitizenship/Produtos/Bibliography.html>

⁸⁰ A título de curiosidade, o que evidencia o declínio em que tem caído a imprensa nos últimos anos, o *Público*, jornal de referência em Portugal, tem uma tiragem de 10058 exemplares, segundo dados alusivos ao segundo trimestre de 2024. Fonte: APCT – Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem e Circulação. Dados: <https://www.apct.pt/analise-simples>

2.5. Conteúdo e organização

Do ponto de vista organizacional, os jornais operários apresentam características comuns, quer os do final do século XIX quer os da centúria seguinte, e até mesmo os que surgem no período de implantação da democracia (exemplo do jornal *Perspectiva*). Uma organização muito semelhante, com variações ao nível das reivindicações e da ideologia: coexistem secções de denúncia das condições de trabalho, de comportamentos no interior do meio fabril, espaços de doutrinação ideológica e outros dedicados à poesia ou ao que Pacheco Pereira chama “grandiloquência dos autodidactas” (1981: 142).

No final do século XIX sobressai o conservadorismo dos costumes: publicam-se apelos a uma vida regrada, como este do jornal *O Manipulador de Pão* de Lisboa, de janeiro de 1932: “trabalhador amigo, camarada meu: abandona a taberna, esse antro imoral, de podridão, dor e desgraça!” (Mónica, 1982: 505). De facto, a alcoolização da população proletária, incrementada pela erupção de novos hábitos decorrentes da conquista de tempos livres à jornada de trabalho, torna-se uma chaga humana devastadora: não só corrói o corpo, tornando a esperança de vida ainda mais curta, como dificulta o trabalho de proselitismo do movimento operário junto dos que encaram o álcool como um paliativo para a dura realidade (Piqueras, 1995, 44, 45). De igual modo a orientação pelos bons costumes tem na mulher um dos principais alvos: “O que o socialismo quer (...) não é desmembrar a família, é pelo contrário dar-lhe a consagração devida; é roubar a mulher à oficina e restituí-la ao seu verdadeiro lugar, no lar, rodeada de certa abastança, desempenhando a pura missão de educadora da prole; é acabar com a «creche» onde os pequeninos seres se deprimem e estiolam” (artigo *A Família*, assinado por Juno, in *O Eixo Metalúrgico*, Lisboa, 28.3.1897; recolha de Mónica, 1982: 463, 464).

Outra constatação prende-se com a prevalência das mesmas denúncias em tempos tão díspares: “O sr. Amaral (patrão de uma fábrica de cortiça) emprega processos inquisitoriais para com o seu pessoal contando as vezes que os operários vão à sentina” (artigo assinado por Ariosto, jornal *O Corticeiro*, Alhos Vedros, Lisboa, 15.01.1910, in Mónica, 1982: 49). A mesma denúncia 64 anos depois, no jornal *Perspectiva*, num texto assinada por “Um grupo de operários”: “Nas casas de banho não há limpeza; não têm portas e até a água para lá é cara – faltando (...) Existem duas lâmpadas para controlar as idas dos operários às casas de banho” (*Perspectiva*, n. 3, Ano I, setembro de 1974: 7).

O idealismo e a crença nas mudanças da sociedade são recorrentes na imprensa operária: “Estamos num mundo velho, cheio de indignidades, onde o homem abusa do homem (...) Sonhamos? Ditosos os que sonham! (...) Demais, como impossíveis, como utopias, têm sido tomadas todas as grandes ideias, todas as nobres aspirações, as mais famosas descobertas já realizadas e consideradas triviais (...) o andar devagar não quer dizer que paremos de todo (...) Os terremotos são para a geologia o que as revoluções são para a história dos países” (editorial “A que vimos”, assinado pela redação, jornal *O Chapeleiro*, Lisboa, 1.1.1896, in Mónica, 1982: 469). No *Perspectiva*, em 1974, a mesma crença na capacidade mobilizadora dos operários: “Ninguém pode libertar os pobres senão nós que somos pobres. Por isso é que o nosso empenho na luta pelo bem e pela igualdade entre todos os homens se deve tornar cada vez mais forte (...) milhões de operários, oprimidos e explorados como nós, lutam pela liberdade e pela realização total do homem” (*Perspectiva*, nº 3, Ano I, setembro de 1974: 7).

Um outro exemplo, ainda do *Perspectiva*: “A arma mais poderosa que possuímos contra esses que nos oprimem é a união de todos os trabalhadores. Pois empreguemo-la, mantendo-nos solidários (...) exigindo aquilo que, como trabalhadores, como seres humanos, temos direito: A PAZ E O BEM-ESTAR ENTRE TODOS” (*Perspectiva*, nº 1, julho 1974: 2; maiúsculas no original).

Nos jornais operários portugueses, a lista dos adjetivos usados para descrever os padrões é particularmente colorida (Mónica, 1987: 819). São «cúpidos», «egoístas», «avaros», «miseráveis», «despóticos», «obesos», «ventrudos», «lascivos», «crápulas» e «debochados». Mas também «vampiros», «abutres», «tigres» (idem). O jornal *Perspectiva* alinha nessa paleta de cores: são «exploradores», «opressores», «vampiros», «senhores todos poderosos» que «gastam como reis». Nada diferente da realidade francesa: são «mandriões», «sanguessugas», «chacais» que se dedicam a «comer, beber e dormir» e levam vidas de ociosidade aristocrática em castelos (Perrot, 2017).

Em termos de estrutura, como referido, os jornais operários portugueses são muito parecidos (Pereira, 1981: 142), desde os jornais mutualistas aos jornais sindicalistas e anarquistas dos primeiros trinta anos do século XX (idem). A denúncia coexiste com a veia literária e com a vertente doutrinal, “longas e enfadonhas dissertações cheias de pompa e circunstância” (idem). Victor de Sá prefere salientar que o menosprezo da intelectualidade pelas manifestações literárias e jornalísticas dos operários não é nova (Sá, s/d: 143), mas revela sempre uma menorização do contexto e dos condicionalismos subjacentes à feitura dos jornais. Mesmo depois do 25 de abril,

criar um jornal, e acima de tudo assegurar o seu conteúdo, a composição e a impressão, assume contornos de ousadia temerária, não desprovida de espinhos. No caso do jornal *Perspectiva*, criado e dinamizado por jovens, alguns deles operários, surge num tempo e lugar marcados por forças políticas e religiosas conservadoras.

PERSPECTIVA 2 | TEMPO E LUGAR

“Já nada sabemos, literalmente, acerca da Revolução ou dos anos anteriores à Revolução.”

1984, George Orwell: 164

“...a alegria sentida pelos trabalhadores no dia a seguir ao 25 de abril vai-se esfumando aos poucos.”

Perspectiva, nº 5, novembro 1974: 1

Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957) é um daqueles casos em que a literatura é pródiga. Nascido em Palermo, este aristocrata decide dedicar à escrita os últimos anos de vida, tirando partido da tranquilidade e generosa extensão dos seus domínios, longe dos meios literários e dos bulícios plebeus citadinos. *O Leopardo*⁸¹, considerado a sua obra-prima, é também o seu único romance (o resto da bibliografia inclui contos e ensaios), que o autor não chega a ver publicado. Duas das grandes editoras italianas recusam este fresco que envolve aristocracia, revolucionários e plebe camponesa em contexto de luta pela unificação da Itália, no século XIX. Uma má avaliação editorial, como se confirma mais tarde. Concretamente, um ano e meio depois da morte do autor, *O Leopardo* é finalmente publicado e o romance torna-se de imediato um sucesso de público e a crítica considera-o uma das maiores obras literárias do século XX. Pouco depois, em 1963, o realizador Luchino Visconti adapta o livro ao cinema, com uma galeria de estrelas – de Burt Lancaster a Alain Delon e Claudia Cardinale. Se mais motivos não houvesse para recordar quer o romance quer o filme, uma frase teria sido o suficiente. “Para que tudo fique na mesma, é preciso que tudo mude”, também grafada, em função da tradução, “É preciso que tudo mude para que

⁸¹ *O Leopardo* tem várias edições em Portugal: uma das mais recentes é de 2014, publicada pela Dom Quixote.

tudo continue como está.” O ceticismo e o cinismo em versão sintética, quase propagandística, por isso mesmo inevitável no campo da Ciência Política, lado a lado com o “maximalismo” (no sentido de máximas, conselhos) amoral de Maquiavel. O príncipe Don Fabrizio Salina incorpora, na ficção, o ceticismo real de Lampedusa quanto às mudanças políticas e à natureza humana: os desígnios revolucionários até podem ser de um firme empenhamento na mudança, na resolução dos problemas – sociais, políticos, económicos –, mas uma vez no poder os que se revoltam contra o sistema soçobram ao pragmatismo e seguem as pisadas dos que acabam de ser depostos. O mesmo ceticismo pode ou não gravitar sobre o golpe que provoca o colapso do regime e origina a explosão do movimento social popular mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra (Santos, 1992: 27) – há interpretações para ambas as possibilidades. Se a nível nacional a situação que dele resulta consome mudanças, umas mais imediatas do que outras, nas instituições associadas ao Estado Novo – fim da polícia política, da censura, libertação dos presos políticos, liberdades cívicas –, ao nível local, e particularmente no norte do país, o processo de transição conhece uma dinâmica mais lenta, como se verá neste capítulo dedicado à contextualização do tempo e do lugar. E em muitos casos, na gestão dos poderes locais ficam os mesmos elementos, reconhecida e entusiasticamente apoiantes e conotados com a situação deposta com o golpe.

Já nos referimos ao propósito motivacional deste trabalho: a partir do jornal *Perspectiva* – exemplo de veículo informativo de uma comunidade local e de ativismo político-ideológico engajado, fruto do tempo – percorrer o fértil campo de acontecimentos que marcam o período de 1974 a 1976, numa abordagem necessariamente nacional, mas a partir de uma realidade micro. “Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do Universo” (Caeiro, 1993: 32). Sigamos, pois, a via heteronómica pessoana: a partir de um jornal publicado numa terra pequena, na verdade “tão grande como outra terra qualquer”, se faz o retrato do país, Portugal em Revolução, desde a esperança à morna planície do desencanto (Lourenço, 1979: 180).

1. O lugar

Localizada em pleno vale do Ave, Joane é uma das maiores freguesias de Vila Nova de Famalicão, concelho económica e politicamente ambíguo, onde coexistem agricultura de subsistência e indústria de exportação, prevalecendo (como vimos no capítulo anterior) o chamado

semiproletariado ou camponeses-operários (Ingerson, 1981: 863). O território concelhio fornece uma imagem inacabada para a qual contribui a desorganização de grandes e pequenos edifícios (Ferreira, 2017: 307). A distância de Joane às cidades de Famalicão e Guimarães é a mesma, onze quilómetros (pouco mais para Braga), fazendo com que sua localização seja considerada privilegiada. Tem características semelhantes a muitas outras localidades do Minho que vão perdendo os traços eminentemente rurais por força da industrialização: crescimento urbanístico desordenado, rasgada pela EN 206 ao longo da qual foram surgindo várias fábricas. Uma delas, a Riopele, estando na localidade vizinha de Pousada de Saramagos, absorve muitos dos trabalhadores do setor primário de Joane, sendo o epicentro das mobilizações operárias tal como apresentadas no “noticiário” do *Perspectiva*.

No período de tempo definido para este trabalho, a presença de equipamentos de ensino que não somente as escolas primárias de tipologia Estado Novo, de saúde e do chamado terceiro setor social é muito residual. De acordo com os Censos 2021, a população residente é de 7500 habitantes. Em 1981, no mesmo tipo de levantamento (o mais habilitado a fornecer-nos um retrato da nossa delimitação geográfica) apresenta 5793 habitantes; mais do que Riba d’Ave (3032) e do que Ronfe (3373), com a qual faz fronteira, já no concelho de Guimarães (INE, 1981). A densidade populacional está relacionada com a sua localização em zona bastante industrializada, rodeada de fábricas (Ferreira, 2017: 312): a Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Pele, surgida em 1927, de José Dias de Oliveira, que se transforma em Riopele, ou a Oliveira, Ferreira & C^a, em Riba d'Ave e a Têxtil Manuel Gonçalves, fundada em 1935 como Fábrica de Fiação e Tecidos do Vale, em Vale S. Cosme (Alves, 2005: 472), a que se juntam, em Guimarães, as fábricas têxteis Coelima e Somelos.

A história de Joane denota antiguidade, tendo origens, muito provavelmente, numa antiga *villae* romana, que teria como atividade a produção agrícola, situada junto à via XVI, entre *Bracara Augusta* (Braga) e *Portus Cale* (Porto). “Historicamente, a palavra Joane está relacionada com um primitivo possuidor de «villa» (grande unidade agrária) do mesmo nome, de que ainda hoje existe a casa-sede e o local (aldeia de Joane), o qual proprietário devia ser um dos mais respeitáveis «possessores» do período românico” (Salgado, 1978: 10).

A caracterização do Vale do Médio Ave (concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso) feita por Teresa Marques e Álvaro Domingues, publicada em 1987, aproxima-se da realidade local do período a que obedece este trabalho. Um território aparentemente anárquico, onde coexistem diferentes atividades – agricultura, indústria, serviços, comércio retalhista –, um

povoamento difuso servido por caminhos rurais e uma rede densa de aglomerados urbanos. Segundo os autores, correspondem, uns, a antigos assentamentos populacionais (as sedes de concelho, sobretudo) e resultam, outros, do assentamento de populações em torno dos núcleos fabris formados na fase de industrialização do Vale do Ave. Neste caso salientam-se Pevidém, Caldas das Taipas e Vizela, no concelho de Guimarães; Riba d' Ave em Famalicão, Trofa e Vila das Aves no concelho de Santo Tirso. Fora do espaço industrializado predomina a pequena exploração agrícola de policultura, o povoamento disperso ou em pequenos aglomerados onde pontificam as novas construções dos emigrantes. Demograficamente, assiste-se a um equilíbrio e juventude da estrutura etária, e altas taxas de natalidade. Predomina de forma esmagadora a indústria, sobretudo a têxtil (Marques e Domingues, 1987: 268), numa combinação entre o rural e o fabril com génese na organização capitalista da produção artesanal doméstica da fiação e tecelagem do linho. A subcontratação está presente com outras designações: trabalho ao domicílio ou em contexto “industrial”, em pequenas “chafaricas” e “fabriquetas”⁸², são parte da lógica produtiva coordenada por empresas de maior dimensão. Em termos agrícolas, as pequenas parcelas para autoconsumo emparceiram com grandes explorações empresariais especializadas. O setor terciário é residual, com exceção do comércio retalhista (idem, 269). Na década de 80 do século XX ainda sobressai o insuficiente investimento do Estado Social, traduzido na escassez de equipamentos como creches e ensino superior (neste caso colmatada pela criação de unidades da Universidade do Minho) e de saúde (idem).

Um retrato capta a realidade do momento. Em 1987 os autores ainda vislumbram uma profusão de mercearias, cafés e minimercados instalados nos pisos térreos das casas de habitação ao longo das vias principais e secundárias (idem, 270). Outra característica local prende-se com a formação tardia de novos núcleos familiares. É comum homens e mulheres permanecerem em casa dos pais, ou de familiares próximos, até muito tarde, mesmo com agregado familiar constituído. A reduzida oferta de habitação, os preços altos e a inacessibilidade a créditos bancários são razões apontadas (idem). Criam-se, por isso, relações de entreajuda, na família e com a vizinhança, que

⁸² “Centrais à revolução que trespassou paisagens e tornou campos em fábricas, as fabriquetas, pequenos locais de produção familiar, quase sempre incompletos, são reveladoras das suas lógicas e processos contingentes. Onde a produção do Ave e do Minho se viu pujante, restam, por entre lugares maiores, inúmeros destes sítios oficinais, rústicos e inacabados. A fabriqueta é um fóssil humano que passou a integrar a paisagem, a par dos milenares penedos e das centenárias habitações de granito”. Texto da exposição “*Fabriqueta*”, de Eduardo Matos, com curadoria de Inês Moreira, patente no Centro Internacional das Artes José de Guimarães, em Guimarães, de março a setembro de 2023.

permitem responder às dificuldades e até garantir a mobilidade sócio profissional que de outra forma se torna inexequível. O resultado é uma acentuada ideologia familialista e corporativista que justifica, por exemplo, a ausência de relação com movimentos operários e, consequentemente, com sindicatos (idem).

Nesta região a atividade fabril toca gerações de operários. Para muitos ela significa ascensão social na comunidade local (Lima, 2018: 58), para escapar à cruenta realidade do trabalho do campo. A paisagem ainda surge marcada por fábricas em laboração, mas há alguns colossos industriais têxteis vazios ou adaptados. Assiste-se em termos industriais ao mesmo cenário de outras zonas do país: encerramento de fábricas por dificuldades económicas, outras deslocalizadas para geografias com mão-de-obra mais barata. Um olhar demorado vislumbra uma série de grandes pavilhões plantados no espaço (Silva, 2012: 153), vazios urbanos de natureza industrial (Ferreira, 2017: 374), mazelas expostas provocadas pela liberalização do setor têxtil em 2005 (Lima, 2018: 58) e que são, também, resultado do progresso: as novas infraestruturas de transporte (rodo e ferroviário) aproximam a periferia, a energia elétrica liberta a indústria dos rios e as novas tecnologias reduzem a necessidade de trabalhadores e de grandes espaços físicos (Ferreira, 2017: 374). O resultado salta à vista: cenários de desindustrialização resultantes do encerramento de empresas, como Sampaio Ferreira, Oliveira Ferreira, Fábrica de Fiação do Rio Vizela, e redução de postos de trabalho (Lima, 2018: 59).

2. Controlo operário

Os movimentos operários – já vimos na Perspectiva 1 – obedecem a um ritmo e intensidade próprios antes do 25 de abril de 1974. Não sendo um alfobre de contestação, a região conhece, após o 25 de abril, uma libertação no que toca à expressão das exigências operárias. Esta data assinala a passagem a outro nível de ação: um conflito aberto, num contexto de sindicalismo livre e fortemente ideologizado (Alves, 2002: 11) que assume não só as formas mais comuns, greves e paralisações parciais, como outras mais consentâneas com o período revolucionário, como as ocupações de fábricas. Com efeito, o fenómeno da autogestão de empresas pelos trabalhadores no processo revolucionário português de 1974 e 1975 surge como uma das experiências desse tipo mais vastas na segunda metade do século XX (Perez, 2008: 201). Centenas de empresas industriais e de serviços são ocupadas pelos trabalhadores e mantidas em laboração sob a sua

gestão (idem: 202). O maior número de casos regista-se nos distritos mais industrializados do país: Lisboa (370), Porto (193), Setúbal (69), Braga (41) e Aveiro (27). Quase setecentas empresas, das quais 222 do sector metalúrgico; 172 do têxtil, com destaque para os distritos do Porto e de Braga; 101 gráficas, 90 do sector comercial, 55 da alimentação, 40 do sector turístico e 39 do mobiliário (idem: 215). Neste campo registam-se na região dois dos casos mais emblemáticos do país, nem sempre muito focados porque sufocados pela prevalência da análise centrada na capital: o dos operários que assumem a gestão da fábrica Sousa Abreu, em Guimarães, dando origem à criação da cooperativa Fogo Posto; e o processo de controlo da “gigante” TMG – Têxtil Manuel Gonçalves, em Famalicão, com 3170 trabalhadores, bem mais complexo e intrincado, no qual intervêm quer o governo quer o MFA – e que é, na verdade, o espelho das forças em confronto na política e sociedade nacionais. O intrincado processo, que envolve episódios de violência contra a comissão de trabalhadores, está profusamente documentado em livro⁸³.

O processo de autogestão da fábrica Sousa Abreu é considerado pioneiro e um dos mais conhecidos.⁸⁴ No dia 11 de setembro de 1974, pelas sete horas da manhã – relata o *Perspectiva* na edição de outubro (1974: 4) – o patrão despede sem aviso prévio cerca de 40 operários, encerrando as instalações. A resposta a este *lock-out* (greve do patrão) foi a ocupação e gestão da fábrica por parte dos trabalhadores. É eleita uma comissão, mas as decisões são tomadas por todos em assembleia. A atualização dos salários e o saneamento de empregados de escritório, afinador, encarregado e guarda-livros contam-se entre as primeiras medidas. “Qualquer elemento que sirva de estorvo aos restantes operários deve ser retirado. Porque essa pessoa mesmo que seja trabalhadora, na prática não age conforme os interesses dos trabalhadores”, refere uma operária à reportagem. Em fevereiro de 1976 a empresa é destruída por um incêndio que causa um prejuízo de 2,5 milhões de escudos (12 470 euros). Ironicamente, após este incêndio (outros se seguem), os trabalhadores constituem uma cooperativa a que dão o nome de Fogo Posto. Torna-se famosa e passa a ser destino de alguns visitantes ilustres da revolução em curso: Jean Paul Sartre visita-a no decurso da sua incursão a Portugal, na companhia da mulher, Simone de

⁸³ Trata-se de *O Caso dos 17 da Têxtil Manuel Gonçalves. Um documento para a História da luta dos trabalhadores*. Edição coletiva dos 17 trabalhadores da comissão de autogestão, com data de 1976. O despedimento destes elementos da comissão de autogestão era uma das condições impostas pelo empresário Manuel Gonçalves para reassumir a administração. A maioria dos trabalhadores manifestou-se a favor do regresso e do despedimento desse grupo.

⁸⁴ A RTP efetuou uma reportagem sobre o caso da autogestão da fábrica Sousa Abreu de Guimarães: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/ocupacao-da-fabrica-sousa-e-abreu/>

Beauvoir (Pérez, 2020: 216). A visita tem o devido acompanhamento pela RTP⁸⁵ – era a Revolução ao vivo (Machado, 2014, 184, 185) animada por visitas de ilustres: Vasco Gonçalves, Otelo, Zeca Afonso, o padre Mário da Lixa, que celebra um casamento (idem).

Por outro lado, e sem enveredar por uma análise de fundo (que reservamos para o próximo capítulo), o *Perspectiva* refere-se a uma greve dos trabalhadores da noite na Fiação C da fábrica Riopele, a 21 de maio de 1974. Pretende-se aumento de salário, eliminação das diferenças salariais entre categorias iguais, melhoria das condições de trabalho, incluindo de higiene, concretamente o fim do controle das idas às casas de banho. O protesto termina na manhã seguinte face à intervenção de elementos das Forças Armadas (*Perspectiva*, nº 1, julho 1974: 6). A empresa surge em várias peças do jornal, mas a mobilização dos operários quase não se faz sentir na Riopele: a grande maioria dos trabalhadores apoia a administração em 29 momentos de conflito (Alves, 2004: 29, 30), restringindo-se a conflitualidade a “grupos grevistas de pequena expressão” (idem). Em junho de 1974, adianta Alves, a notícia é uma manifestação de apoio ao conselho de administração – “Da greve à Festa das Flores”, titula o *Perspectiva* (nº 1, julho 1974: 6).

Um dos protestos de maior amplitude nesta fase é o dos trabalhadores da Fábrica de Pneus Mabor, em Lousado, Vila Nova de Famalicão, a 30 de maio: os trabalhadores exigem um salário mínimo de 6 000\$00 (cerca de 30 euros). Depois de setenta dias de greve regressam ao trabalho; nem todas as reivindicações são satisfeitas, mas conseguem aumentos salariais (4500\$00, cerca de 23 euros), um mês de férias a 100%, subsídio de Natal, pagamento de todos os dias de greve e a garantia, por escrito, de que não haveria represálias por parte da administração sobre os grevistas. Uma vitória que prova a importância da união dos trabalhadores, segundo a reportagem do *Perspectiva* (nº 2, agosto 1974: 2), assinada por G. Lima.

A nível nacional, até 31 de maio regista-se um movimento social explosivo (Santos, Lima, Ferreira, 1976: 284), com manifestações, greves e até ocupações de fábricas, quase sempre motivadas por falta de pagamento de salários, retirada de material pelos patrões, tentativa de despedimentos ou sabotagem económica (Idem, 285-287). As reivindicações são de ordem económica, mas também

⁸⁵ “Sartre presta especial atenção à experiência autogestionária, ressaltando que a fisionomia final do socialismo não é autogestionária. Sartre realça o aumento que se decidiu para os salários - muito baixos até aí, mais baixos ainda do que seria desejável. Nos plenários e na redução do leque salarial, Sartre julga detectar o que designa como “camaradagem igualitária”. https://www.rtp.pt/noticias/estorias/quando-sartre-veio-ver-a-revolucao-dos-cravos_n731694

política: mais de mil exigências de saneamentos nas empresas (idem: 296), reflexo da demarcação operária em relação a indivíduos com ligações ao anterior regime (idem). O caderno reivindicativo, por outro lado, ainda reflete a secundarização feminina; está-se longe de uma posição progressista contra o trabalho de menores e a favor da paridade salarial entre homens e mulheres: as diferenças entre eles e elas vão de 1000\$00 a 2000\$00 (5,00 e 10,00 euros) num quadro de salário mínimo fixado nos 3 300\$00 (ligeiramente acima dos dezasseis euros)⁸⁶ (idem: 291-296, 332).

É grande o fervilhar político-ideológico neste período, com o PCP a partilhar o campo de ação com uma constelação de pequenas forças de extrema-esquerda – leninistas, estalinistas, trotskistas, maoístas, castristas, terceiro-mundistas e libertárias (Lucena, 2002: 14) – que o 25 de abril de 1974 resgata da existência subterrânea.

3. A Divina Surpresa

O 25 de abril de 1974, a “divina surpresa” (Schmitter, 1999: 16), independentemente das avaliações a que o sujeitem, tem obra para apresentar: derruba a mais velha ditadura europeia, permite o vislumbre de um estado socialista (Chilcote, 2014: 97) e liberta uma onda de lutas populares (Harman, 2002: 585). Tudo isto num espaço de dois anos, com menos violência do que numa semana em Belfast ou num dia no Líbano (Lourenço, 1979: 47) e numa atmosfera supertensa, no meio de movimentos contraditórios (idem, 46), de estonteantes reviravoltas, alianças improváveis e inimizades ferozes (Gallagher, 2024).⁸⁷ O país à beira do precipício, em cima de um barril de pólvora, salvo pela sensatez e contenção (idem); uma grande vaga de fundo, espontânea, anárquica, mas perfeitamente coerente (Rodrigues, 1999: 12, 13). A exaltação e exemplaridade iniciais não evitam a suspeita de muitos face à sua via socialista e, com o tempo, o desalento pelas faltas às promessas que inviabilizam os sonhos de toda a esquerda europeia (Lourenço, 1979: 185). A ação dos militares do MFA é determinante para depor a ditadura (Cunhal,

⁸⁶ O Decreto-Lei n.º 217/74, *Diário do Governo*, n.º 123, de 27 de maio de 1974, fixa o valor do salário mínimo. “A decisão de garantir remuneração mensal não inferior a 3300\$00 aos trabalhadores por conta de outrem beneficiará cerca de 50% da população activa; no sector público, serão mais de 68% dos funcionários abrangidos por esta medida; e as excepções que se apontam na lei terão carácter temporário, prevendo-se para breve a tomada de decisões nesse campo”.

⁸⁷ Thomas Gallagher, artigo sobre os 50 anos do 25 de abril publicado no jornal *Nascer do Sol*, edição de 27 abril 2024. Disponível em: <https://sol.sapo.pt/2024/04/27/a-licao-dos-portugueses/>

2023: 114), mas deve-se ao levantamento das massas populares sequente a dinâmica revolucionária (idem). Das massas ou de uma minoria de portugueses politizados (Lourenço, 1979: 181). Raquel Varela defende que a Revolução é um processo histórico que não pode ser simplificado como tempo de caos (2023: 23): ocorre no espaço geoestratégico da OTAN e constitui uma surpresa para todos (Varela e Alcântara, 2016: 1110). Surpresa para muitos observadores estrangeiros e membros da hierarquia do Estado Novo, contrapõe Douglas Wheeler, mas não para outros portugueses, uma vez que “até o presidente do Conselho Caetano” está ciente da inevitabilidade de um golpe, e centenas de oficiais têm conhecimento da conspiração, pelo que nestas circunstâncias, difícil se torna “manter quer o secretismo quer a surpresa total” (Wheeler, 1999: 206).

Neste período, de acordo com Durán Munõz, destaca-se o protagonismo político de um forte movimento operário que tem na conflitualidade laboral em todo o país a sua faceta mais visível. Essa onda de conflitos atinge os setores têxtil (19% das ocorrências registadas), maquinaria e fabricação de produtos metálicos (15%), construção e obras públicas (9%) e indústria química e alimentação (7%) (citado em Varela e Alcântara, 2016: 1111, 1112). Na mesma linha, Manuel Lucena identifica a faceta revolucionária do 25 de abril nas comissões de moradores, movimentos populares e experiências de autogestão nas empresas, ainda que efémeras (Lucena, 2002: 15). O fenómeno das comissões de trabalhadores regista-se nos mais diversificados locais de trabalho – fábricas, empresas e serviços públicos – e respeita o figurino da eleição direta, podendo cada comissão eleita ser revogada a qualquer momento (Brito, 2011: 241).

Os dezanove meses de Revolução constituem um período singular de ação coletiva, sem passado imediato nem continuação (Cerezales, 2002: 113), que alcança inquestionável protagonismo político (Fontes e Cabreira, 2020: 127) através da autogestão de fábricas, mais frequentes no setor têxtil e metalurgia ligeira (idem). Um dos casos emblemáticos é o da Sogantal – Fábrica de Confeções do Montijo, controlada por “quarenta e oito mulheres, com idades entre os 17 e os vinte e poucos anos” para fazer face aos salários em atraso e à fuga do patrão (*Perspectiva*, nº 3, setembro 1974: 2). Nesta experiência singular de quase dois anos de processo revolucionário, os soldados comem ao lado de oficiais, os engenheiros trajam como operários e os merceeiros aprovam a «passagem ao socialismo», conquanto se respeite a propriedade privada (Rodrigues, 1999: 13, 14). O espírito de Lampedusa, ou seja, a marcha do tempo e a inflexão discursiva acionam os mecanismos da relativização: as narrativas apeiam a exaltação dos resistentes e dos

pecados do anterior regime e surgem “estudos imparciais” centrados na política, economia e diplomacia do Estado Novo, crónicas dos amores de Salazar – e num instante a ditadura passa a ser um “autoritarismo com tintas liberais”, ou seja, “uma *ditabranda*” (idem: 66).

3.1. Uma estação quente

O período de 1974 a 1976, de extrema importância política e histórica no nosso país, corresponde, também, ao tempo de atividade do jornal *Perspectiva*, a cuja análise mais aprofundada nos dedicamos no próximo capítulo. Abarca, portanto, o chamado PREC, delimitado entre o 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro do ano seguinte, marcado pela efervescência dos movimentos populares e dos partidos, e pela violência «anticomunista», principalmente no norte e centro do país. O ambiente de confronto prevalece após o 25 de novembro e também atinge as instalações do jornal *Perspectiva*: os assaltantes queimam o arquivo, jornais e livros, e destroem a máquina de escrever, num gesto intimidatório para silenciar um órgão defensor dos trabalhadores contra “os seus piores inimigos”, o fascismo e o capitalismo. Depois de muitas ameaças, lê-se no jornal, finalmente consumam o ataque, pensando que com isso o silenciam. “Esses bandidos enganaram-se, pois quando organizados os trabalhadores são invencíveis” (nº 16, fevereiro-março 1976: 6).

No confronto em que parece mergulhado o país, estala uma onda de levantamentos no norte protagonizados pela direita e “cozinhados” pela CIA (Clube Internacional de Assassinos, como a agência norte-americana é descrita no *Perspectiva*, n. 10, abril 1975: 2) e pelos governos social-democratas da Europa Ocidental (Harman, 2002: 586). O chamado verão quente de 1975 constitui um marco fundamental do processo revolucionário português (Rezola, 2002: 43): provoca a fragmentação da revolução e liberta pela violência as tensões acumuladas (idem). De facto, a violência “anticomunista” domina esta parte do país, de vincado carácter rural, minifundiário e católico (Cerezales, 2023: 1127). Mais de oitenta sedes do PCP, de sindicatos e de pequenos partidos de forte vocação revolucionária são cercadas e assaltadas; dezenas de outras sofrem ataques bombistas, assaltos noturnos e fogos postos para a queima purificadora de todo o material “comunista” (idem). Rio Maior, onde ocorre o primeiro assalto a uma sede do PCP, converte-se na fronteira simbólica entre o sul conotado com a revolução e o norte das forças conservadoras (idem: 1128) e quartel-general da oposição ao governo de Vasco Gonçalves (idem:

1129). Ao fim de dois meses a violência “anticomunista” tinha já afetado 58 concelhos, quase todos da metade norte do país (idem: 1130). De um lado da barricada a direita mais conservadora que prefere uma guerra civil a um governo comunista (Carvalho, 2017: 47), do outro os movimentos populares, espontâneos uns, animados por grupos de extrema-esquerda, outros.

Os púlpitos das igrejas transformam-se em palcos de onde se anuncia a chegada iminente dos comunistas equipados para darem “uma injeção atrás da orelha aos velhinhos” e nas ruas há confrontos entre jovens, uns de direita, outros seguidores de Estaline, Trotsky e Mao (idem). Regista-se uma explosão iconográfica e um *big bang* discursivo nos media convencionais e nas paredes e imóveis (Camilo, 2004: 29, 35) num verão de “conspirações de sacristia”, em que o rebate dos sinos funciona como arcaicos SMS que mobilizam multidões para autos de fé de sedes do PCP e partidos de esquerda (Carvalho, 2017: 139), ao mesmo tempo que se propagam narrativas sobre o “inferno comunista” (idem, 141). Numa intervenção da campanha de dinamização cultural do MFA⁸⁸ em Murça, o responsável, capitão tenente Manuel Begonha, faz a pedagogia da política e dos partidos antes das eleições:

Ora, parece-nos que a política não é uma coisa para enganar as pessoas (...) é indispensável que as pessoas oiçam claramente todos os partidos. Não ter a ideia pré-concebida contra este ou aquele partido, que com injeções atrás das orelhas matam as pessoas; que há partidos contra a religião ou que há partidos que andam a roubar o povo. Oiçam todos os partidos. Aqueles que não podem ler podem ouvir o que cada um diz. Os que sabem ler, devem ler os programas de todos, porque evidentemente se esta Revolução é feita para o povo, parece incompreensível que o povo vá votar em partidos que não defendem os seus interesses. (Correia, Soldado, Marujo, 1977: 45).

A mensagem passa a partir dos púlpitos e dos comícios: execra-se os comunistas, mas também a democracia, regime em que “o cão é igual ao dono e em que o filho bate no pai” (Carvalho, 20: 98). O Diário do Minho assume a dianteira no ataque à “seita comunista” apostada em “minar a essência da família” e eliminar “bispos, padres, dirigentes de organizações católicas” (idem: 154).

⁸⁸ As campanhas de dinamização cultural foram desenvolvidas num contexto de revolução pela 5.ª divisão do MFA, o sector mais ideológico das Forças Armadas. Esta divisão teve papel relevante na dinamização cultural, cívica e ideológica em todo o país, em especial no interior mais isolado.

Neste contexto de turbulência paira no ar a ameaça das organizações portuguesas de extrema-direita sedeadas em Espanha. O antigo Presidente da República António de Spínola chefia, no seu exílio, o MDLP e surge diretamente ligado a tentativas de golpes e à violência bombista nos anos 1975 e 1976 (Marie, 2024: 167-186). A “normalização” operada após o 25 de novembro permite o seu regresso a Portugal em agosto de 1976, sendo progressivamente reabilitado e condecorado com as honras da República Portuguesa, tornando-se num símbolo do 25 de Abril de 1974 (idem). No crescendo de violência, a 21 de maio de 1976, um atentado bombista mata a operária Rosinda Teixeira, de 42 anos, em S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso. Na pradaria em que se torna o Minho adquirem notoriedade mediática os bandos: os Corrécios em Braga, os Funileiros na Trofa, o Zé Lingrinhas em Guimarães.⁸⁹ Em Famalicão, militantes do PCP são ameaçados com cruzeiros pintados nas portas das casas; muitos mudam-se para o sul, esgotados com a pressão e as ameaças de morte.⁹⁰ O assalto em Famalicão faz duas vítimas mortais. A turbamulta grita “vamos queimar isto”, “morte aos comunistas”, “Otelo para o Campo Pequeno”, “abaixo o MFA”.⁹¹ A sede de Guimarães do PCP é sacudida por uma rajada de tiros e agita os ânimos. “Tudo ficou político, de repente. A certa altura tornou-se comum a ocupação de edifícios do centro da cidade para sedes de partidos mais à esquerda do PCP. O MRPP na Rua Gil Vicente, a UDP e o MES na Rua da Rainha”.⁹²

As eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, com a vitória do PS, seguido de perto pelo PPD, confirmam que os eleitores, se aplaudem a democracia, mais a querem por uma via moderada, a ordem em lugar da agitação: os resultados significam também a recusa de uma brusca transição para novo despotismo (Lucena, 2002:14) e revelam uma predisposição firme de

⁸⁹ Os nomes destes bandos, famosos no norte, são citados por Fernando Ribeiro, conhecido por Ribeiro da Batoca, no testemunho publicado no livro *25 Daqui Houve Resistência*, coordenado por César Machado, editado em 2014 pelo Cineclube de Guimarães.

⁹⁰ Jorge Sarabando, autor do livro *Da Resistência à Construção da Democracia*, em entrevista ao jornalista Valdemar Cruz, do *Expresso*. <https://expresso.pt/sociedade/2015-12-29-O-25-de-novembro-a-Norte-aconteceu-em-Setembro>

⁹¹ O jornal *Avante!* descreve pormenorizadamente as vinte e duas horas de cerco à sede do PCP em Vila Nova de Famalicão do qual resultam duas mortes: “A escalada terrorista das forças da reacção. Assaltos, incêndios, agressões, saques revelam a verdadeira face fascista do ataque da reacção (...) O pretexto foi uma manifestação de apoio ao grande patrão da têxtil e conspirador contra-revolucionário Manuel Gonçalves, pedindo o seu regresso, rejeitando a Comissão Administrativa nomeada pelo Governo para a empresa TMG”. In *Avante*. Lisboa, 7.ª série, Ano 45, n.º 71 (7 Ago. 1975): 7.0

⁹² Testemunho de Jaime Marques, opositor ao Estado Novo, um dos responsáveis pela viragem à esquerda do Sindicato Têxtil, em 1973. Testemunho publicado no volume *25 Daqui Houve Resistência*, com coordenação de César Machado. 2014. Edição Cineclube de Guimarães. Nesta data o livro está a ser adaptado a série filmada da RTP.

ordenar o caos. “Se o povo não queria a revolução, podiam os revolucionários impô-la?” (Rodrigues, 1999: 100). Nessa altura fica claro que o poder do PCP, e em particular a aceitação das suas ideias por parte dos portugueses, não é tão evidente como faz supor a ação de rua, quando, face à afirmação de uma via moderada de democracia capitalista, não faz nenhuma tentativa para organizar a resistência da classe trabalhadora (Harman, 2002: 586). “A revolução que tinha profundamente preocupado os líderes do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos no verão de 1975 acatava a derrota no outono com um murmúrio quase inaudível” (idem). Desce o pano sobre a Revolução: na memória de muitos é um tempo de caos; outros recordam-na com nostalgia e como inspiração estética, mas nunca enquanto experiência política: torna-se fetiche, folclore, suspiro, precisamente para esconder o seu carácter profundamente subversivo (Carvalho, 2023).⁹³ Em *Abril Traído*, Francisco Martins Rodrigues refere-se aos acontecimentos deste período como “as experiências mais avançadas de democracia proletária” de Portugal e predita que “ressurgirão forçosamente amanhã, numa nova situação de crise de poder” (Rodrigues, 1999: 110).

3.2 Radicalidade e moderação

A queda do Estado Novo a 25 de abril de 1974 dá lugar a um período revolucionário complexo. Sobressai um conflito fulcral na política portuguesa em torno do tipo de regime a adotar: se uma democracia do tipo ocidental, liberal, se uma democracia de estilo popular (Jalali, 2017: 79).⁹⁴ O PS, o PPD e o CDS posicionam-se no primeiro tipo; o PCP e os partidos à sua esquerda batem-se por uma democracia de cunho popular (idem). Segundo Eduardo Lourenço (1977, 50), Portugal prova a possibilidade de acabar com uma ditadura sem cair na anarquia e de seguir um caminho que não o das democracias populares, sem renegar o socialismo. Cunhal dirá que naquela altura

⁹³ Carvalho, Luhuna: *A emergência e o eclipse do partido invisível do PREC*. Revista Punkto, edição 38, primavera 2023. <https://www.revistapunkto.com/2023/04/a-emergencia-e-o-eclipse-do-partido.html>

⁹⁴ A sucessão de ocorrências após o golpe permite pensar noutras possibilidades. Os golpes da dita “ala spinolista” (28 de setembro de 1974 e 11 de março de 1975) são apresentados como tentativas de reforço dos poderes de Spínola, não sendo de rejeitar que, a terem sido bem-sucedidos, pudessem originar um regime autoritário que reativasse a censura e restringisse as liberdades, logo, não enquadrável na tipologia de democracia liberal-ocidental. “A reabilitação da figura de António de Spínola pela democracia portuguesa exemplifica a invisibilização das violências de extrema-direita” (Marie, Pierre: 2024: 167-186).

todos, mesmo os partidos à direita, fazem juras ao socialismo, inscrevendo nos seus programas “os grandes objetivos dos revolucionários” (2015: 24).

Com vista ao quadro de disputa eleitoral surgem vários projetos partidários à direita: Partido Liberal do Progresso; Partido Liberal; Partido Trabalhista Democrático Português; Partido Social Democrata Independente; Partido Democrata Livre; Partido do Centro Nacional; Partido Democrata Cristão. Muitos desaparecem em pouco tempo: uns por incapacidade de afirmação, outros dissolvidos pelo MFA após os golpes do 28 de setembro de 1974 e do 11 de março de 1975.

Em termos de organização eleitoral, a nova situação mantém a eleição por listas plurinominais, a conversão dos votos em mandatos segundo o método de Hondt. O número de deputados na nova assembleia legislativa fixa-se em 263, mais treze do que os eleitos para a Assembleia Constituinte. As eleições no novel contexto democrático, naturalmente, ficam marcadas por forte concorrência partidária, depois de meio século de unanimismo político-eleitoral. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, um ano depois da Revolução, concorrem dez partidos, e a abstenção cifra-se nos oito por cento. Às primeiras eleições legislativas, em 1976, apresentam-se catorze partidos – mesmo assim não concorrem algumas forças de extrema-esquerda, como o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP), e o MDP, que apela ao voto no PCP. Durante a campanha eleitoral, a dois de abril, o padre Maximino de Sousa (padre Max), candidato da lista da UDP por Vila Real, e Maria de Lurdes, de 19 anos, são “barbaramente assassinados” por uma bomba colocada no carro em que seguem, provando o perigo de ir na “conversa mansa do CDS e PPD, partidos fascistas responsáveis por este assassinio” (*Perspectiva*, nº 17, abril-maio 1976: 5). O processo de julgamento estende-se por 23 anos; a acusação indicia o cônego bracarense Eduardo Melo, o tenente-coronel Canto e Castro e os industriais Rui Castro Lopo e Joaquim Ferreira Torres (Carvalho, 2017: 225).

Após o golpe de 25 de abril, o general Spínola é designado Presidente provisório. Depois de colocar apoiantes seus em lugares estratégicos, assume a “inábil tentativa” (Chilcote, 2014: 104) de reforçar os poderes através de um levantamento maciço nacional, a chamada «maioria silenciosa» (idem), a 28 de setembro, que é frustrada e resulta na demissão do general dois dias depois. Para o *Perspectiva*, a tentativa de golpe de estado spinolista é o corolário da reorganização das forças de direita patente na reabilitação de “conhecidos fascistas” da ANP (partido do regime deposto), pides e legionários, agrupados nos novos partidos que se dizem “amigos do povo”: Partido Democrata Cristão, Partido Cristão Social Democrata, Partido Liberal, Partido do Progresso

(*Perspectiva*, nº 4, outubro de 1974: 1). Gorada a “maioria silenciosa”, a ala spinolista tenta novo golpe a 11 de março de 1975: Costa Gomes ocupa a Presidência, Vasco Gonçalves é Primeiro-Ministro. O golpe tem origem na Base Aérea de Tancos, a norte de Lisboa, mas salda-se por novo fracasso, obrigando Spínola ao exílio (Chilcote, 2014: 110). A reincidência golpista spinolista reforça o setor mais revolucionário: banca e seguros são nacionalizados e o MFA proclama o “carácter socialista” irrevogável da revolução e a “transição para o socialismo” (idem).⁹⁵ O *Perspectiva* ocupa a primeira página, sob a forma de Editorial, com a publicação do primeiro comunicado dos soldados do RAL1, que termina com a exigência de fuzilamento imediato de todos os fascistas, “sejam militares ou não, sejam generais ou não”. O golpe é ainda tratado num texto na página quatro (*11 de Março: O desespero da Reacção*), sendo classificado como “acto de desespero da «Spinolada fascista»” apostada em “conduzir o Povo à miséria”, mas que tinha o lado positivo de reforçar a união entre trabalhadores e soldados, acelerar o processo de saneamentos nas Forças Armadas e “revelar os lobos” disfarçados com peles de cordeiro (*Perspectiva*, nº 9, março 1975: 4).

Dias depois de Pinheiro de Azevedo ser designado Primeiro-Ministro do VI governo provisório (19-09-1975 até 23-07-1976), Ramalho Eanes consolida o poder de uma ala moderada dos militares, pondo fim ao controlo do MFA. Um contragolpe que é o corolário da incapacidade governamental em controlar os meios de comunicação social, os militares e o movimento laboral (Chilcote, 2014: 112). O 25 de novembro, à sua maneira, apresenta-se tão original como o 25 de Abril (Rodrigues, 1999: 39). “A «Revolução dos cravos» derrubou o fascismo sem combates, o golpe militar que lhe pôs termo pareceu não querer ficar-lhe atrás em cavalheirismo” (idem). Cinco meses depois o país ganha uma Constituição avançada, “a caminho da sociedade sem classes”. Mais tarde, a normalização por via democrático-liberal prossegue com a eleição, a 27 de junho de 1976, de Ramalho Eanes para a Presidência da República: à primeira volta, com 61,59% (2 967 137 votos). Em segundo lugar fica Otelo Saraiva de Carvalho (16,46% - 792 760 votos).

⁹⁵ Artigo 1.º da CRP: Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

4. Aqui na Terra

Os jornais da sede do concelho de Vila Nova de Famalicão silenciam praticamente das suas páginas o noticiário sobre os acontecimentos do 25 de abril de 1974. Segundo Artur Sá da Costa (2005), o Jornal de Famalicão, o Notícias de Famalicão e o Estrela da Manhã mantêm nas edições seguintes as cumplicidades para com o regime deposto (2005: 519). Nestes jornais, e mais ainda no Jornal de Riba d'Ave, o 25 de abril foi “um murro no estômago vazio”, que explica a secura informativa, a frieza, a indiferença a resvalar para a hostilidade em relação à nova situação política (idem: 520). Por outro lado, a primeira edição do jornal *Perspectiva* sai em julho de 1974, cerca de três meses depois do golpe. Nas suas dez páginas não há uma referência aos acontecimentos nacionais e às suas incidências locais – uma explicação reside na distância entre a publicação e os acontecimentos. A primeira página é ocupada por um texto sobre salários, “Os operários roubam os patrões?”, ilustrado por uma fotografia de ambiente fabril (o recurso a imagens quer na primeira página quer no interior é mais usual, ainda que escassa, nas edições iniciais do que nas últimas); e por noticiário sobre Joane (*Ciclo em Outubro. Iluminação Pública. Estradas*).

Do posicionamento adverso à nova situação por parte dos jornais se depreende que a transição não se traduz num processo rápido, fácil e isento de resistência em Famalicão: revela-se complexo, empolgante e participado (Costa, 2005: 495), mas também conflitual e demorado (idem). Estão ainda por criar os partidos políticos, antes proibidos, e a ANP, partido do regime, fora extinta pela JSN. Para as juntas de freguesia, até aí órgãos nomeados pelo regime e compostos por pessoas que o apoiam, institui-se como regra de transição a constituição de comissões administrativas. Em muitos casos verifica-se a continuidade das mesmas pessoas, como ocorre em Joane (idem: 493). À falta de determinações nesta matéria, os trâmites políticos e processuais da transição cabem à oposição democrática e às massas populares, através de sessões e assembleias locais (idem: 498). Segundo Artur Sá da Costa, num contexto pouco politizado, sem grandes clivagens ideológicas, em que o enquadramento partidário está ausente, aposta-se na amizade pessoal, na influência social. Nas localidades onde há significativas bolsas de oposição ao regime anterior, o processo de constituição de comissões administrativas revela-se mais fácil. Onde prevalece o domínio das forças do anterior regime, garantir um efetivo corte com o passado é mais complicado. E até impossível em face das votações feitas em plenários. Em Joane sai vitoriosa uma comissão administrativa que integra os membros da junta que se pretende substituir como forma de cortar com o situacionismo ditatorial (idem: 496). De acordo com o *Perspectiva*, um grupo de jovens

tenta apresentar uma lista na sessão de eleição, mas a mesa, conotada com a “velha situação”, é categórica: “só podem votar chefes de família, viúvas e indivíduos solteiros que funcionem como chefes de família, portanto, os solteiros não têm voz na matéria, não podem votar” (*Perspectiva*, nº 1, junho 1974: 8).

Adeptos do ceticismo lampedusano, os homens que conduzem os trabalhos impõem a lei velha num tempo de mudança. São registados 250 votos numa freguesia com cerca de cinco mil habitantes. A comissão eleita, que integra os três membros da Junta deposta, não representa os verdadeiros interesses do povo pois não inclui “as classes mais desprotegidas” (idem).

De facto, são poucos os casos de “autarcas” do anterior regime que colocam o lugar à disposição. A começar pelo presidente da Câmara de Famalicão em 1974, Dinis d’Orey. Ainda de acordo com Sá da Costa, no dia 27 de abril realiza-se uma manifestação no terreiro dos Paços do Concelho, de apoio ao MFA, convocada pela oposição democrática. Orey pretende usar da palavra, mas o pedido é recusado: as intervenções são reservadas aos membros do MDP: Lino Lima, Salvador Coutinho, Joaquim Loureiro, Margarida Malvar, José Teixeira Fernandes e José Augusto Lopes. O presidente da Câmara assiste à manifestação a partir do seu gabinete.

A Comissão Administrativa toma posse a 28 de maio de 1974, liderada por Pinheiro Braga (1917-1986), indicado pelo MDP, e inclui um elenco plural e heterogéneo no plano social, político e profissional (Costa: 2005: 507). Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de abril de 1974, clarificam a legitimidade eleitoral dos partidos, por isso ocorrem mudanças nas comissões administrativas. Em Famalicão, Pinheiro Braga é contestado pelas forças de direita – PPD e CDS –, que exigem a transposição dos resultados eleitorais nacionais para as câmaras e juntas de freguesia (idem: 507, 508). Pinheiro Braga mantém-se em funções até janeiro de 1976, sendo substituído por José Carlos Marinho (PPD), que vê confirmado o cargo nas primeiras eleições para os órgãos do poder local realizadas a 12 de dezembro de 1976.

FAMALICÃO: PPD, 29%, 3 mandatos; PS, 27%, 3 mandatos; CDS, 26%, dois mandatos; FEPU, 11% um mandato; GDUP’s, 2,84% (1265 votos). Presidente eleito: José Carlos Gomes Marinho PPD

GUIMARÃES: PS, 31,5 (3); PPD, 24,6 (3); CDS, 23,12 (2); FEPU Frente Eleitoral Povo Unido, 11,62 (1), Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, 2,06; MRPP, 1,22 (696 votos); PPM, 0,77 (437 votos). Presidente eleito: Edmundo Marques Campos PS

SANTO TIRSO: PS, 33,32 (3), PPD, 28,61 (3), CDS, 23,28 (2), FEPU, 11 (1). Presidente eleito: Azul
Dinis Linhares Carneiro PS

A nível nacional, PS e PPD conquistaram o mesmo número de Câmaras, 115; a FEPU, 37; CDS, 36; PPM, 1.

NOTA: Em 1980, no dia 5 de outubro, nas segundas eleições locais em democracia, a direita sai vencedora em Joane. A AD consegue mais votos do que toda a esquerda, da FRS, coligação formada pelo PS, UEDS e ASDI, ao PCP e uma constelação de pequenos partidos: PDC/MIRN/FN – 5; OCMLP – 2; PSR – 30; APU – 129; AD – 1957; UDP – 31; PCTP-MRPP – 7; FUP – 5; POUS/PST – 47; FSR – 920; PT – 13.

DADOS: CNE

5. Teatro e Jornal

A onda de mobilização popular no campo associativo, nos meses seguintes ao 25 de abril de 1974, “destapa” dinâmicas escondidas, dando origem ao surgimento de projetos no campo cultural e associativo, com forte envolvimento de operários e de elementos ligados (mais ou menos abertamente) à oposição ao anterior regime. É assim com o jornal *Perspectiva*, com primeira edição em julho de 1974, e com a Associação Teatro Construção. A génese dos dois projetos é comum.⁹⁶ Ambos têm raízes nos anos anteriores a 1974 e na ação da Juventude Operária Católica (JOC), um escape para as camadas jovens que ambicionam mais do que os rituais do escutismo e da Mocidade Portuguesa.

A JOC ocupa um espaço no salão paroquial, na qualidade de movimento católico, e a efervescência juvenil desalinhada provoca fricções com a paróquia e na pacatez conservadora. Serve de capa para sessões semiclandestinas com um grupo informal de teatro heterogéneo, composto por católicos progressistas e iniciados no ativismo marxista-leninista e no maoísmo. Mais ousado ainda é o facto de incluir raparigas, num tempo em que a sua participação em peças de teatro significa carimbar um selo equivalente à excomunhão (Joaquim G. Lima, fundador do jornal *Perspectiva* e da Associação Teatro Construção, em entrevista ao autor). A morte de um trabalhador de 17 anos

⁹⁶ A diferença está na longevidade dos projetos: o jornal publicou-se apenas dois anos (1974-1976), sendo fruto de um tempo específico, de uma ideologia marxista-leninista que os seus dinamizadores abandonam em poucos anos; ao passo que a ATC é, ainda hoje, uma das mais importantes instituições sociais do concelho, e durante décadas foi uma referência cultural graças, em grande parte, ao seu festival de teatro.

numa explosão numa fábrica local preenche o argumento de uma das primeiras peças, *A Morte de Valentim*, levada à cena no salão paroquial.⁹⁷ O grupo informal dá origem ao Teatro Construção, feito por operários-artistas e amadores, inspirado em Vinícius de Moraes, e mais tarde, depois do 25 de abril, à Associação Teatro Construção. É neste cadinho que começa a surgir a apetência para questionar e combater o regime.

Como vimos na Perspectiva 1 – Movimentos e Jornais Operários, a indústria têxtil desempenha papel de motor da industrialização deste território. Um conjunto de fatores explica tal facto: as linhas de água e a mão-de-obra cordata e atreita, na maioria, a ativismos proletários. A metamorfose industrial que se opera no início da industrialização tem continuidade século XX adentro. No caso de Joane, ao mundo rural sobrepõe-se a ofensiva industrial. Não só transforma muitos trabalhadores dos campos em operários – numa ascensão social, como já referido – como também permite uma consciencialização operária.

Muitos dos militantes dos pequenos partidos marxistas-leninistas que surgem nos anos 60 e 70, e que ganham fôlego com o 25 de abril de 1974, são oriundos da JOC. As ideias do catolicismo progressista, da teologia da libertação, bebidas diretamente, e presencialmente em muitos casos, do exemplo do padre Mário de Oliveira (o padre Mário da Lixa) impele-os para a defesa da democracia popular e para uma atitude crítica do meio. De acordo com o testemunho de Joaquim G. Lima, não há um enquadramento partidário dos jovens envolvidos no teatro e no jornal: prevalece a defesa da democracia popular. “Para nós, o PCP era social-fascista. A nossa onda era a esquerda ligada ao MES, os grupos de esquerda ligados ao maoismo, embora naquela altura poucos de entre nós soubessem o que era o maoismo” (testemunho prestado ao autor).

Segundo Miguel Cardina, a génese do maoismo⁹⁸ em Portugal entronca em Francisco Martins Rodrigues, um intelectual que abandona o PCP em divergência com o Comité Central, em particular com Álvaro Cunhal, considerando que o partido é uma “deturpação pacifista do leninismo”. A ele se deve a formação da FAP – Frente de Ação Popular, em 1964, e do CMLP – Comité Marxista-Leninista Português, embrião de um futuro partido comunista reconstruído. A

⁹⁷ A história do grupo é contada em *Operário Amador*, documentário de Sérgio Agostinho, com realização de Ramon de los Santos, produzido pela Peripécia Teatro, sediada em Vila Real. Um tributo ao esforço e coragem de 'operários-artistas' e artistas amadores. O pai de Sérgio Agostinho, Faria Martins, foi operário, membro fundador do grupo amador Teatro Construção e ator profissional durante décadas.

⁹⁸ Sobre o tema: Pereira, 2008: *O Um dividiu-se em Dois. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia Editores: 165-166.

defesa da democracia popular, anti-burguesa, é uma das linhas destes partidos e organizações marxistas-leninistas e maoistas. Outra, segundo Cardina, é a “rigidez organizativa” que se impõe não só no plano da política, mas também no da moral e dos costumes. A vanguarda contrapõe a postura ascética e incorrupta dos operários aos vícios da burguesia, entre os quais pontificam a pornografia e a prostituição. A execração dessa viciação de cariz burguês está bem espelhada na edição do *Perspectiva* de junho de 1975:

“Só com a eliminação do capitalismo é possível acabar com estes vícios: onda de pornografia (exploração desenfreada de tudo quanto diz respeito ao sexo) que desde há tempos se tem introduzido descaradamente por todo o lado, das nojentas revistas que se encontram em qualquer canto até à maioria dos filmes que entram em Portugal. Será a isto que queremos chamar liberdade? Não passa de um oportunismo de liberdade da parte de alguns que vêem na exploração deste campo uma possibilidade de lucro fácil de conseguir. A par das modas, à força de tanta publicidade arrasta por vezes atrás de si algumas camadas operárias que gastam dinheiro em produtos que nunca precisaram (privando-se) por vezes de alimentação e habitação dignas de seres humanos (...) vícios importados de França, Alemanha, Inglaterra e, sobretudo, da Suécia, países altamente viciados e orientados por partidos mais ou menos sociais democratas (tipo P.P.D) que nada têm a ver com os reais interesses da classe trabalhadora”

Perspectiva, nº 12, junho 1975: 6, 7).

É nesse quadro de acalorada divergência política, ideológica, de afirmação de poderes, de caos e anarquia para uns, de vislumbre de uma alternativa de sociedade para outros, num lugar de operariado maioritariamente dócil e onde multidões se dedicam a caçar “comunais” – que surge, efervescente como só podem os projetos de juventude inconformada, um pequeno jornal operário em cujas páginas se estende a passadeira para a revolução do proletariado e a criação de um mundo novo. A sua análise ocupa o próximo capítulo.

PERSPECTIVA 3: ESTUDO DE CASO

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.”

Benjamin, 1987: 223

“A nossa vida, a vida de cada um, por mais comezinha, está tão envolvida na história que nós podemos ser inconscientes dela, mas ela agarra-nos o destino e marca-nos profundamente a existência.”

Victor de Sá, 2021.

Como ponto de partida propõe-se um esforço de anamnese: remexer nos arrumos da memória (Bebiano, 2003: 11). Sendo o estudo de caso desta dissertação um jornal publicado há cinquenta anos somos como que compelidos a imaginar, desde logo, o ambiente de uma redação. Como é, como funciona? Para quem nunca esteve numa, a imagem referencial é construída, idealizada pelos filmes e pelos livros, e pelo estereótipo de jornalistas solitários em redações enormes, no último telefonema, nos últimos nacos de prosa antes do envio da peça terminada para a linha de impressão. Nesta Perspectiva 3 estamos numa outra época, não nestes tempos em que o jornalismo e os media não são sinónimo de jornais impressos, em que a cumplicidade promiscua entre política e entretenimento é cada vez maior (Pereira, 2016: 12), a distinção entre ficção e realidade é difusa (Han, 2022: 28) e a eficácia de 144 caracteres baseados numa notícia falsa ou descontextualizada é maior do que um argumento bem fundamentado (idem: 35).

O primeiro ponto prévio, portanto, é este: do tempo em que vivemos, aturdidos pelo *tsunami* de informação que não só tem repercussões no quotidiano de cada um, mas também distorce o processo democrático (Han, 2022: 25), somos convocados para mergulhar numa realidade

amadora de um período específico da nossa história contemporânea, ou seja, um retorno a um passado condenado ao exílio do esquecimento, ou redesenhado, não só em função da afirmação de umas ideologias em detrimento de outras, mas também por aqueles que o relatam na qualidade de testemunhas (Bebiano, 2003: 11).

Da realidade digital hipersónica e profissionalizada, olhamos um micro-ativismo em forma de publicação em papel, e atentamos nas ideias que visam sublevar a classe operária pela consciencialização, que denunciam o claro domínio de uma minoria sobre a maioria que vive do trabalho, protagonizado por jovens de um meio pequeno, uns operários, este e aquele nos estudos. A luta contra a injustiça e por um mundo melhor, sem exploração, miséria, opressão e fome é uma das características dos jornais focados na consciencialização operária (Teles, 2000: 439). A denúncia contra a concentração da riqueza numa minoria encontra pontos símiles nas preocupações e denúncias de hoje face ao monopólio da informação exercido por grupos quase interestelares, em contraponto com as legiões de consumidores de conteúdos em modernos panótics do enxame mediático global. “O facto decisivo para obter o poder não é agora a propriedade dos meios de produção, mas sim o acesso à informação, que se utiliza para a vigilância psicopolítica e o controlo e previsão do comportamento” (Han, 2022: 9).

Regressemos à redação: o ambiente afigura-se-nos tão familiar que, mesmo quem nunca esteve em alguma quase consegue descrever os espaços, a disposição das cadeiras e secretárias, as máquinas de escrever (lembremo-nos que os computadores são máquinas do devir), e como se distribuem os jornalistas pelo espaço: talvez “de um lado uns veteranos empedernidos de andanças em jornais e em protestos cívicos, algo sabedores do prontuário ortográfico; do outro, uma caterva de moços (...) mais virados para as facilidades da vida moderna e da ortografia minimalista” (Carvalho, 1999: 65). Mas neste ponto era bom que trocássemos algumas ideias sobre o nosso estudo de caso: a análise a um jornal amador nascido com o 25 de abril de 1974 e animado por jovens inconformados com a vida “nada e parada, a não ser quando o sino toca(va) a finados, não se sabendo o que fazer com ela” (Fernandes, 2013: 17), não pode seguir as grandes teorias analíticas do jornalismo.

Manda a sensatez que não se avalie um mensário regional e popular, que se diz livre de engajamentos partidários, mas que se declara antifascista, anticapitalista e defensor da democracia direta, desprovido de meios técnicos e humanos, de uma terra “ali encastoadada nos velhos montes de Vermoim” (idem), como se fosse um diário de referência ou um título da capital,

animado por estetas das letras e das ideias, vencidos ou não da vida. Importa, acima de tudo, que a análise comporte dosagem suficiente de abstração, porque a esta distância pode tal exercício ser contagiado pelo frenesim comunicativo em que nos embrulham e pelo “curtoprazismo geral da sociedade da informação” (Han, 2022: 34).

Em vez dessa redação idealizada por influência filmica ou literária, o que temos é um cenáculo incubador de novas revoltas para colocar o mundo nos eixos, um espaço onde repousa, imprescindível, a máquina de escrever com a qual são redigidos os editoriais, os textos, os comunicados que alimentam esta novidade que é um jornal feito por indivíduos que nem chefes de família são, em nada parecido, pois, com essoutra experiência que os mais antigos do local conhecem do boletim paroquial. A máquina de datilografar é o instrumento imprescindível sem o qual, como o operário de De Sica⁹⁹ sem a bicicleta, o trabalho se torna impossível. E a existência. A bicicleta conseguida com a penhora dos lençóis de cama, a máquina de escrever com o contributo dos operários. Para mais esta novidade em forma de periódico impresso não leva no nome nem Jornal nem Voz nem Povo nem Comércio, escolhe para batismo o mesmo título da revista da Associação de Estudantes Portugueses da Universidade de Lovaina, entre 1967 e 1970, animada por exilados fugidos ao velho Estado Novo (Pereira, 2021: 149), e surge a contrapelo da tendência das famílias locais dominantes, alinhadas com a situação deposta.

Atente-se na ousadia: numa terra “sociologicamente muito conservadora” integrada numa região triste como era o Vale do Ave, onde a esquerda para a população corresponde ao PS e os grupos na extremidade do espectro têm expressão pouco mais do que residual (Joaquim Gomes Lima, fundador do *Perspectiva*; entrevista ao autor) – surge um jornal que acena com as vias possíveis para uma sociedade justa e sem classes e que prega, em homilias mensais, a necessidade de submeter o capitalismo à maior das penitências: a sua eliminação. Não causa, por isso, espanto que a Igreja local, que mantém a faceta conservadora e ultramontana de antes da Revolução, se conte na linha da frente dos alvos do jornal e dos críticos mais ferozes contra a afoiteza juvenil. “Quando o jornal surge, são dela as críticas mais ferozes. E também de elementos afetos ao CDS” (idem).

⁹⁹ *Ladri di Biciclette* (*Ladrões de Bicicletas*, 1948) é um filme do realizador italiano Vittorio De Sica, considerado um clássico do chamado neorealismo italiano. De entre os muitos textos sobre o filme: <https://apaladewalsh.com/2021/03/uma-historia-menos-extraordinaria/>

É Primavera em Portugal, acabada de chegar, e a nova estação vem com entusiasmo e determinação de não permitir que se reinstalem os outonais e invernosos costumes ainda agora depositos. Mas o país é uma paisagem de tonalidades cambiantes, além mais vermelha, aqui com tendências cinzentas. A liberdade está a passar por aqui, mas com calma. O 25 de abril de 1974 – como já vimos – não consta das páginas dos jornais locais, cujos proprietários e diretores acalentam a esperança na reposição da doce tranquilidade do país pobre, mas com ordem. O *Perspectiva* sai em julho do ano inicial da revolução, depois dos meses empolgantes de abril, maio e junho. Uma edição inaugural com dez páginas, generosa considerando o comum nestes jornais. Nelas, porém, não há uma resenha dos acontecimentos, um texto sobre a nova realidade do país. Mesmo considerando que este é um tempo em que a informação não circula à velocidade das redes sociais, em que um acontecimento às 11:00 está disseminado às 11:01 – suscita conjecturas que um jornal antifascista, combatente do capitalismo e das forças de direita, não diga aos leitores se aquela data é ou não a porta de entrada para um mundo melhor.

Convém clarificar para evitar más interpretações: o próprio jornal, de per si, é o reflexo das virtudes do golpe que pôs termo ao inverno de meia centúria, pois sem a rutura libertadora não é possível arrecadar energia impulsionadora suficiente para a sua gestação. Ao longo dos textos transparece a vinculação dos fautores deste projeto ao novo tempo – que afrouxa com o passar dos meses na exata medida em que a via direta para o socialismo soçobra por nocaute face às investidas poderosas do modelo liberal representativo e à posição dos eleitores expressas nas eleições. Como acontecimento noticiável, o 25 de abril está, de facto, ausente dos primeiros números. A distância temporal em relação aos acontecimentos explica parte desse apagamento. Nesse ínterim os leitores do jornal já sabem os nomes dos novos protagonistas que substituem Marcelo Caetano, Oliveira Salazar, Gomes da Costa, Óscar Carmona e Américo Thomaz nas conversas quotidianas. Estão agora familiarizados com Salgueiro Maia, Otelo, Sá Carneiro, Spínola, Costa Gomes, Freitas do Amaral – e com as imagens dos tanques, das chaimites, dos militares, dos cravos armados, com as intervenções televisivas acinzentadas, agora um general de monóculo, logo depois um locutor a instruir, antes ainda da TV colorida.

Em face do que aqui vai escrito, não optamos por analisar o jornal como um artefacto histórico que se submete às ferramentas de dissecação com vista a recolher vestígios de um tempo que se considera passado e irrepetível – é não considerar, como Benjamin (1987: 224), que “o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história.”

No caso concreto, pretende-se, através da análise de um jornal operário, fruto do tempo, conhecer as ideias políticas de um período incontornável do país, o da conquista da liberdade e da democracia após a travessia de um longo túnel em que a maioria cumpre o papel de peões e condutores bem-comportados – uns por resignação, outros por adesão ao modelo. De igual modo, concluir como o ativismo e a mobilização subjacentes à criação de um jornal – que, num quadro ideológico específico, minoritário, age como o moscardo socrático que espicaça as consciências – se assemelha às experiências de controlo operário nas empresas, de constituição de associações e comissões de moradores; comprova, também, as possibilidades de ação política dos cidadãos como forma de responder à concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo. Segundo Bourdieu (1989: 164), essa concentração é tanto maior e menos contrariada, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os cidadãos, de entre os quais releva o tempo livre e o capital cultural.

A análise ao jornal *Perspectiva* atém-se, por um lado, às questões de índole mais estrutural – equipa, tipo de periódico, local de impressão, formato; por outro, à análise de conteúdo. Optamos por focar três áreas: 1) o ativismo político, traduzido essencialmente na defesa de um projeto de sociedade socialista, sem esquecer o proselitismo ideológico em torno das diferentes formas de governo; 2) a mobilização operária, em particular o incentivo à organização de comissões de trabalhadores nas fábricas da região, a par da denúncia das condições de trabalho; 3) A rigidez organizativa, uma das características das publicações de cariz marxista-leninista e maoista, em matéria de moral e costumes, e a crítica ao papel conservador da igreja.

Como já referimos na Perspectiva 1, os estudos em torno de imprensa operária (como da imprensa no geral, principalmente quando não se trata de títulos de âmbito nacional) deparam-se com dificuldades, desde logo na criação de arquivos, daí resultando o desaparecimento de muitas publicações – o *Perspectiva*, como já vimos, consta da lista de alvos dos ataques atribuídos à direita, nomeadamente ao CDS, tendo daí resultado a destruição do espólio, incluindo fotografias e documentação. No caso dos jornais ideologicamente marcados e conotados com áreas minoritárias defensoras de vias revolucionárias, existe ainda o problema da sua destruição deliberada como forma de apagar experiências do passado que se pretende renegar. Se a explicação vale para o período de vigência da ditadura, marcado por perseguições, não deixa de ter igualmente validade para o período pós-25 de abril: as preocupações já não concernem à

perseguição político-estatal, mas antes aos “incómodos” sociais face a um passado de radicalidade ideológica explicada, em parte, pelos fulgores juvenis e pelo contexto.

Na rememoração de um tempo e de um projeto ativista muito singulares, seguimos o precioso contributo de um dos fundadores e dinamizadores do jornal, Joaquim Gomes Lima, necessário para auxiliar a ordenação cronológica e alinhamentos. No fecho do capítulo fazemos uma análise quantitativa de conteúdo com base nos termos (e temas) mais frequentes nos títulos das 18 edições publicadas entre julho de 1974 e junho de 1976, fechando com uma cronologia das principais ocorrências do projeto *Perspectiva*.

Na transcrição de conteúdo das edições do jornal, opta-se por respeitar a ortografia e não pela sua conformação ao acordo ortográfico em vigor. Como meio auxiliar de diagnóstico para entender o jornal e as ideias políticas que o mesmo tem subjacente, optamos por um enquadramento introdutório dos marcos principais do jornalismo português, em particular a imprensa, e das teorias políticas que a partir do século XIX se afirmam como alternativa ao liberalismo e sem as quais não se percebe o ativismo por detrás de projetos como aquele que constitui o nosso estudo de caso, pequeno, mas emblemático.

1. Breve perspectiva do jornalismo em Portugal

O jornalismo português nasce e evolui alinhado com as modas francesas do século XIX (Sousa, 2008: 47). Ao longo de mais de um século a censura é um denominador comum no que toca à imprensa: mantém-se em monarquia, com a República de 1910 e, claro, durante a ditadura militar e Estado Novo. Em monarquia, o poder real ataca e reprime, principalmente, os jornais e os jornalistas republicanos, fazendo tábua rasa dos protestos e das propostas das associações representativas do setor (idem: 29). Quando muda a situação, os republicanos, antes ciosos da liberdade de imprensa, aproveitam-se dos mecanismos censórios para controle de danos: antes a censura suavizada do que ter à perna a oposição “escrita” de setores contrários ao regime – monárquicos, extrema-esquerda socialista e anarquistas (idem: 30). Com uns intervalos suavizados, a censura republicana alicerça-se na legislação que permite apreender jornais por motivos tão vagos como “linguagem provocadora” (idem).

A ditadura militar que sai do golpe de 28 de maio de 1926 iniciado com uma cavalcada a partir de Braga, depressa institui, na prática, a censura. A Constituição de 1933, que estrutura o quadro político legal do novo regime, estabelece que a liberdade de expressão e de imprensa são direitos individuais, mas remete a sua regulação para leis especiais com a função de atuar, de forma preventiva ou repressiva, contra “a perversão da opinião pública na sua função de força social e para salvaguardar a integridade moral dos cidadãos” (idem: 32). Um campo propositadamente alargado para permitir espaço de manobra e intervenções arbitrárias dos censores (idem).

Os poderes de supervisão da conformidade do teor dos jornais ao espírito ditatorial vigente passam, em 1944, para a dependência direta da Presidência do Conselho de Ministros, através do Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, designação mais asséptica e amigável do que a anterior: Secretariado da Propaganda Nacional (1933) – dirigido por António Ferro (idem: 33). A repressão sobre a imprensa adquire um sentido vincadamente ideológico, e uma forma de controlar descarrilamentos é a seletividade na inserção publicitária (idem): apenas são contemplados os jornais que praticam um jornalismo tranquilo e não tergiversam no seu apoio declarado à situação. O mecanismo de censura prévia mostra a eficácia burocrática de uma máquina bem oleada: aos jornais impõe-se a obrigatoriedade de envio de três provas da edição à Comissão de Censura local, cujo veredicto, sob a forma de carimbo, não admite contestação: “visado”, “autorizado”, “autorizado com cortes”, “suspensão”, “retirado” ou “cortado”. Em muitos dos jornais surge a indicação “visado pela Comissão de Censura” (idem).

Quanto ao jornalismo, o Estado Novo é caracterizado por redações envelhecidas e debilitadas, confinadas ao trabalho de corte e cola dos telexes do SNI (Serviço Nacional de Informação) e à transcrição obrigatória das notas e discursos oficiais (Batista, 2002: 114). Este diagnóstico dá nota da qualidade duvidosa do jornalismo estadonovista, mas contrasta com a adesão dos leitores. Os números de então impressionam lidos neste tempo em que o principal jornal de referência do país vende pouco mais de 10 mil exemplares: os mais de 100 mil títulos do Diário Popular tornam-no “um caso de enorme sucesso”, e são ainda maiores nas temporadas de sorteios de apartamentos e automóveis (idem: 122). Uma das razões prende-se com o aumento da população estudantil universitária: de 6000 estudantes em 1926 para 9000 em 1940, 14000 em 1950, 20 000 em 1960 e 35 000 em 1968 (idem: 126).

Os grupos económicos, orientados por Marcelo Caetano, tornam-se acionistas das empresas detentoras de títulos de jornais. Possuir um jornal – ou vários – dava prestígio e influência, num

contexto em que ganha evidência o poder dos media como instrumentos de domínio e de controlo social.¹⁰⁰ No polo oposto, desprovidas do controlo de jornais sólidos, estão as forças sociais e políticas adversárias da ditadura – comunistas, socialistas, católicos progressistas, e os pequenos, mas muito ativos grupos de extrema-esquerda, monárquicos antifascistas (idem: 127).

A prática censória e fortemente restritiva do trabalho jornalístico mantém-se até 25 de Abril de 1974 (Sousa, 2008: 34). Com Marcelo Caetano, a partir de 1968, nesta como noutras matérias, a propalada abertura revela-se mais aparente do que real. O regime de censura passa a exame prévio: é apenas *rebranding*. A operação de cosmética nada muda (idem), visto que a censura continua a ser apertada: Marcelo não se revela portador de uma primavera capaz de abrir a ditadura para possíveis avanços no sentido de uma efetiva liberdade de imprensa (Gomes, 2018: 31). De tal forma a primavera marcelista exhibe tonalidades outonais que nem o projeto de lei de imprensa apresentado pelos deputados da Ala Liberal da Assembleia Nacional Sá Carneiro e Pinto Balsemão chega a ser discutido em plenário, tendo o mesmo sucedido a um outro do Sindicato Nacional de Jornalistas (Sousa, 2008: 34).

Em 1974, a Revolução de abril permite a liberdade de expressão e de imprensa, seguindo um modelo de conceção liberal do jornalismo (Sousa, 2008: 47). No período de 1974-1976, a neutralidade torna-se secundária. Excetuando os jornais que mantêm, por pouco tempo, é certo, as suas reservas ao novo regime e as loas saudosistas ao anterior (no próprio 25 de abril, o jornal *A Época*, resultante da fusão do *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, com o jornal *A Voz*, publica como destaque uma reunião de Américo Tomás), predomina um ativismo que transforma os jornalistas e os órgãos que estes integram, em protagonistas dos acontecimentos. Segundo Maria Inácia Rezola (2019: 260, 261), as redações não ficam alheias ao processo em curso, recusam o papel de meros canais de transmissão das mensagens dos novos dirigentes, reclamam o direito à participação ativa nas ações políticas, na dinamização de iniciativas

¹⁰⁰ Nas vésperas do 25 de abril era esta a situação: O Banco Intercontinental Português (Jorge de Brito) detém a Sociedade Nacional de Tipografia (família Pereira da Rosa), com *O Século*, *Século Ilustrado*, *Vida Mundial*, *Modas e Bordados* e *Jacto*. A CGD, através da Companhia Portugal e Colónias, detém a Empresa Nacional de Publicidade, com o *Diário de Notícias*, *Mundo Desportivo*, *Vida Rural* e grande parte do capital do *Jornal de Notícias*. O Banco Borges & Irmão (Irmãos Quina) detém o *Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Record* e *Rádio-Televisão*. O Banco Nacional Ultramarino e o Banco Pinto & Sotto Mayor eram, na prática, os donos do *Diário de Lisboa*. A família de Manuel Pinto de Azevedo, com ligações estreitas ao Banco Borges & Irmão, detém *O Primeiro de Janeiro*. Baptista, C. . (2022). *A modernização do jornalismo político em Portugal durante o período marcelista (1968-1974)*. *Livros ICNOVA*. Obtido de <https://coleccionova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/129>

revolucionárias e na mobilização da opinião pública. De facto, neste período as páginas dos jornais são férteis em anúncios de golpes e contragolpes em preparação e boatos diversos, não raras vezes sem referência a fontes que os credibilizem (Gomes, 2018: 130). Predomina um jornalismo “revolucionário” e “militante”, no sentido em que pretende agitar, mobilizar e, em muitos casos, fazer política (idem). Numa microescala, este é um modelo perfeitamente identificável no *Perspectiva*.

2. Quadro de ideias políticas

É longa e próxima a relação entre o jornalismo impresso e a cena política. Não é possível dissociar a história da imprensa das variegadas formas de governação dos Estados (Gomes, 2014: 45, 46). A exigência de liberdade individual que emerge do espírito do Renascimento e da Reforma ajuda a estabelecer uma “ligação xipófaga” entre jornais e a ação política (idem). E essa relação estreita, segundo o mesmo autor, tanto ocorre em regimes mais ou menos liberais como nos autoritários. Por outro lado, mas no mesmo sentido, podemos sempre invocar Tocqueville para vincar a relação intrínseca entre a soberania do povo e a liberdade de imprensa (Traquina, 2004: 26). De tal forma que escrever nos jornais é um passo normal na carreira política (idem: 28). A relação assume atualmente outras roupagens, que não são passíveis de debate neste fórum, mas já não é tão centrada no tradicional modelo de jornal impresso, e até a televisão perde predominância face aos novos meios, embora ainda possa exibir os seus pergaminhos na arte de promoção de atores políticos.¹⁰¹

Os jornais são uma manifestação dessa relação e da visão instrumental que deles têm os atores políticos. Perceber a natureza dos pequenos grupos de extrema-esquerda¹⁰², que depois de uma atividade discreta e cautelosa na fase final do Estado Novo explodem após o 25 de abril, implica

¹⁰¹ “Uma estação que tem 50% de *share* vende tudo, até o Presidente da República! Vende aos bocados: um bocado de Presidente da República para aqui, outro bocado para acolá, vende tudo! Vende sabonetes!” Declarações de Emídio Rangel (1947-2014) entrevistado para o documentário *Esta Televisão É Sua* (1997) de Mariana Otero. Co-Produção La Sept Arte, Archipel 33 e Sp Filmes. <https://fb.watch/v4IHghBpdp/>

¹⁰² “Apesar do termo extrema-esquerda ser ambíguo e rejeitado por vários elementos desse quadrante político, que o consideram pejorativo, é, porém, o mais utilizado, quer pela academia, quer pela maioria dos intervenientes, para descrever as várias organizações políticas que compunham este universo político. É um conceito que teve a sua génese nas críticas de Lenine ao esquerdismo, às associações políticas que recusavam qualquer acordo tático e que postulavam o recurso a ações armadas.” Lima, João. 2020. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n° 1. 2020. 218-239. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a11)

o recurso à história das teorias políticas. António José Fernandes (2008: 244) lembra-nos que ela resulta da reação aos malefícios do liberalismo e do seu objetivo de limitar e, na sua versão mais radical, minimizar ao máximo as funções do Estado com o fim último de o extirpar da sociedade. A crença nas virtudes insofismáveis do mercado redonda no agravar das desigualdades económicas e sociais (idem). Na base e cada vez mais depauperada, uma maioria; no topo uma minoria com o rendimento máximo, à custa da exploração das massas. Contra este estado real do mundo insurge-se uma galeria de ativistas e intelectuais que estruturam quadros teóricos alternativos ao liberal, que ao longo de décadas mobilizam multidões, consubstanciados no socialismo utópico, no socialismo associacionista, no federalismo anarquista, no socialismo científico e na social-democracia (idem: 245).

Nesta dinâmica ideológica, nos anos 60 do século XX, surgem como elementos de um “renovado imaginário simbólico” (Gomes, 2020: 28) as figuras do operário e do camponês, erigidas pelas correntes marxistas-leninistas que pretendem ser alternativa ao social-fascismo dos partidos comunistas de orientação soviética. A China constitui o ponto de atração e as universidades um relevante reduto de recrutamento (idem) e nas universidades a figura do estudante partilha com a do operário o protagonismo dos discursos políticos (idem: 128). De facto, as organizações de estudantes mobilizam e integram centenas de ativistas e formam quadros políticos que, após o 25 de abril, vão ter envolvimento nas lutas políticas que marcam o período revolucionário (Cordeiro, 2009: 156). À escala local, no nosso estudo de caso, são as ideias de quem já frequenta a universidade que estruturam um quadro de ativismo político que corta com o PCP, considerado tradicional e social-fascista, e têm expressão concreta nas páginas do jornal *Perspectiva*.

3. Jornal (em) *Perspectiva*

O surgimento do jornal *Perspectiva* ocorre nesse momento marcante da História portuguesa recente que é a rutura com a ditadura e a instauração da democracia, não sujeito por isso aos mecanismos de censura à imprensa. É um exemplo de jornal usado como expressão da consciência de classe, popular e regional, apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista”, sem se assumir como “vanguarda dos trabalhadores”. Poucos artigos são assinados pelos nomes que surgem na equipa responsável. A forma mais comum de atribuição de autoria é a generalista referência “um operário” ou “um grupo de operários/as”, o

que se explica pelo receio de recriminações por parte das entidades patronais. Os tempos são de liberdade e democracia, mas a cautela de quem trabalha é a mesma do período anterior a 25 de abril de 1974. Das suas edições ressalta uma clara orientação político-ideológica e um certo proselitismo político que tem como destinatário os trabalhadores das fábricas do Médio Ave, sobressaindo palavras-chave que dominam os títulos (editoriais, notícias, opiniões) e um glossário que é espelho do tempo e do fervilhar do país.

Burgueses: aqueles que não produzem e vivem ricamente à custa dos trabalhadores.

Capitalistas: Aqueles que possuem capitais (dinheiro) e procuram aumentá-los à custa dos que trabalham. Os capitalistas são burgueses.

Operário: Aquele que produz, que é explorado, que apenas possui a força para trabalhar, que deseja profundamente e luta por um mundo novo onde não seja explorado e onde haja igualdade, justiça e paz.

Perspectiva, nº 2, ano I, agosto 1974: 8.

O destaque da primeira página do número inaugural (julho 1974), *Os operários roubam os patrões?*, um manifesto assinado por “Armindo” sobre aumentos salariais, sintetiza o propósito que anima este projeto defensor do socialismo, e por isso fortemente engajado nos grupos políticos à esquerda do PCP, apesar de se assumir apartidário. Percebe-se um propósito revolucionário e militante, de “fazer política” na forma de editoriais e notícias semeadas de comentários adjetivados, e que terminam, invariavelmente, com palavras de ordem em caracteres garrafais que amplificam a denúncia, a revolta, mas também a determinação.

No mesmo número, a página dois é preenchida praticamente com a republicação de um texto do *Diário de Lisboa*, “Pedida a demissão do Bispo de Braga”, edição de 18 de junho de 1974. Igualmente com destaque, na página oito é feito o resumo jornalístico da sessão de eleição da comissão administrativa da Junta de Freguesia de Joane, aquela em que os jovens ligados ao jornal são impedidos de avançar com uma lista candidata (referida na *Perspectiva* 2 – Tempo e Lugar).

Mais do que um engajamento ideológico sem hesitações e clarificador, persiste uma via de contestação ao sistema capitalista, bem patente no curto editorial da segunda edição, de agosto de 1974:



Figura 2.

Perspectiva, n.º 2, agosto 1974: 1

“O *Perspectiva* é um jornal apartidário, isto é, não é órgão de nenhum partido. Não obedece às leis fixas de qualquer doutrina política. É um jornal feito por trabalhadores. Por aqueles que mais directamente sentem no corpo e na alma a exploração e as injustiças da sociedade capitalista. E por isso nos propomos lutar contra esta exploração e estas injustiças. É destinado a ser um jornal dos trabalhadores e do povo desta região. Um jornal para consciencializar, defender e apoiar a luta e a cultura popular.

Perspectiva, n.º 2, agosto 1974: 1.

Os tempos se encarregam de mostrar que os laivos revolucionários são muitas vezes contextuais e devedores de vivacidades de juventude, logo, efêmeros, substituídos com o passar do tempo pela “normalização” conciliadora, que no país se traduz no retorno dos militares aos quartéis e, localmente, na desmobilização de uma militância juvenil e na incorporação de muitos dos seus entusiastas nas estruturas partidárias mais consentâneas com o apaziguamento do 25 de novembro e da democracia de cunho liberal-ocidental. Um dos dinamizadores do jornal lidera uma empresa com mais de mil trabalhadores, outro elegeu como tema para a dissertação de doutoramento os inimigos de outrora.

Logo nos primeiros números verifica-se a saída, pelo menos formal, de alguns elementos da equipa responsável. Para quem trabalha nas fábricas têxteis deste meio, a conotação com um projeto de ativismo operário e de ideologia considerada radical, para mais minoritária, tem as suas

consequências, nuns casos materiais, como seja ao nível de represálias por parte de patrões e chefias intermédias, noutros sociais. O meio é pequeno e a pressão social muito forte, quanto mais não seja ao nível familiar.

Publicar um jornal sem ser com o suporte empresarial-financeiro, ainda que de pequena dimensão, requer pelo menos que algumas pessoas tenham adquirido consciência política em relação ao grupo social que defendem. E implica a existência de recursos, materiais e técnicos, mesmo que num grau de escassez, e acima de tudo, necessita de ter a garantia de que há um público a quem se destina, capaz não só de ler, mas também de apoiar a publicação (Jardim, 1996: 30). No caso dos jornais operários, a sua estrutura é muito semelhante ao longo de mais de um século: pode variar o conteúdo ideológico, mas segundo Pacheco Pereira, o resto não foge muito desta estruturação: a) doutrinal e teórica; b) conhecimentos úteis; c) literatura.

Esta análise, feita para os jornais do século XIX, não encaixa totalmente no modelo em apreço. Há de facto uma forte vertente propagandística, ligada ao proselitismo operário de índole maoísta e marxista-leninista, na linha de *O Grito do Povo*¹⁰³, reflexo das pequenas forças em confronto no país, num contexto de liberdade depois de uma existência discreta para evitar atos persecutórios: OCMLP, FEC-ml, UDP, MES – tudo à esquerda do PCP, considerado social-fascista. Politicamente coexiste a exaltação do regime albanês (“país próspero, vive e trabalha feliz, para a construção da sociedade futura, onde não há miséria, nem desemprego, nem inflação, nem ignorância” – nº 6, dezembro 1974: 7) e os ataques ao capitalismo. Por um lado, o ativismo operário concentrado na realidade de contexto: noticiário sobre as fábricas da região; publicação dos comunicados emitidos pelas comissões de trabalhadores e notícias opinativas, panfletárias, sobre a vivência fabril – abusos dos encarregados e mestres; a falta de condições; as greves e os protestos e pedidos de saneamento de chefias. Por outro, o noticiário corrente das localidades e textos longos (três páginas) sobre Angola, Moçambique, Guiné, Vietname e Albânia, oriundos de outros jornais que partilham o ideário.

O *Perspectiva* é amador, já se disse, ideologicamente engajado e portador de um tom panfletário, como muitas das publicações dirigidas aos operários, mas isso não é impeditivo do seu uso como

¹⁰³ Em dezembro de 1971 é publicado o número inicial de *O Grito do Povo*. Na génese deste jornal estão nomes como Pedro Baptista, José Manuel Penafort de Campos, Francisco Moraes e Rui Ramos Loza. Na primeira página *O Grito do Povo* expressa a linha política da OCMLP. Sobre o tema: Batista, Pedro. 2014. *Da Foz Velha a 'O Grito do Povo. Oposição maoísta à ditadura. Memórias (1948-1974)*. Porto. Afrontamento.

fonte para a reconstrução histórica e para recuperar dimensões sociais e políticas importantes, como as lutas operárias, a organização social e a estruturação das democracias (Teles, 2020: 436). A par do vocabulário político-social (idem: 437), o estudo destes projetos permite recuperar aspetos importantes do trabalho e da vida dos trabalhadores e resgatar grupos excluídos da história (idem: 439).

O *Perspectiva* é a materialização de um projeto alimentado durante os dois anos anteriores ao seu aparecimento no seio da JOC. Como focado na Perspectiva 2 – Tempo e Lugar, o organismo católico é um alfobre progressista de jovens – a maioria operários nas fábricas da região –, iniciados nas teorias marxistas-leninistas, maoistas e no catolicismo progressista. A maioria dos jovens, sem perspectiva de prosseguir estudos, tem na fábrica o caminho já seguido pelos pais. Alguns não aceitam o fatalismo e questionam as condições de trabalho, o sistema de exploração – adquirem “consciência operária” e integram forças partidárias que propugnam a ditadura do proletariado e o modelo albanês de cooperativas de trabalhadores, a democracia popular e uma posição rígida, severa, ascética quanto a questões de moral e costumes.

A sua estrutura apresenta as características comuns dos jornais da época. Mas há algumas evidências, em particular nos números iniciais, de conhecimento e domínio dos meandros da organização dos conteúdos e das secções da imprensa. De facto, nota-se um alinhamento que procura ser diversificado, e mais do que tudo equilibrado, de forma a conciliar a vertente ideológico-panfletária com as matérias ligadas a denúncias de ambiências laborais, com os textos anti-imperialistas e anticolonialistas e com o noticiário local, assim como secções periódicas, como *Os Leitores Participam*, alimentada por correspondência recebida, de que é exemplo a carta que denuncia uma situação numa das fábricas da região relacionada com o castigo a uma trabalhadora, dado por “um senhor escova”.

“Em princípios de agosto chegou até nós uma carta anónima. Dada a importância do seu conteúdo resolvemos transcrevê-la inteiramente. Fizemos uma correcção ortográfica e a pontuação conveniente. O título e os subtítulos são nossos.”

Perspectiva, nº 2, ano I, agosto 1974: 3.

OS LEITORES PARTICIPAM

Carta que pede justiça

Em princípios de Agosto chegou até nós uma carta anónima.

Dada a importância do seu conteúdo resolvemos transcrevê-la inteiramente.

Fizemos nesta carta uma correcção ortográfica e a pontuação conveniente.

O título e os subtítulos são nossos.

duzentos para o filho do patrão que é tão rico. Mas apesar do mestre não dar, o pedúrio rendeu bastante mais que o dia da moça.

E nós agora temos que lutar para que isto não se volte a repetir; para que eles saibam que nós não somos nenhuns animais para sermos assim rejeitados.

E agora só uma pergunta: quando é que chega o 25 de Abril à Nazaril?». ...

Figura 3

Participação dos leitores:

nº 2, agosto 1974: 3

No número seguinte, na mesma secção, com o título “Desmentir boatos”, o jornal publica nova carta, desta feita identificada, de um operário que pede para esclarecer os leitores sobre a publicação anónima do número anterior e “para avisar os leitores que em nada foi responsável pelo referido artigo. Isto com o fim de desmentir certos boatos que correm, dizendo que foi ele o seu autor. Apesar disso, manifesta-nos o seu total acordo com o conteúdo do artigo” (*Perspectiva*, nº 3, ano I, setembro 1974: 3).

Por aqui se depreende a aceitação do jornal na comunidade. A prova de que é lido com atenção e tem impacto entre a população fabril é dada não só pela tiragem, na ordem dos 2000 e 3000 exemplares (o que é assinalável para um jornal popular e local), em grande parte vendidos às portas das fábricas, mas também pela interação dos leitores e das instituições públicas: o jornal publica o mapa dos postos de vacinação do concelho de Vila Nova de Famalicão (nº 4, outubro 1974: 7) e a informação sobre o radiorastreamento, a pedido, respetivamente, da Direção Geral de Saúde e do Centro de Saúde de Vila Nova de Famalicão.

Estamos, portanto, perante um jornal amador e sem meios, mas que exhibe conhecimentos do mester jornalístico: os títulos garrafais, com variação de tipografia, e até uma secção muito comum nos jornais de informação geral e profissionalizados, ontem como hoje, centrado nas críticas indiretas e numa certa coscuvilhice de bastidores, de que a secção Gente do semanário *Expresso* (que já existe quando o *Perspectiva* inicia atividade) se apresenta como exemplo paradigmático – aqui chamada “Ouvi Dizer...E vou ouvindo dizer”, que tem, contudo, presença efêmera e irregular no jornal. “Ouvi dizer que no casamento duma filha dum patrão da Riopole se gastaram centenas ou milhares de contos. Até refizeram uma capela só para o casamento. Entretanto muitos querem casar e não têm casa” (*Perspectiva*, nº 3, ano I, setembro 1974: 7). A mensagem política e propagandística abarca praticamente todo o conteúdo, incluindo a vertente mais lúdica: em várias das edições são publicadas quadras de cunho popular, umas sem autoria, outras assinadas por

um “Poeta Popular” e “Poeta Operário”. “Uma mosca sem valor / Poisa com mesma alegria / Na careca de um doutor / Como em qualquer porcaria” (nº 5: 8). “A justiça da burguesia / é coisa de entontecer / Arrancam-nos a camisa / e temos que agradecer” (nº 2: 8). “Os famalicenses profanos / venderam-se aos centristas / Compram tudo, até ciganos / para polícias dos fascistas” (nº 9: 8).

A maior parte dos conteúdos de carácter informativo que incidem em factos ocorridos e reportagens (muito poucas), não segue o modelo tradicional do texto jornalístico. De facto, os textos com características jornalísticas correspondem a uma minoria: a mancha mais significativa respeita a opiniões, expressas não só em editoriais, mas acima de tudo em espaços de denúncia e de pedagogia ideológica, assim como a comunicados de grupos de trabalhadores das fábricas da região. Predomina, com raras exceções, um modelo de texto que não obedece à estrutura de pirâmide – o mais importante logo na abertura, respondendo depois às questões que elucidam as dúvidas dos leitores. Em muitos casos não é fornecida informação sobre o local dos acontecimentos e a data, e muito menos a identificação fidedigna dos intervenientes. Um exemplo: em nenhum texto do jornal é referido o nome do presidente da Junta de Joane. As poucas referências à intervenção da autarquia ou do autarca são sempre integradas na designação genérica de “presidente da Junta”.

“Do projeto enviado à Câmara pela Junta constava o seguinte: compra de 22 mil metros quadrados de terrenos destinados à obra (Ciclo Preparatório). Deste projeto constava ainda a continuação da avenida do Campo de Futebol até à estrada de Santa Maria (Braga) – disse-nos o Presidente da Junta (...) O início das obras está apenas dependente das escrituras de alguns terrenos (...) – disse-nos o Presidente da Junta. “

Perspectiva, nº 1, ano I, julho 1975: 10.

A análise do jornal, já o dissemos, não pode obedecer a uma linha eminentemente jornalística, de dissecação deste género de texto tendo presente as regras próprias da atividade. É válida, neste caso, a análise de Mónica (1982:12) para os jornais operários portugueses do final do século XIX até 1934: “são textos militantes e como tal deverão ser lidos. Expõem pontos de vista. Incitam à luta. Denunciam a injustiça e a opressão.” O dado novo é que no caso em estudo o contexto é de liberdade e democracia, mantendo-se o quadro de condições, no campo laboral e da política, que

impulsionam o ativismo – segundo os animadores do *Perspectiva*. O jornal propõe-se mobilizar, consciencializar os operários, que considera os seus leitores, e veicular uma ideologia alternativa à democracia representativa burguesa: a democracia popular. Mais do que o floreado irrepreensível do texto jornalístico, e a observância de regras (como os valores-notícia) o que impulsiona os operários-redatores é a mudança da sociedade, a criação de um mundo novo, o socialismo sem classes:

“A classe operária e o povo trabalhador vão avançando para a sua emancipação definitiva. Neste momento uma das direcções principais da luta do povo é contra a reorganização do fascismo, contra os partidos fascistas (C.D.S. e P.D.C.) e defensores do capitalismo (P.P.D.). As massas populares já tomaram consciência que esta luta é necessária e só terminará quando for destruído o sistema político que a origina e alimenta, o capitalismo, e os trabalhadores construirão uma sociedade nova dirigida e controlada pelos próprios trabalhadores.”

Perspectiva, n.º 8, ano I, fevereiro 1975: 5.

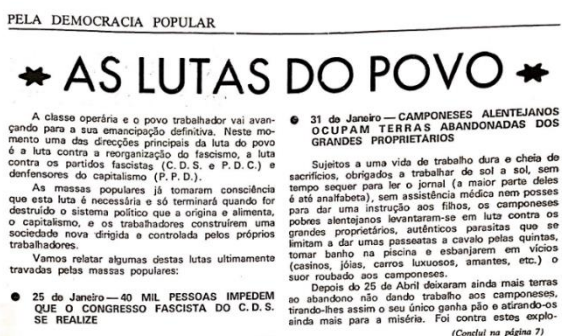


Figura 4

Perspectiva, n.º 8, fevereiro 1975: 5

3.1 Organização do jornal

O *Perspectiva* apresenta-se como jornal regional, apartidário, mas assumidamente antifascista e anticapitalista, defensor da democracia direta e popular. A redação e Administração ficam situadas em Joane, Vila Nova de Famalicão. Não dispõe de número de telefone: nesta altura são ainda escassos e, por outro lado, o projeto tem carácter informal. No número 1, de julho de 1974, no cabeçalho, para além do título, a negro, caixa alta, não há qualquer referência ao diretor. É composto e impresso na Tipografia Centro Gráfico, em Vila Nova de Famalicão. Na página dois, uma ficha técnica apresenta a Equipa responsável: Guilherme A. Rodrigues, Adelino Silva Ribeiro,

Américo Torrinha, Manuel Ribeiro Rodrigues, Joaquim G. Lima, Custódio Rodrigues, Agostinho Oliveira, Armindo Machado e Bernardino Peixoto.

No número 12, de junho 1975, o cabeçalho exibe o título com ligeiras alterações gráficas e a designação “Mensário Regional” é substituída por “Jornal Popular”. Não há referência ao diretor no cabeçalho, mas na página três, em caixa, surge a indicação: Proprietário – Manuel Ribeiro; Diretor Interino – Manuel Xavier. No número seguinte (13, ano II), de julho de 1975, o cabeçalho ostenta o título a negro, caracteres garrafais como sempre, o subtítulo “Mensário Regional Popular”, a indicação de Manuel Xavier como diretor e de Manuel Ribeiro como proprietário. A composição e a impressão passam a ser asseguradas pela tipografia Augusto Costa e C^a Lda., em Braga. A alteração mais significativa é a inclusão de um logótipo com iconografia em linha com a orientação programática dos grupos maoistas: a foice, a enxada, uma espiga de milho, o contorno estilizado de uma fábrica e no rodapé a indicação: “Operários e camponeses unidos venceremos.”

Jornal com características amadoras, assegurado por jovens, a maioria sem qualquer experiência na imprensa, o *Perspectiva* não deixa transparecer a adequação do conteúdo a regras tradicionais do jornalismo. São poucas as imagens ao longo das 18 edições. A publicidade comercial está ausente de todas as edições; as únicas promoções são as que se relacionam com informação institucional de saúde, as campanhas de assinaturas e incentivos à leitura e participação por parte dos leitores e a publicitação da festa de aniversário do jornal. A paginação dos artigos recorre muito à continuação no interior do jornal: é comum um artigo começar na primeira página, prosseguir no miolo e, num ou noutro caso, concluir numa outra – uma prática também muito comum noutros jornais.

3.2 Perspectiva ideológica

Com o fim da censura e a liberdade de informação e de expressão, o país vive um período de aumento exponencial de novos jornais. O ímpeto publicista está patente nos números: no primeiro ano após o 25 de Abril de 1974, surgem dez novos jornais, oito semanários e dois diários. A estes juntam-se os órgãos oficiais de partidos e mais de uma centena de publicações periódicas (Figueira, 2007, p. 31). Esta dinâmica editorial que espelha o novo contexto político tem correspondência na vertiginosa sucessão de acontecimentos: seis governos em dezoito meses, duas tentativas de golpe protagonizadas pelo General Spínola, cujo fracasso obriga à sua fuga do

país e o sequestro dos deputados constituintes no interior da Assembleia da República. A política e o debate ideológico ocupam o centro da vida do país e, conseqüentemente, a prática jornalística: neste campo está também em curso uma luta de classes.

O cenário de ativismo político do jornalismo e dos jornalistas no contexto nacional espelha-se nos pequenos jornais, como o *Perspectiva*: mais do que ser um veículo de informação neutro, assume um lado da refrega, em defesa da democracia popular, contra a direita e a democracia burguesa. O retrato traçado do jornalismo e dos jornalistas dos diários e semanários nacionais (Gomes, 2018) é válido para o *Perspectiva*: indistinção entre artigos de opinião e notícias, textos pouco claros e bastante adjetivados. No caso do jornal que constitui o estudo de caso, acresce a mensagem declaradamente panfletária bem notória nas palavras de ordem com que terminam muitos dos textos.

De acordo com Miguel Cardina (2010: 24-33), as publicações animadas por grupos alinhados ou simpatizantes das forças políticas ou sociais do espectro maoista, marxista-leninista e trotskista apresentam características comuns. Evidencia-se a crítica ao capitalismo e à exploração dos trabalhadores; uma posição desalinhada e crítica da vida quotidiana; uma linha de valorização do papel da juventude e um pendor anti-imperialista e anticolonialista. Todas estas marcas estão presentes no *Perspectiva*, a que se junta uma outra, menos comum em publicações deste tipo – o noticiário geral sobre as localidades que constituem a sua área de penetração.

Ao longo dos seus dezoito números (com duas interrupções – ver cronologia) são inúmeros os textos de teor político em defesa da democracia popular, contra a exploração capitalista e contra a reabilitação de figuras do anterior regime. O conjunto de excertos que selecionamos ajuda a clarificar as motivações políticas e o ativismo do jornal e dos seus dinamizadores, de entre as quais se destacam a valorização, como exemplo, do sistema de democracia popular, o anti-imperialismo (essencialmente contra os Estados Unidos, mas também contra a Rússia), o desalento face ao 25 de abril por não operar a verdadeira revolução e o combate contra os “partidos fascistas”, categoria ampla e aberta, onde cabem não só as forças declaradamente conotadas com o regime anterior, mas igualmente o CDS e o PPD.

1 | O QUE SE PASSOU COM O 25 DE ABRIL?

“Com o 25 de Abril os fascistas foram corridos do governo, embora continuem a existir por aí. Mas o capitalismo não acabou: a exploração nas fábricas é a mesma ou pior; os preços continuam a subir para os capitalistas terem mais lucros; no governo estão representantes dos capitalistas; fizeram uma lei da greve que em quase nada ajuda os operários, mas não fazem uma lei contra os despedimentos (...) o 25 de Abril seria uma verdadeira revolução se em vez de acabar só com o fascismo, acabasse também com o capitalismo que nos explora (...) nos reduz a peças das máquinas, que não nos considera como Homens criadores da história e recriadores do mundo.”

Perspectiva, nº 3, ano I, setembro 1975: 4.

2 | DEMOCRACIA BURGUESA, DEMOCRACIA POPULAR

“Hoje o Povo possui algumas liberdades; por estas sempre lutou e por elas viu os seus melhores filhos serem presos, torturados ou assassinados pelo terror fascista (...) Contudo, a alegria sentida pelos trabalhadores no dia a seguir ao 25 de abril, vai-se esfumando aos poucos: os aumentos de salário foram anulados pela carestia da vida, os despedimentos aumentaram e todos os dias se vêem obrigados a lutar para manter essas poucas liberdades sempre ameaçadas. Assim será sempre, enquanto se mantiver o poder capitalista, fonte de toda a miséria da reacção e do fascismo.”

Perspectiva, nº 5, ano I, novembro 1974: 1.

3 | A REACÇÃO NO NOSSO MEIO

“Apesar de nos tempos que correm a palavra democracia andar de boca em boca e de se conjugarem esforços por todos os lados para varrer de uma vez para sempre em Portugal a opressão e a tirania fascista, aparecem ainda no nosso meio (assim como por todo o país) certos focos reaccionários que tentam por todas as maneiras desacreditar e calar a voz daqueles que querem levar em frente a luta do Povo pela verdadeira democracia (Democracia Popular) e, portanto, por uma vida livre da exploração do homem pelo homem, que é própria desta sociedade capitalista em que vivemos.”

Perspectiva, nº 5, ano I, novembro 1974: 8.

4 | CUSTO DE VIDA

“Se o «25 de abril» foi um acontecimento militar digno de satisfação pelo fim da guerra nas colónias e restituição das liberdades fundamentais do homem, politicamente está a ser bastante medroso e economicamente quase nada veio a melhorar a situação de miséria do Povo (...) Este regime não pode continuar. Os burgueses dizem que o sistema capitalista está em crise; ele está mas é podre, ele tem que ser enterrado (...) Importa pois, a criação da nova sociedade

onde tenhamos o pão do dia a dia e onde não haja lugar para os parasitas vivendo à custa do suor da classe operária e onde cada trabalhador seja a pessoa mais importante dessa sociedade – a sociedade socialista.”

Perspectiva, nº 9, ano I, março 1975: 5.

5 | IMPORTÂNCIA DOS TRABALHADORES

“Porque é que todos os partidos se dizem ao serviço da Classe Trabalhadora? Qual é o golpe? Nós já descobrimos que há duas classes – a classe dos explorados, formada por nós, operários e camponeses pobres e a classe dos exploradores, composta especialmente pelos patrões e os seus mais directos colaboradores, engenheiros, doutores e grandes proprietários (...) Mas nós, trabalhadores, por muito pouco que saibamos de política, pela nossa experiência de explorados, não acreditamos nestes mentirosos (...) Portanto, nos comícios palavrinhas meigas, nas fábricas e nos campos exploram-nos. Desmascaremos os partidos deles: CDS, PPD e PDC.”

Perspectiva, nº 9, ano I, março 1975: 7

6 | RUA COM O IMPERIALISMO. O POVO QUER A INDEPENDÊNCIA NACIONAL

“Já antes do 25 de Abril, sabíamos que em Portugal existia imperialismo. Ele tinha várias caras. Por um lado, explorava e matava como animais os nossos irmãos das colónias Africanas, sujeitando-os a trabalhos forçados e a bombardeamentos constantes. Por outro lado, aqui em Portugal apoiado pelo regime fascista de Salazar e Caetano explorava o povo trabalhador. Basta abrir os olhos para vermos a quantidade de empresas estrangeiras que ainda existem dentro do nosso País. Basta reparar na preocupação que os imperialistas americanos têm na Base Aérea das Lages, nos Açores (...) nas empresas de diamantes, de petróleo e nas grandes indústrias que os americanos e seus agentes conservam em Angola e noutras antigas colónias portuguesas.”

Perspectiva, nº 10, ano I, abril 1975: 1.

7 | CONTRA O IMPERIALISMO – DEMOCRACIA POPULAR

“O mundo de hoje está dividido entre dois imperialismos: o Americano e o Russo. Parece estranho que a Rússia seja um país imperialista. Mas não é de admirar. A Rússia já foi um país socialista no tempo de Lenine e Staline (chefes da nação ao lado do povo russo), tempo em que o poder pertencia aos camponeses e aos operários. Mas hoje a Rússia não é socialista. A Rússia a partir de 1956 tornou-se um país social-imperialista que concorre com os Americanos na dominação e agressão aos países pobres (...) queremos um Governo de operários e camponeses, porque cheios de capitalistas a mandar estamos nós!”

Perspectiva, nº 10, ano I, abril 1975: 2.

Em face do arcaísmo dos meios e atento o contexto cronológico, não é de somenos envergadura a empreitada de assegurar os conteúdos de cada edição mensal. Incluindo as reportagens, como a da greve da Mabor, em Lousado (uma boa vintena de quilómetros de distância), assinada por Gomes Lima. Numa página “enxuta”, e com titulação apelativa, o autor descreve os vários passos do protesto dos trabalhadores. Começa por informar sobre a data e o local (30 de maio, Lousado), o número de trabalhadores (750) e o caderno reivindicativo. Outro dado revelador da orgânica jornalística é o follow-up dos acontecimentos: no caso dos protestos desta empresa, o jornal acompanha, em números seguintes, os desenvolvimentos, sempre na perspectiva dos operários, mas sem deixar de dar informação sobre a posição da entidade patronal no decurso das negociações. “A administração muito naturalmente recusou, apresentando uma contra-proposta na qual apontava um aumento geral de 30% (...) Escusado será dizer que esta proposta da empresa não agradou aos operários, já que a percentagem iria favorecer aqueles que tinham ordenados elevados.”

PERSPECTIVA Página 3

Mabor

Luta aberta por aquilo que nos pertence

Em 30 de Maio, cerca de 750 trabalhadores da Fábrica de Pneu «Mabor», em Lousado (Famalicão), entram em greve geral.

No caderno reivindicativo aparece em 1.º lugar um salário mínimo de 6 000 escudos mensais e 40 horas em cinco dias, entre outros pontos.

Entretanto desde o início da greve a entidade patronal, Dr. Miguel Quina, refugiou-se em qualquer equívoca solidária para mediações, virando as costas ao problema do operariado. Por outro lado, os operários, em confronto com os milhéus do grupo Borges & Limão, apresentam uma luta aberta «pelos direitos elementares, por condições de vida dignas de um ser humano».

O enredo

A palavra exploração estava na cabeça. Na cabeça há 28 anos. Durante todo este tempo «vendemos barato a nossa força de trabalho para conseguirmos subsistir».

Em 12 de Maio começa o enredo. «Hoove uma reunião da Comissão de fábrica com a Administração. Nessa reunião exigimos um salário mínimo de 7 000 escudos mensais, 40 horas em cinco dias, 12.º mês, um mês de férias a 100 % e, menos importante, uma sala de convívio, bar e biblioteca».

A Administração muito naturalmente recusou, apresentando uma contra-proposta na qual apontava um aumento geral de 30 %.

Escusado será dizer que esta proposta da empresa não agradou aos operários, já que a percentagem iria favorecer aqueles que tinham ordenados elevados.

Não ao aumento geral de 30 %

Ao aumento geral de percentagem, os operários da Mabor apresentam um aumento-base de 2 000 escudos para todos os trabalhadores com ordenados inferiores a 8 000 escudos inclusive. Desse vencimento para cima não se registaria qualquer aumento.

Por conseguinte, haveria um congelamento de ordenados elevados.

Passaram-se dias e só em 30 de Maio a Administração apresentaria, através do accionista Miguel Ponche, uma resposta definitiva: aumento geral de 30 % para todos os trabalhadores, não sendo considerada a proposta dos trabalhadores.

Greve às 21 horas

Não satisfeitos com a resposta da empresa, é decretada greve geral às 21 horas do dia 30 de Maio, pelos operários. A greve aderiu todo o pessoal. Os que não aderiram foram postos na rua (mensais e metalúrgicos).

No dia seguinte, 31 de Maio, a Administração apareceu com nova resposta: «Como em Abril passando-se tivesse verificado um aumento geral de 500 escudos, agora além desse aumento, haveria outro de 700 escudos, que iria corresponder ao aumento prometido de 30 % pela empresa».

«Perante isto, não podemos acetar. Apontamos, então, o salário mínimo de 6 000 escudos e as restantes reivindicações».

Empresa sujeita à falência

No dia 1 de Junho nova reunião com o Sr. Ponche e um delegado do Sindicato dos Químicos. Dessa reunião, a empresa apresentou um ordenado mínimo de 4 500 escudos.

«Não podemos dar mais já que a empresa está sujeita à falência».

Aos 6 000 escudos mensais pedidos pelos operários, a empresa responde com 4 500 escudos. Exceder este salário seria a falência da empresa. Em contrapartida os trabalhadores respondem à falência da empresa com a continuação da greve decretada em 30 de Maio.

Não às manobras do patrão

«Estamos certos de que pedimos só uma pequena parte do que nos pertence. Por isso desde há muito tempo tentámos conseguir melhores condições de vida, salários menos injustos, tentámos evitar que os nossos salários fossem usados para pagar os impostos».

(continua na página 3)



Lutarão até serem satisfeitos as nossas reivindicações

Figura 5

Perspectiva, nº 1, julho 1974: 3

A fronteira entre notícias, opinião, puro ativismo de causa e ideológico raramente existe. Mas essa é uma característica dos projetos deste género, a par do recurso a conteúdos de publicações ligadas à extrema-esquerda, principalmente ao maoísmo. Na edição inaugural o jornal ocupa três

das dez páginas com um texto sobre Moçambique (*A luta pela Libertação; Programa Político da Frelimo*), com base no *Mozambique Institute-1972*. O que releva é o esforço de um grupo representativo de uma minoria, uns enamorados pelos pequenos partidos à esquerda do PCP e pela vida nos países socialistas, outros crentes num mundo melhor, mais fraterno e justo. O didatismo acompanha o proselitismo ideológico, como nos textos sobre os vários sistemas de governo, assinados por “Um Operário”, apostados em aprofundar conceitos como “fascismo”, “capitalismo”, “democracia”, muito propalados, mas ainda pouco apreendidos pelos operários:

“O fascismo começou em Itália por volta de 1920 com o Presidente Benito Mussolini. Diziam os fascistas em Itália que não eram capitalistas nem socialistas, mas antes corporativistas (...) Os estados fascistas protegem-se com fortes polícias secretas e militares, como a PIDE e a Legião Portuguesa. Os governos fascistas assentam numa ditadura, que é um homem ou um grupo de homens governarem contra a vontade ou sem o consentimento do Povo. “

“O Capitalismo: sistema social em que a propriedade dos meios de produção está nas mãos de uma minoria de indivíduos que se chamam capitalistas. O objectivo principal do capitalismo é o lucro (...) Os operários são considerados como objectos de produção... Os capitalistas procuram por todos os meios que eles produzam sempre mais e procuram pagar os salários mais baixos possíveis.”

“A palavra democracia significa o governo exercido pelo próprio Povo. Costuma-se falar em democracia directa e indirecta: a directa quando é exercida pelo próprio Povo através de assembleias populares; a indirecta quando o Povo através de eleições elege os seus representantes, para depois governarem.”

Perspectiva, nº 3, Ano I, de setembro de 1974: 1, 2.

A exposição das grandes ideias políticas prossegue no número 4, outubro de 1974, com “O Socialismo, o Comunismo e o Cristianismo”, igualmente assinado por Um Operário, escrito “em linguagem simples”, essencial para os operários não serem “enganados por belas teorias”.

“O Socialismo é uma teoria que defende que na sociedade os meios de produção (as fábricas) e as terras devem estar nas mãos do Povo (...) através de nacionalizações, com as quais se procede às expropriações das grandes propriedades e das grandes empresas que são as responsáveis pela miséria do Povo. Existem no mundo diversos partidos que se dizem Socialistas (...), mas é na prática

que se pode ver a verdade e então verificamos que muitos partidos ditos Socialistas apenas se querem servir dos trabalhadores.”

“O Comunismo é uma teoria que diz que os bens (fábricas, terras, etc.), pertencem a todos e cada pessoa recebe segundo as suas necessidades e trabalha segundo as suas capacidades (...) parte do princípio (de) que *todos os homens são iguais*, por isso não admite a «nossa» sociedade capitalista em que há ricos e pobres, patrões exploradores e operários explorados. O grande teórico do Comunismo chama-se Karl Marx (...) Para se chegar ao Comunismo primeiro é preciso passar pela “ditadura do proletariado” (...) Este «ideal» comunista é difícil de atingir e ainda não existe no mundo um só país comunista, embora existam países que se dizem na fase Socialista para chegar ao Comunismo, como a China, Cuba, Albânia e Vietname do Norte.”

Perspectiva, nº 4, outubro 1974: 5.

A maioria dos textos termina, invariavelmente, com palavras de ordem, em caixa alta:

NEM MAIS UM SÓ DESPEDIMENTO! LUTEMOS PELO DIREITO AO TRABALHO!

VIVA A DEMOCRACIA POPULAR! MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!

LIBERDADE SÓ PARA OS AMIGOS DA LIBERDADE!

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA. VIVA A CLASSE OPERÁRIA.

FORA O CDS. O FASCISMO NÃO PASSARÁ.

UNIDO, ORGANIZADO E DISPOSTO A LUTAR, O POVO É INVENCÍVEL.

NÃO AO AUMENTO DO CUSTO DE VIDA!

NÃO QUEREMOS SER EXPLORADOS EM LIBERDADE.

3.3 Moral e costumes

Briggs e Burke (2006: 12) recordam que São Carlo Borromeo (1538-84), arcebispo de Milão, descreve as peças de teatro como "uma liturgia do diabo". O jornal *Perspectiva* suscita reações deste género não só por parte dos patrões, que temem a influência perniciosa junto dos operários, mas também da igreja e partidários do anterior regime, desconfiados das liberdades apregoadas

pela nova ordem e das ideias de democracia popular do projeto sedeado em Joane. Estamos num tempo em que a localidade conta com três padres irmãos, conotados com o setor mais conservador da Igreja Católica e abertamente opositores do ideário do 25 de abril (Joaquim Lima em entrevista ao autor). Em matéria de religião, a posição que sobressai no jornal é a do cristianismo progressista. Num texto assinado por “um operário” (nº 4, outubro 1974: 5), o articulista começa por separar as águas entre o ideal cristão e a Igreja Católica, que em Portugal, dizendo não fazer política, se pauta pelo apoio ao regime deposto em 1974, assim como a guerra colonial. Muito diferente, sustenta o autor, da opção de Jesus Cristo pelos mais pobres e oprimidos. Mesmo assim o autor ressalva o contributo importante de muitos cristãos para derrubar a ditadura em Portugal. “Ser Cristão não impede de ser socialista ou comunista, até porque o Cristianismo é uma religião e não um esquema político” (idem). Por outro lado, como já referido neste trabalho, o *Perspectiva* não destoa no que toca à rigidez moral e à sobrevalorização da incorrupta moral proletária face aos vícios da sociedade burguesa (nº 12: 6, 7), da pornografia que anda “descaradamente por todo o lado” e à preocupação em “andar na moda”, típica da gente burguesa, mas que contagia, pela força da publicidade, algumas camadas operárias (idem). Vítima de exploração e desprezo e da desigualdade salarial em relação ao homem (*Perspectiva*, nº 9, ano I, março 1975: 8), a emancipação da mulher está ligada à libertação do homem. O texto *A Mulher na Luta*, não assinado, é uma crítica à defesa do aborto, que considera manifestação de um interesse burguês:

“O homem tem de ver na mulher a sua companheira de luta (...) com os mesmos direitos e não uma escrava que só serve para trabalhar e criar filhos (...) Falou-se muito no Dia Internacional da Mulher. Nesse dia a Televisão transmitiu um programa sobre o «aborto». Um grupo de burguesas a pedirem aborto livre. Será assim que a mulher se vai libertar? Não, não é a pedir aborto livre que a mulher se liberta, nem ao escolher um dia especial para si (...) ainda se rebaixa mais (...) só quando o homem se conseguir libertar, então é que a mulher ao lado do homem, lutando lado a lado, há-de conseguir libertar-se (...) Vamos lutar por creches, assistência médica competente e gratuita durante o parto e o período de gravidez; por melhores condições de trabalho, por férias pré-natais e depois do parto pagas por completo, por alguns minutos durante o dia para acompanhar os problemas políticos, etc.”.

Perspectiva, nº 9, ano I, março 1975: 8.

A | RELIGIÃO OU O MODO DE REPRIMIR O POVO?

“Em geral, o clero estava identificado com o regime fascista de Salazar e Caetano (...) a esmagadora maioria dos padres, dos abades, párocos e priores, nas escolas e nas aldeias, nas vilas e nas cidades, com raras excepções, pregaram a nossa resignação (...) a nossa exploração ao serviço dos capitalistas. Muitos eram membros activos da PIDE (bufos), exploradores directos do povo, até na forma de patrões, donos de campos, de fábricas e acções.”

Perspectiva, nº 3, ano I, setembro 1974: 8

B | ATENTOS À REACÇÃO

“Que determinados sectores mais atrasados do clero (padres) têm tentado impedir com todas as suas influências junto das massas (Povo) para neutralizar o processo de democratização não constitui já novidade nenhuma. Só que agora nos parece que já começa a ser abuso reprovável (...) certos padres se estarem a aproveitar abusivamente do confessionalário para convencerem as pessoas a aderirem a certo partido fascista conhecido por todos como o «CDS».”

Perspectiva, nº 7, ano I, janeiro 1975: 9.

C | CONSTRUIR A PAZ

“Lendo a História com atenção, notaremos que o homem, desde o seu nascimento, nunca viveu em paz. Em vão se fazem promessas e conferências de paz (...) e quando acabou a segunda guerra mundial, os homens prometeram nunca mais se guerrearem (...) Se lermos os jornais diários, não compreendemos como é possível que os homens façam tantas falsas promessas, pois vemos que as guerras nunca mais acabam. É que desejar a paz não chega! É preciso acreditar que, só através da paz, é que o ser humano poderá progredir.”

Perspectiva, nº 7, ano I, janeiro 1975: 8.

D | A PAZ E O CRISTIANISMO

“Para muitos cristãos, não se pode fazer política à luz do evangelho, mas, quer o queiram, quer não, o Evangelho contém uma grande força política, e se todos os cristãos se apercebessem disso, de certeza que teríamos uma sociedade mais justa (...) Cristo foi morto por defender os pobres. Ele próprio o disse: «Eu venho libertar os pobres e oprimidos» (...) viveu pobre e era filho de um operário e nessa condição lutou ao lado dos mais necessitados. Não é essa a dimensão que a Igreja actual dá aos cristãos. Limita-se a dizer que a verdadeira vida é no outro mundo, e que para se conquistar o Céu é preciso andar por caminhos tortuosos (...) Façamos todos em conjunto uma igreja que seja a verdadeira defensora dos explorados e oprimidos (...).

Perspectiva, nº 7, ano I, janeiro 1975: 8.

“O sr. Abade continua nas missas a criticar as mães por deixarem as filhas usar roupas curtas. Não compreendemos a razão do Sr. Padre falar assim no altar e, pertencendo à equipa de funcionamento do salão (paroquial), permitir que sejam passados filmes pornográficos. E o que é de admirar é deixarem entrar crianças desde que tenham comprado bilhete. Isso mostra-nos que o Sr. Abade e os seus amigos só se interessam pelos lucros”.

Perspectiva, n.º 16, fevereiro e março 1976: 7

3.4 Mobilização e consciencialização operária

O historiador Eric Hobsbawn (2000:17) alerta para um “velho” perigo que consiste na identificação dos discursos e ideias do movimento operário como sendo da classe trabalhadora como um todo. De facto, é comum tomar como sendo dos trabalhadores posições assumidas pelas estruturas ou figuras que lideram ou dinamizam movimentos operários ou forças ideológicas. No caso do *Perspectiva*, o jornal nunca teve pretensões de ser um órgão de vanguarda operária (Joaquim Lima, entrevista ao autor). Indubitavelmente a linha seguida é de educação das massas, mas tendo cuidado com as palavras quando estavam em causa questões ligadas aos trabalhadores, despiando do texto a carga radical para evitar problemas nas fábricas (idem). Não por acaso, a equipa responsável anunciada no número inaugural, que inclui vários operários fabris, reduz substancialmente a partir do número dois – naquelas paragens é aconselhável não ser associado a projetos de ativismo operário defensores de democracia popular e críticos da exploração capitalista.

As empresas Riopele, Somelos, Coelima, Mabor, Têxtil Manuel Gonçalves, o caso da autogestão na fábrica Sousa Abreu, de Guimarães (referida na *Perspectiva* 2 – Tempo e Lugar) surgem com frequência nas várias edições do jornal. A par da consciencialização operária, da doutrinação com base na teoria de Marx – “Quando o trabalhador se vê obrigado a vender a sua força de trabalho, transformou-se numa mercadoria no sistema capitalista” (nº 6, dezembro 1974: 6) –, as páginas do jornal abrem-se às posições de coletivos de trabalhadores, às denúncias de atropelos nas fábricas e de comportamentos individuais.

TEXTO I | A NOSSA CONSCIÊNCIA

“(…) os interesses do patronato são contrários aos da Classe Operária. Para deixarmos de ser homens-máquinas ao serviço do dinheiro dos capitalistas, precisamos de nos organizar a nível de empresa e região. Ninguém pode libertar os pobres senão nós que somos pobres (...) É uma realidade que milhões de operários, oprimidos e explorados como nós, lutam pela liberdade e pela realização total do homem.”

Perspectiva, nº 3, ano I, setembro 1974: 7.

TEXTO II | UNIDADE OPERÁRIA

“Após o «25 de Abril» os despedimentos têm sido uma das grandes armas dos capitalistas-patrões para assegurarem o mesmo grau de exploração que obtinham nos «bons velhos tempos» do fascismo.”

Perspectiva, nº 4, ano I, outubro 1974: 1.

TEXTO III | A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA

“Todo o operário sabe que é explorado. O que talvez não saiba é que esta exploração faz parte da natureza do sistema capitalista, e que só a eliminação do sistema capitalista eliminará a exploração. O estudo da mais-valia prova cientificamente que a finalidade da organização operária deve ser a expropriação dos capitalistas e a criação de um estado operário.”

Perspectiva, nº 5, ano I, novembro 1975: 2.

TEXTO IV. A LUTA PELA ORGANIZAÇÃO

“(…) com a crescente concentração operária nas grandes zonas industriais, a classe operária começa a aperceber-se da sua grandeza e força, experimentando as primeiras formas de união e organização, vencendo a resistência dos capitalistas (...) começam por criar Associações de Socorros Mútuos, e finalmente, após longas e árduas lutas, conquistam o direito de se organizarem em Sindicatos.”

Perspectiva, nº 5, ano I, novembro 1974: 6.

TEXTO V. VIVA O NATAL DOS POBRES!

“Só pela luta os trabalhadores se libertarão completamente e construirão então um mundo novo alicerçado sobre a justiça e igualdade, sem opressão nem exploração, e ecoará bem alto o grito de todos os pobres e deserdados, o grito de fraternidade e amor entre os homens.”

Perspectiva, nº 6, ano I, dezembro 1974: 1.

TEXTO VI. A VIDA DE UM TRABALHADOR

“A vida de um trabalhador é dura e difícil. Trabalha muito e descansa pouco, alimenta-se mal e tem o futuro para morrer aos poucos devido a esta sociedade de exploração (...) Hoje iremos falar do que é a vida de um operário tintureiro. A sua vida é muito dura, sempre debaixo de altas temperaturas, com fumos por todo o lado que rebentam os pulmões.”

Perspectiva, nº 17, ano II, abril-maio 1976: 1.

TEXTO VII. MOVIMENTO GREVISTA

“Hoje, face à vida cara, ao congelamento dos salários e ao avanço da besta fascista, milhares de trabalhadores se têm levantado contra isso, utilizando como armas principais a greve e a manifestação de rua. O governo, perante as justas aspirações das massas trabalhadoras, lamenta-se dizendo que as greves criam a instabilidade política, portanto podem pôr em perigo as eleições (...) em todo o país temos assistido ao erguer de um forte movimento de luta contra a miséria, o fascismo e o imperialismo.”

Perspectiva, nº 17, ano II, abril-maio 1976: 1.

4. Memória e história oral

A evocação do passado implica, em muitos casos, o apelo às lembranças dos outros (Halbwachs: 1990: 54). O recurso às lembranças, ao testemunho dos que viveram os factos sobre os quais se escreve, não desconsiderando os pontos negativos que lhe apontam, ajuda a completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras (idem: 25) e a fornecer aos historiadores reminiscências de indivíduos que, sobre o passado, dão informações insubstituíveis (Mónica, 1982: 17). É o caso do *Perspectiva*, jornal de que ouvimos falar na infância e adolescência e em torno do qual se estabelece, ao longo de décadas, um silenciamento envergonhado como se a reativação de

memórias sobre um projeto transgressor eivado de um certo misticismo ideológico, se afigure insensata e inoportuna. A utilização de testemunhos orais levanta, contudo, alguns problemas: a dificuldade de verificação e contestação do testemunho pode originar o seu uso de forma pouco crítica (Mónica, 1982: 17). Em contrapartida, as fontes orais questionam a história teleológica, a tendência para valorizar os vencedores (Fraser: 92).

Para este trabalho, como já indicado, decidiu-se colher o testemunho de um dos fundadores e redatores do jornal *Perspectiva*. Adotou-se o modelo de entrevista (gravada), que não é, como se sabe, uma técnica exclusiva da Ciência Política: é comum a outras ciências sociais. Num trabalho que tem por base o estudo de caso de um jornal, é oportuno o recurso à entrevista como método de recolha documental, ainda que sejam cada vez mais atuais as reservas de Maurice Duverger a esta técnica que o jornalismo contemporâneo, ao invés de a engrandecer, só a tem apoucado e coberto de descrédito à medida em que é cada vez mais contaminada pelo entretenimento.

Joaquim Gomes Lima, fundador e redator, nasce em 1951 na freguesia de Joane, Vila Nova de Famalicão. É licenciado em Filosofia pela Universidade do Porto, onde concluiu, em 2017, o doutoramento em sociologia. O seu percurso tem uma forte ligação ao jornalismo escrito: no *Gazeta da Semana*¹⁰⁴ (1976-1977), o jornal *Vila Nova*, em 1982, e no *Diário de Notícias*. É autor de *Princípios de Antropologia em Bernardino Machado* (2007, Campo das Letras) e *Os Empresários da Indústria Têxtil do Vale do Ave. Um contributo para uma sociologia da formação do habitus económico* (2018, Edições Afrontamento).

¹⁰⁴ *A Gazeta da Semana*, propriedade de João Martins Pereira, secretário de Estado da Indústria e Tecnologia do IV Governo Provisório, em funções durante o “Verão Quente” de 1975 - que também era o diretor; o jornalista Jorge Almeida Fernandes (atualmente no *Público*) assumia as funções de diretor-adjunto; a redação era constituída por jornalistas vindos do diário *República* (cessou atividade em dezembro de 1975), e contava com a colaboração de Fernando Silva, Oliveira Baptista, ministro da Agricultura do IV Governo Provisório, Valentim Alexandre, Alfredo Soveral Martins, Adelino Gomes e Joaquim Furtado, entre outros. Teve um percurso curto de apenas nove meses, o suficiente para conhecer duas interrupções provocadas por dificuldades económicas: a primeira entre agosto e setembro; a segunda, e derradeira, entre dezembro de 1976 e janeiro de 1977. Deixou um legado de 31 números mais 1, um «Número Especial», a sua última batalha pela sobrevivência. Fonte: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/ultimaedicao/UltimaEdicao_GazetadaSemana.htm

4.1 Testemunho

“O *Perspectiva* envolve jovens com menos de vinte anos, detentores de uma vontade de agir em defesa dos operários, pondo assim em prática os ideais das forças à esquerda do PCP pelas quais manifestam simpatia e, nalguns casos, militância ativa. Antes do projeto do jornal, os jovens incorporam um movimento informal, sem enquadramento partidário, animados pela ideia de democracia popular.”

Alguns de nós já tínhamos alguma experiência, eu andava a estudar. Lembro-me que quando comecei a estudar filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto apercebi-me de imediato que aquele meio era outro foco de agitação política em torno de alguns movimentos estudantis. A figura do estudante surgia como alguém empenhado na defesa dos operários e dos camponeses.”

“Em 1974, quando surge o jornal *Perspectiva*, Joane, e o Vale do Ave, era uma zona triste, muito dominada ainda pela agricultura. Para muita gente, a fábrica desempenha um papel importante pois permite escapar à rudeza e à dureza do trabalho no campo, sem horários, e com um baixo rendimento”.

“Mesmo depois do 25 de abril a Igreja (em Portugal, mas principalmente no norte) mantém a faceta conservadora que mostrara durante o Estado Novo. Quando o jornal surge, vieram dela as críticas mais ferozes ao projeto e aos conteúdos. E também de elementos afetos ao CDS. Sociologicamente, Joane era um meio muito conservador, com algumas famílias dominantes e onde a esquerda para a população local era o PS. Os grupos ditos de extrema-esquerda tinham expressão pouco mais do que residual.”

“O jornal *Perspectiva* foi um sucesso invulgar de vendas. Com 2000 e 3000 exemplares, o primeiro número esgotou. Os operários viam o jornal como a folha operária das suas fábricas, onde podiam publicar os comunicados das comissões de trabalhadores. Além disso, participavam na discussão dos assuntos a destacar em cada edição. Havia reuniões todas as semanas para esse efeito. O jornal desaparece, não tanto por cisões ou questiúnculas internas, mas sim num quadro de viragem nacional e também por uma certa desmobilização dos operários. No fundo, esmorece o ímpeto revolucionário. Outro motivo prende-se com um fator sociológico: os movimentos sociais têm um percurso que não é muito longo, porque a dada altura coloca-se a questão da sua institucionalização. Neste caso concreto não havia dirigentes. Fechou sem qualquer anúncio”.

5. O fim da aventura

Esta dissertação não se assume como uma monografia sobre o jornal *Perspectiva*, a qual pode, se empreendida, clarificar muitos outros aspetos de um projeto jornalístico e ativista que marca uma geração e deixa raízes para outras aventuras semelhantes, igualmente protagonizadas por jovens, materializadas duas décadas depois.

Ao entrar no segundo ano de atividade, o *Perspectiva* deixa para trás sinais que evidenciam desequilíbrios e divergências que afetam o conteúdo, a organização e a equipa. A publicação da ficha técnica passa a ser irregular. No número 14, outubro de 1975, o editorial ocupa-se das questões de organização interna com o intuito de “acabar com as dúvidas” e explicar a estado de “real desorganização” interna resultante de “divergências ideológicas” e de decréscimo de colaborações.

O facto de ser apartidário torna o jornal permeável a disputas internas por parte de pessoas que têm diferentes inclinações políticas, cada uma tentando orientar o conteúdo num determinado sentido ideológico. A ausência de uma linha clara, editorial e ideológica, explica as divergências. A coincidência ideológica, apartidária, presente na fase inicial esbate-se nos meses seguintes em linha com as divergências acaloradas que se fazem sentir no país. O jornal é acusado de pertencer a certas forças – ao PCP, à OCMLP e à UDP –, o que explica a saída de vários elementos.

Coerente com a defesa da democracia popular de cunho maoista, o jornal faz uma autocrítica ao trabalho desenvolvido: promete corrigir o predomínio de textos sobre o universo fabril, dar mais destaque ao noticiário local e aos trabalhadores do campo, sem deixar de ser porta-voz das aspirações e lutas do povo da região. Este propósito manteve-se na edição seguinte, novembro de 1975, mas logo em dezembro e janeiro o jornal não é publicado. Devemos ter em consideração os acontecimentos nacionais, com o 25 de novembro a impor-se à via revolucionária, e a onda de violência que se faz sentir na região norte e que também atinge (como vimos na *Perspectiva* 2) a sede do jornal, causando danos irreparáveis no espólio e no material, principalmente a máquina de escrever. O jornal volta a ser publicado em fevereiro-março, bimestral, trazendo na primeira página a linha ideológica. Assume-se como jornal democrático, porque determinado em defender “intransigentemente a mais ampla democracia para o povo”, popular e regional; apartidário, mas orientado por “uma linha política antifascista e anticapitalista” e em defesa do socialismo, mas recusa ser a “vanguarda dos trabalhadores” (nº 16, ano II, fevereiro-março 1976: 1).

O noticiário dos derradeiros números é marcado por um reforço da linha operária, presente na publicação de comunicados das comissões de trabalhadores das grandes fábricas locais e no incentivo à luta e à aliança entre operários e camponeses. No diferendo ideológico interno triunfa a via mais revolucionária, alinhada com o maoísmo, que promete luta ao “poder reacionário da burguesia” cada vez mais reforçado (idem: 6). Esse alinhamento persiste no número 17, abril-maio 1976: o editorial, centrado na onda grevista que varre ao país, alerta os trabalhadores contra os partidos que se dizem defensores dos seus direitos e que criticam as greves e as manifestações, considerando-as trunfos para o avanço do fascismo (nº 17: 1, 3); e com a publicação de um texto, *Mais casos de difteria (garrotinho)*, extraído do jornal *A Voz do Povo*, semanário da extrema-esquerda e integralmente ligado à UDP, e os versos de *Aos Soldados e Marinheiros*, cantiga do GAC (Grupo de Ação Cultural), animado pelo cantor José Mário Branco e muito próximo da UDP.¹⁰⁵

A derradeira edição do *Perspectiva*, nº 18, junho 1976, apresenta na primeira página um editorial não assinado sobre as eleições para a Assembleia da República. O articulista realça o comportamento do povo, por se não ter deixado atemorizar pelas bombas, “ameaças dos caciques fascistas”, pelas prédicas feitas nos púlpitos das igrejas contra os partidos de esquerda e pela “chantagem económica e ameaças dos patrões”. O jornal (na medida em que um editorial vincula a sua posição) defende a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à Presidência da República, por ser franco, por não tomar decisões em escritórios alcatifados das grandes empresas capitalistas, ser capaz de ouvir a voz patriótica da gente com calos nas mãos.” (*Perspectiva*, nº 18, ano II, junho 1976: 3). Dois anos depois do 25 de abril de 1974 o país “normaliza-se” e institucionaliza-se: a Constituição da República Portuguesa é aprovada a 2 de abril de 1976. Pouco depois, a 25 do mesmo mês, realizam-se as eleições legislativas e em junho, dia 27, têm lugar as primeiras presidenciais do novo ciclo constitucional. Apresentam-se quatro candidatos: Octávio

¹⁰⁵ A ligação de José Mário Branco a Joane não se reduz a esta publicação de uma canção da sua autoria nas páginas do *Perspectiva*. A 20 de outubro de 1974 o autor de *Ser Solidário* é um dos convidados da festa organizada pelo jornal, no salão paroquial, ao lado dos cantores populares Tino Flores, Afonso Dias e António Duarte. A festa, escreve o jornal no “suplemento” datilografado, é “um canto de luta contra o pessimismo e a exploração da burguesia capitalista.” “A canção popular é uma parte da arte popular, e por isso terá de se colocar totalmente ao serviço dos interesses e objetivos do Povo. Ela não deverá apenas denunciar a vida de sofrimento e miséria do Povo trabalhador, mas terá de procurar a causa desta situação, denunciá-la e mostrar quais são os verdadeiros amigos e inimigos do Povo.” Paralelamente aos momentos musicais e de exaltação política e operária, decorre uma recolha de fundos para os trabalhadores em autogestão da fábrica SOUSABREU de Guimarães, de que resulta o valor de 1100\$00 (cinco euros e meio).

Pato, Otelo Saraiva de Carvalho, Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes – que vence com 61,59% dos votos.

Nas oito páginas, para lá de textos sobre o ensino popular, a religião e as fábricas locais, não consta nenhuma informação sobre a suspensão de publicação do jornal. Nas entrelinhas – o mesmo é dizer, por entre a desorganização dos textos da edição, a duas colunas e da falta de revisão – pressente-se que o ativismo que manteve o jornal durante quase dois anos está esgotado. Mais do que cisões e questiúnculas internas, que não podem ser escamoteadas, o que dita o desfecho é o quadro de viragem política e sociológica nacional e uma certa desmobilização dos operários. Em síntese: esmorece o ímpeto revolucionário e cai o pano sobre o *Perspectiva*.

6. Galeria de protagonistas

Ao longo dos seus dezoito números, nas notícias, editoriais, opiniões (ainda que não assinadas), comunicados atribuídos a leitores ou comissões de trabalhadores - sobressai uma galeria de protagonistas que constituem os alvos principais do jornal. De políticos (essencialmente figuras nacionais) a militares com papel de relevo nos acontecimentos posteriores ao 25 de abril, de patrões a chefias intermédias das fábricas, sem esquecer a Igreja – os alvos do *Perspectiva* estão bem definidos. Refletem, por outro lado, a sucessão de acontecimentos que se verifica no país, à medida que o empolgamento arrefece e que a ideia de uma sociedade nova baseada no Socialismo é rejeitada nas urnas pelos eleitores. De entre os militares associados ao 25 de abril de 1974 Otelo e Spínola ocupam, na perspectiva do jornal, lados diametralmente opostos e concitam, por isso, graus de aceitação totalmente antagónicos. O primeiro representa o espírito libertário de abril, o segundo é o embaixador do conservadorismo. No palco político o CDS e o seu líder, Freitas do Amaral, são os principais adversários.

A seleção que se apresenta é representativa da galeria de “notáveis” que merecem a “pontaria” do jornal:

SÁ CARNEIRO

“O P.P.D. é um partido formado após o «25 de abril». Os seus principais dirigentes foram deputados da Assembleia Nacional fascista (...) nunca lutou contra a assassina guerra colonial, e por vontade do seu «leader», Sá Carneiro, as colónias só a longo prazo se entregariam aos seus legítimos donos (...).”

Perspectiva, nº 7, ano I, janeiro 1975, p.4;

“Ultimamente temos assistido a uma grande propaganda por parte da burguesia que nos vem falar em paz, da necessidade da harmonia entre todos (a tal «reconciliação»), ao mesmo tempo que anda toda assustada com um clima de violência (segundo os burgueses) que se está a viver em Portugal (...) existem muitos exemplos que nos mostram a verdadeira falsidade dos discursos tão inflamados dos políticos burgueses (como o capitalista Sá Carneiro, o fascista e agente da C.I.A. Galvão de Melo), sobre a paz. Não será uma violência um trabalhador estar de Março até Agosto à espera de uma consulta médica?”

Perspectiva, nº 10, ano I, abril 1975, p. 8.

SPÍNOLA

“A propaganda maciça de ideologia fascista e reacionária é hoje um facto. Vai desde certa imprensa regional até aos microfones da Rádio Renascença do Porto. Desde o púlpito de certos padres até aos discursos reaccionários de alguns bispos. Desde as intervenções de Galvão de Melo na Assembleia Constituinte, até às «mensagens» (MDLP) de Spínola.”

Perspectiva, nº 14, ano I, outubro 1975: 5.

“A campanha para criar condições necessárias ao regresso de Spínola é uma tarefa que as forças fascistas e reacionárias levam a cabo (...) conta com os seus melhores amigos que, desde «Sás Carneiros a Galvões de Melo», passam a vida a dizer que ele tem todo o direito de voltar (...) sendo agora o «líder» do MDLP/ELP (organizações terroristas armadas). O Povo tem de traçar o destino de Spínola.”

Perspectiva, nº 17, ano I, Abril-Maio 1976: 2.«

FREITAS DO AMARAL

“Freitas do Amaral era até conselheiro do assassino Marcelo Caetano”.

Perspectiva, nº 5, ano I, novembro 1974: 4.

GALVÃO DE MELO

“(…) pelo facto de o Partido Socialista ganhar as eleições não significa que estejamos em Socialismo. O Socialismo não se constrói nos gabinetes ou em Assembleias Constituintes onde se vão sentar criminosos fascistas como Galvão de Melo, Freitas do Amaral, Mota Amaral.”

Perspectiva, nº 11, ano I, Maio 1975: 2.

OTELO

“Devido à importância destas eleições (Presidenciais de 1976), os trabalhadores nunca se poderão alhear delas (...) terão que ter um candidato seu (...) que fosse um dos obreiros do 25 de Abril (...) com coragem para bater o pé aos imperialistas (...) Esse homem, é o general Otelo, ele significará o 25 de Abril no poder.”

Perspectiva, nº 18, ano II, junho 1976: 3.

CDS

“Que género de partido é o CDS e de que lado se coloca? Todos nós sabemos que o CDS é formado por indivíduos da classe privilegiada: patrões de fábricas, donos de bancos, advogados e engenheiros que colaboram na exploração das massas operárias. Também é verdade que nas diversas terras quem faz parte do C.D.S. são antigos legionários, ex-informadores da hedionda (assassina) P.I.D.E, indivíduos falhados que se vendem a quem lhes pagar melhor. E poderá um partido formado por esses «Senhores» zelar e defender os interesses dos trabalhadores?”

Perspectiva, nº 5, ano I, Novembro 1975: 4.

PPD

“Os operários, mais esclarecidos, sabem quais são os partidos que de modo nenhum interessam aos trabalhadores (...) Não obstante os dirigentes do P.P.D. terem pertencido à ala liberal dessa assembleia, não podemos deixar de os acusar de terem participado directamente num Governo que massacrava e oprimia os trabalhadores (...) Vêm aí as eleições (Assembleia Constituinte, 1975), nós trabalhadores sabemos que não são as eleições que libertam a classe operária, mas se nessas eleições, um partido como o P.P.D. vencer, tudo fará para defender o capitalismo, em prejuízo dos trabalhadores (...) Enquanto existir o capitalismo há o perigo do regresso do fascismo!”

Perspectiva, nº 7, ano I, Janeiro 1975

IGREJA

“Que determinados sectores mais atrasados do clero (padres) têm tentado impedir com todas as suas influências junto das massas (Povo) para neutralizar o processo de democratização não constitui já novidade nenhuma para ninguém. Só que agora nos parece que já começa a ser abuso reprovável pelos meios de que este sector reaccionário se está a servir aproveitando-se inclusivamente da sensibilidade religiosa das pessoas em circunstâncias que severamente denunciámos. É o caso de certos padres se estarem a aproveitar abusivamente do confessional para convencerem as pessoas a aderirem a certo partido fascista conhecido como o C.D.S. Chegaram também até nós notícias de que estes mesmos parasitas se estão a servir de todos os meios junto dos emigrantes, neste caso concreto franceses e alemães, para os convencerem a trocarem dinheiro com eles, dinheiro português por estrangeiro, para lhe darem destino que nos parece duvidoso.

Perspectiva, nº 7, ano I, janeiro 1975: 8.

(...) os padres reaccionários (que também) não estão nada interessados em abdicar dos seus privilégios, por isso não esclarecem o Povo e pregam da mesma forma que pregavam antes do 25 de Abril dizendo que os ricos são generosos e que sem eles não podemos viver.”

Perspectiva, nº 11, ano I, maio 1975: 2.

7. Análise quantitativa de conteúdo

Da análise feita até agora às edições do jornal que constitui o Estudo de Caso resulta clara a posição ideológica do projeto. Na maior parte dos excertos escolhidos para ilustrar a vertente ideológica, do ativismo de mobilização dos trabalhadores da região e dos respeitantes aos valores, incluindo a rigidez moral característica dos grupos de inspiração maoista – transparece uma linguagem muito própria, de cunho panfletário. Marcadamente prosélicos, propagandísticos e ideológicos, os textos são marcados por tópicos recorrentes.

O Povo é sempre grafado em caixa alta inicial, como entidade mitificada, detentora dos valores de vanguarda, em contraponto com a burguesia exploradora e mergulhada em vícios. É a expressão mais usada nos títulos das edições do jornal. Politicamente, à direita do PS, todos os partidos são fascistas, em particular o CDS liderado por Freitas do Amaral, o homem do “sorriso cínico”. O PPD de Sá Carneiro nem sempre é tratado como “partido fascista”, mas é invariavelmente apresentado como partido capitalista que não se livra da marca de ter na liderança políticos oriundos da Assembleia Nacional do Estado Novo.

Confirma-se, por outro lado, a presença constante de expressões alusivas ao mundo laboral, previsível tratando-se de um jornal com o propósito de mobilizar e consciencializar o proletariado local. Operários e trabalhadores surgem com bastante relevo nos títulos das dezoito edições.

ANÁLISE QUANTITATIVA DE CONTEÚDO

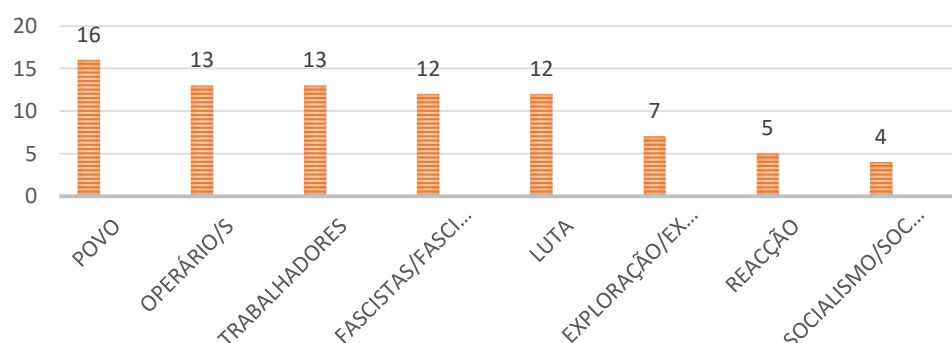


Gráfico 1 Palavras mais frequentes nos títulos do Perspectiva, 1974-1976

PALAVRAS DOMINANTES NOS TÍTULOS DO PERSPECTIVA

QUADRO 1 POVO | 16 VEZES

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Religião ou o modo de reprimir o Povo	Nº 3: 8
2. Desmascaremos os falsos amigos do Povo	Nº 5: 1
3. O Povo esmagará a fera fascista	Nº 6: 4
4. As lutas do povo	Nº 8: 5
5. Por uma medicina ao serviço do Povo	Nº 8: 5
6. A poesia do Povo	Nº 8: 8
7. O Povo quer a Independência Nacional	Nº 10: 1
8. Angola – o povo vencerá	Nº 12: 4
9. Com a união do Povo se resolveu o problema	Nº 14: 3
10. Espanha: O povo vencerá	Nº 14: 6
11. Santa Eulália: O Povo organiza-se	Nº 15: 4
12. O desporto ao serviço do Povo	Nº 15: 7
13. Angola: O Povo vencerá!	Nº 15: 4
14. Ruivos: O Povo organiza-se	Nº 16: 7
15. Stª Mª de Airão: O Povo é quem mais ordena	Nº 17: 7
16. Não queremos cá Pides, diz o Povo de Grândola	Nº 17: 8

QUADRO 2 **OPERÁRIOS | 13 VEZES**

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Os operários roubam os patrões?	Nº 1: 1
2. A vitória dos operários da Mabor	Nº 5: 1
3. SOUSABREU: Os operários tomam conta da fábrica	Nº 3: 4
4. Carides: Operários em luta pela justiça	Nº 7: 1
5. Boavista: Operários explorados e maltratados	Nº 9: 3
6. Carides: Continuam os maus-tratos aos operários	Nº 10: 3
7. Vermoim: Os operários da Safil não desistem	Nº 11: 1
8. Simões Abreu: Os operários não se deixam vencer	Nº 12: 1
9. Vida e morte do ex-operário Filipe	Nº 12: 7
10. Gondar: Os operários da «Serves» exigem justiça	Nº 13: 4
11. Vermoim: Operárias em luta pelos seus direitos	Nº 13: 4
12. Riopelle-Natarfil: Os operários unidos são invencíveis	Nº 13: 5
13. Análise às lutas dos operários da Riopelle e Carides	Nº 15: 4

QUADRO 3 **FASCISTAS/FASCISMO | 12 VEZES**

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Fascismo, Capitalismo e Democracia	Nº 3: 1
2. Fascistas, mentirosos e caluniadores	Nº 3: 6
3. O fascismo não passará	Nº 4: 1
4. O Fascismo: Destrói, Fere, Assassina	Nº 4: 2
5. C.D.S., mais uma manobra fascista	Nº 5: 4
6. JOANE, o fascismo não passará	Nº 9: 4
7. Contra o fascismo: Terroristas do C.D.S. à solta	Nº 11: 4
8. Resposta ao comunicado fascista da Gerência da Carides	Nº 11: 6
9. Contra o fascismo e o imperialismo: Para trás nunca!	Nº 12: 4
10. Os Fascistas levantam a cabeça	Nº 14: 1
11. O fascista Galvão de Melo candidato à Presidência da República	Nº 16: 8
12. A Democracia dos fascistas – são bombas	Nº 16: 8

QUADRO 4 **TRABALHADORES | 11 VEZES**

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Trabalhadores Cristãos denunciam situações que degradam o Homem	Nº 2: 7
2. Nós trabalhadores e nossa vida	Nº 2: 8
3. A Luta dos trabalhadores da EFACE-INEL	Nº 4: 8
4. A organização dos trabalhadores	Nº 7: 1
5. Querem o mel para os exploradores e o fel para os trabalhadores	Nº 7: 3
6. EM GUIMARÃES: A SOUSABREU continua a trabalhar gerida por trabalhadores	Nº 8: 7
7. Assim, a Caixa de Previdência não serve os trabalhadores	Nº 9: 3
8. Importância dos trabalhadores	Nº 9: 7
9. Organização de Trabalhadores: Comissões, Sindicatos, Cooperativas	Nº 10: 6
10. Trabalhadores e as eleições	Nº 11: 1
11. Queremos a Previdência ao serviço dos trabalhadores	Nº 16: 2

QUADRO 5 **LUTA | 10 VEZES**

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Mabor: Luta aberta por aquilo que nos pertence	Nº 1: 3
2. Em Delães, na eleição do Sindicato Têxtil: Momento de luta contra a exploração capitalista	Nº 2: 1
3. SOGANTAL – Luta até final	Nº 3: 2
4. Sindicatos: A luta pela Organização	Nº 5: 6
5. A luta pelo 13º mês	Nº 6: 5
6. Moçambique: A luta pelo poder popular	Nº 6: 7
7. A Luta dos caseiros pela terra	Nº 7: 5
8. A Mulher na Luta	Nº 9: 8
9. Avancemos na luta	Nº 16: 6
10. TIMEX – luta pelo direito ao trabalho	Nº 17: 8

QUADRO 6 EXPLORAÇÃO/EXPLORADORES | 5 VEZES

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Em Delães, na eleição do Sindicato Têxtil: Momento de luta contra a exploração capitalista	Nº 2: 1
2. A exploração capitalista	Nº 5: 2
3. A exploração capitalista	Nº 6: 4
4. Coelima. Também aqui há exploração	Nº 8: 4
5. A terra a quem a trabalha: A exploração nos campos	Nº 12: 5

QUADRO 7 REACÇÃO | 5 VEZES

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Avanço da reacção na Carides	Nº 5: 3
2. A reacção no nosso meio	Nº 5: 8
3. Atentos à reacção	Nº 7: 8
4. 11 de Março: O Desespero da Reacção	Nº 9: 4
5. Boatos: Uma arma da reacção.	Nº 10: 4

QUADRO 8 SOCIALISMO/SOCIALISTA | 4 VEZES

TÍTULOS	EDIÇÃO
1. Socialismo, Comunismo e Cristianismo	Nº 5: 3
2. A vida num país Socialista	Nº 6: 7
3. Socialismo e Religião	Nº 12: 8
4. A construção do socialismo: Albânia, um país de cooperativas	Nº 9: 4

QUADROS 1-8: Análise do autor às edições do Perspectiva (1974-1976)

8. Ficha de Identificação



Figura 6 Logótipo *Perspectiva*

PERIODICIDADE

Mensário Regional (Jornal Popular a partir do nº 11, ano I, Maio de 1975 e Mensário Regional Popular a partir do nº 13, ano II, julho 1975).

SEDE/REDAÇÃO

Joane, Vila Nova de Famalicão.

NÚMEROS PUBLICADOS

18, no período de julho de 1974 a junho de 1976.

EQUIPA INICIAL

Guilherme A. Rodrigues, Adelino Silva Ribeiro, Américo Torrinha, Manuel Ribeiro Rodrigues, Joaquim Gomes Lima, Custódio Rodrigues, Agostinho Oliveira, Armindo Machado, Bernardino Peixoto.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Centro Gráfico de Famalicão (nº 1), Oficinas / Centro Juvenil de S. José, Guimarães (2-11), Tipografia de Augusto Costa & C.ª, Braga (13-18). O nº 12 não tem informação sobre local de impressão.

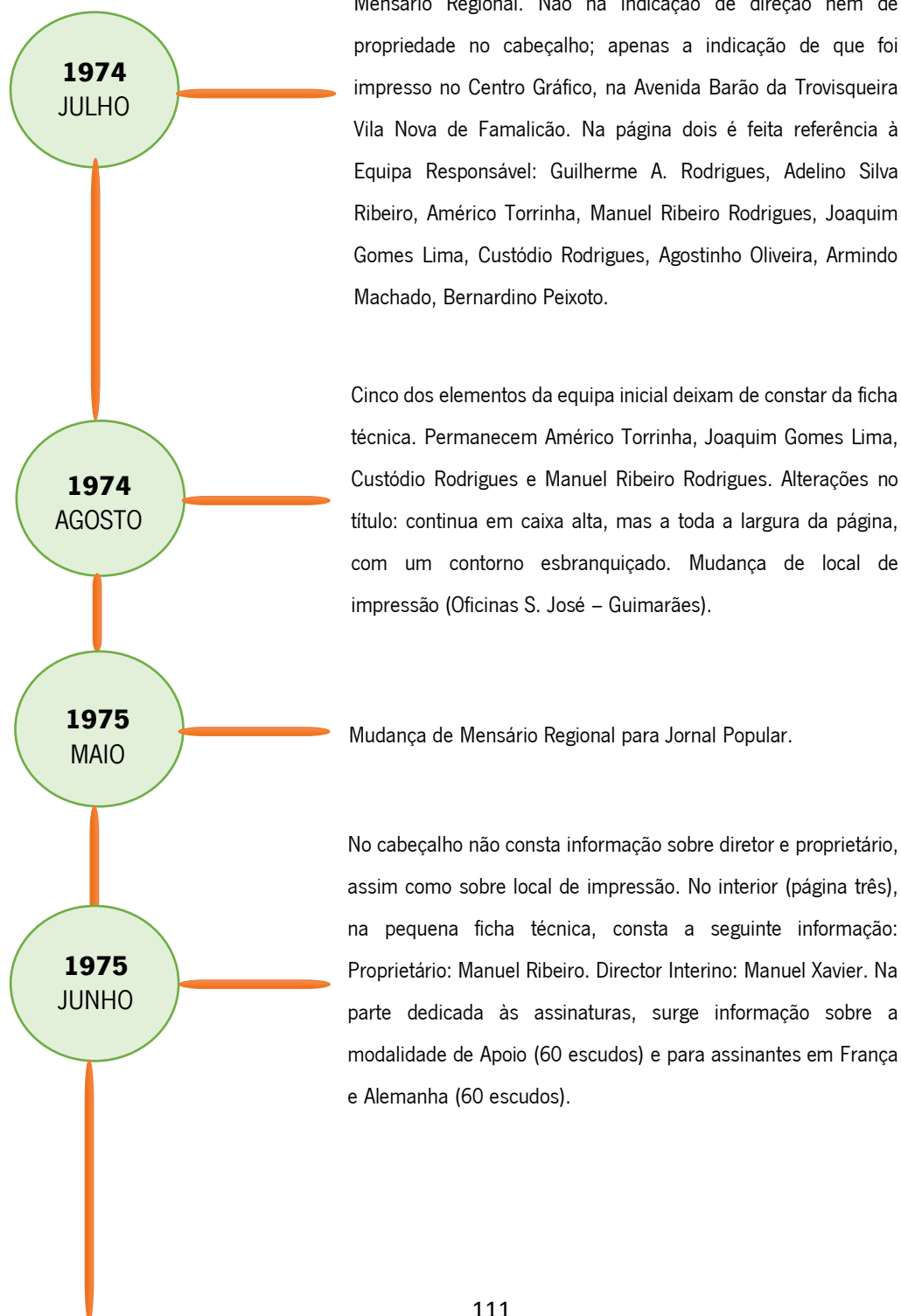
FORMATO

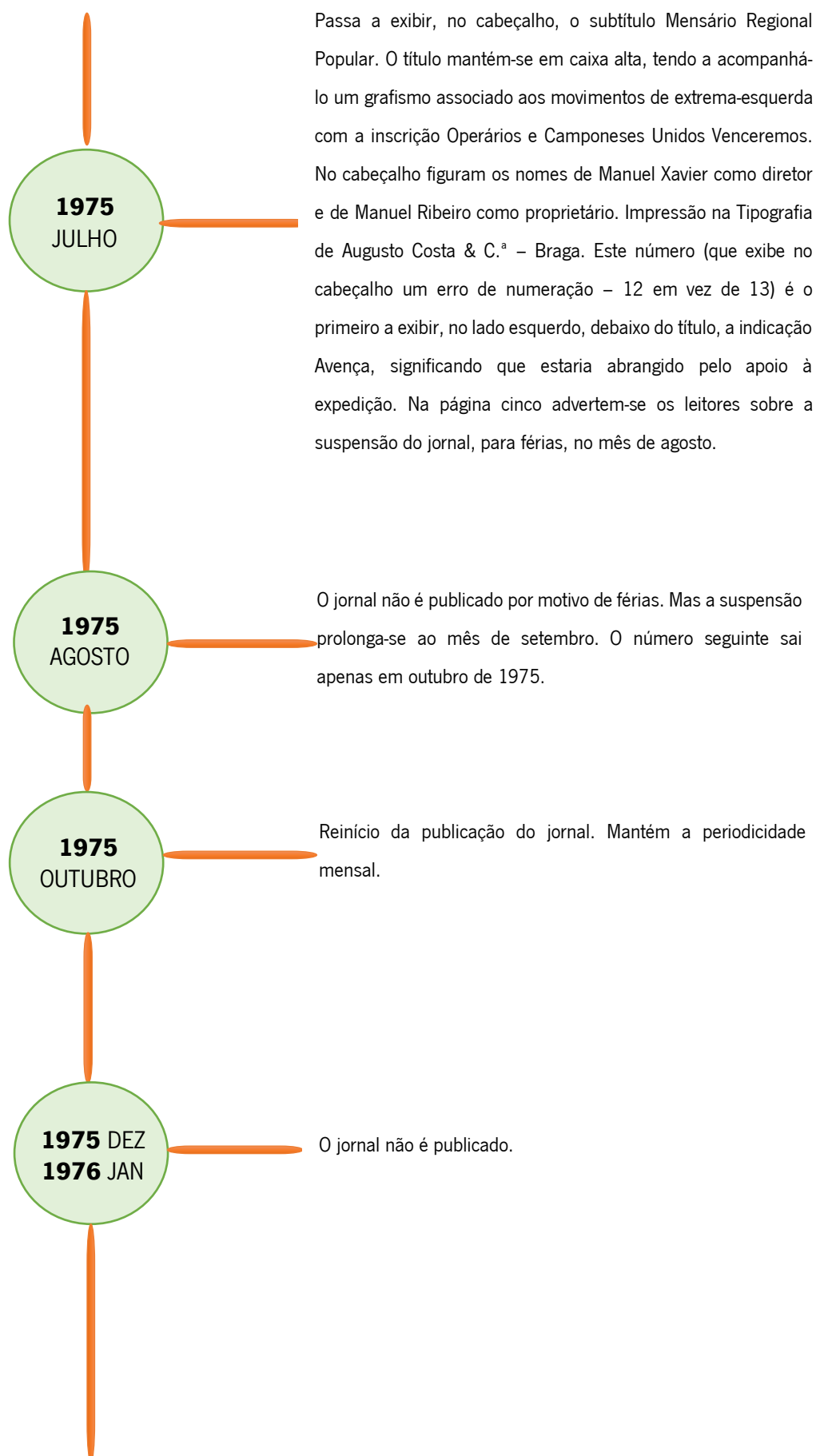
30 cm. Páginas: 10, 8, a duas colunas.

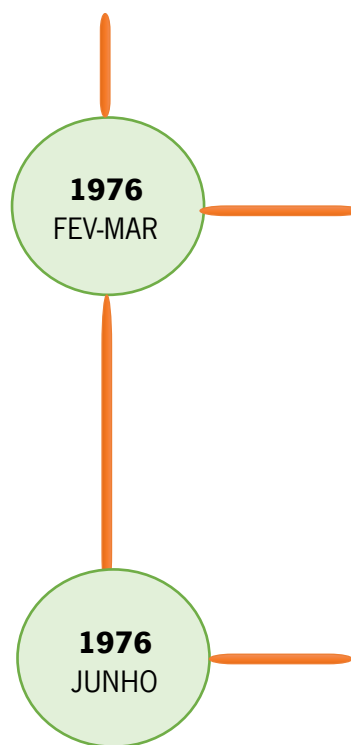
ASSINATURAS

Continente – Ano: 40 escudos. Semestre: 20 escudos. Trimestre: 10 escudos. Avulso: 2,5 escudos.

9. Cronologia







Reinício da publicação. Bimensal. Na primeira página publicam-se os estatutos do jornal. Não há explicação para a interrupção de dezembro de 1975 e janeiro de 1976. Analisando o conteúdo é possível descortinar uma possível explicação: na página 6, com o título *Ergamos o jornal*, dá-se conta do ataque de que foi vítima o *Perspectiva* no âmbito da onda de violência no Minho, com ataques a sedes do PCP, sindicatos e forças de esquerda. No ataque à redação do jornal foram destruídos jornais, livros e a máquina de escrever.

Última edição. Não há nenhuma informação sobre suspensão da publicação do jornal. O editorial, na primeira página com continuação na terceira, centra-se nos resultados das eleições legislativas realizadas a 25 de abril, e na defesa da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho às Presidenciais desse ano (27 de junho), em nome dos trabalhadores e contra Ramalho Eanes.

CONCLUSÃO

Quem já passou pela experiência sabe que é um lugar-comum dizer-se que quando termina a construção de uma casa é quando ela deveria começar. Porque ao longo do processo de edificação surgem novas ideias, diferentes e mais inovadoras técnicas construtivas, revolucionários modelos de caixilharia, novas leituras estéticas para o interior, sistemas mais proficientes para a climatização e um número não despidendo de outras novidades que ofuscam as anteriores. No caso desta dissertação de mestrado acontece algo muito semelhante: aqui chegados estabelece-se a dúvida sobre se este e aquele capítulo não deveriam ter seguido um outro caminho e apontado outras hipóteses, se não poderiam ter sido aparadas, ou até eliminadas algumas arestas, incluídos outros autores, consideradas outras referências bibliográficas.

Na fase de redigir a conclusão, olhando para trás, para os meses de pesquisa e leituras, de planeamento e escrita, num contexto de escassez de tempo – um primeiro impulso é o de pensar que hoje teria feito o trabalho de forma diferente. A fase de preparação e planeamento, mas principalmente a de escrita. O pragmatismo e o respeito pelas regras e prazos, e porque manda a sensatez que nos imponhamos uma versão final, acabam por restabelecer a ordem natural e necessária das coisas. Que se faça, pois, o imprescindível remate.

A parte angular deste trabalho é o jornal *Perspectiva*, projeto amador depositado como *memorabilia* nas brumas da memória de cinquenta anos, aqui usado para fazer incidir a luz na questão do trabalho e dos trabalhadores. Mais concretamente na perigosa elisão de um conjunto significativo de cidadãos dos mecanismos de representação político-partidária, e de igual modo para a sua apresentação frequentemente caricatural no sistema mediático. Desenvolvi esta relação na parte introdutória: a desfocagem da classe trabalhadora das agendas político-partidárias conduz à sua transferência para propostas extremadas. Basta atentar na grande massa de precários (o precariado, na terminologia de Guy Standing), “produto” do modelo neoliberal baseado na eficácia absoluta dos princípios de funcionamento do mercado. A flexibilidade laboral e a transformação dos trabalhadores em empresários em nome individual criaram uma massa global de milhões de pessoas sem estabilidade laboral, recetivos às vozes agressivas que apregoam soluções fáceis.

Este trabalho é composto por três capítulos principais e um introdutório, a que dei o nome de Perspectivas. Na Perspectiva 1 apresentei uma linha de acontecimentos marcantes relacionados

com a via-sacra que foi a história dos movimentos operários. De igual modo recordei as principais etapas do igualmente acidentado percurso dos jornais operários. Refiro, com base numa extensa bibliografia, a especificidade dos operários do Médio Ave (concelhos de Famalicão, Guimarães e Santo Tirso), caracterizados como desconfiados da ação subversiva e dos sindicatos, mais dóceis e submissos em resultado da prevalência do modelo de complementaridade entre o trabalho na fábrica e no campo. Essa bonomia, no entanto, como refiro, não impediu centenas de protestos e greves ao longo do século XX. Na segunda Perspectiva centrei-me na delimitação geográfica e cronológica, com epicentro em Joane, e o período de 1974 a 1976, marcado por um recrudescimento dos movimentos operários, ocupações de fábricas e episódios de violência, principalmente contra sedes do PCP, e que afetaram, também, o jornal *Perspectiva*. Por último, como estudo de caso, procedi à análise do jornal *Perspetiva*, uma opção não isenta de razões sentimentais.

Na parte introdutória, o meu objetivo foi o de relacionar o apagamento das classes trabalhadoras e o crescimento de forças de extrema-direita, numa prova inequívoca, por outro lado, da importância que o trabalho continua a ter nas sociedades.

O TRABALHO

Em junho de 2023 uma mulher de 57 anos, empregada de um “call center” espanhol, morreu no seu local de trabalho. O delegado da Prevenção de Riscos Ocupacionais da Confederação Geral do Trabalho, ao chegar ao local, deparou-se com polícias a rodear o corpo, enquanto quatro outros trabalhadores atendiam as chamadas normalmente. Alguns operadores, chocados com a morte da colega, tinham abandonado o local; outros, porém, optaram por questionar os superiores: as ordens eram para prosseguirem o trabalho por ser considerado essencial, caso contrário haveria lugar a despedimento. Também em Espanha, em 2013, um jovem português de 17 anos matou um colega de trabalho, de 53, para lhe ficar com o lugar na empresa. O jovem estava a fazer um estágio como soldador e aproveitou um intervalo para estrangular o colega e assim garantir uma vaga para ser admitido a tempo inteiro.

No primeiro caso a trabalhadora soçobra à pressão frenética e às condições opressivas de extrema competição e de precariedade num centro de telemarketing: o rendimento tem ligação direta com a performance, e nesse sentido a competição é exponenciada. O segundo evidencia uma variação

laboral do darwinismo, presente na prevalência do mais forte e mais determinado na luta para prover ao sustento na selva das sociedades modernas. Se os dois casos evidenciam até que ponto pode ir a competição no contexto laboral, e como o trabalho é um mecanismo de inserção numa sociedade capitalista que dá sinais de poder retroceder, paulatinamente, a um novo estágio inicial de liberalismo em que cada um se provê a si próprio, nenhum deles ultrapassa a claustrofobia laboral-social do caso Romand.

Em França, em 1993, Jean-Claude Romand passou por ser, durante mais de dez anos, médico da Organização Mundial de Saúde, em Genebra. Passava temporadas fora de casa, na estrada e em parques de estacionamento de estações de serviço, quando não em falsas missões médicas em países do terceiro mundo. Vivia com o dinheiro que lhe era confiado pelos pais e amigos para alegados investimentos seguros na Suíça. Os amigos credores, que descobriram, entretanto, a sua vida ficcionada, começaram a pressionar para reaverem o dinheiro. Encurralado, sem dinheiro e prestes a ver desmascarada a fachada profissional da sua vida, Romand, então com 38 anos, decide executar toda a sua família: primeiro a mulher, depois os dois filhos e por último os pais.

A realidade aqui compilada reúne o livro de estilo das tragédias que tanto atraem quem faz e quem consome filmes e livros. E o caso Romand teve, além de um livro, pelo menos duas versões cinematográficas. Na do realizador Laurent Cantet (1961-2024), datada de 2001, sobressai um retrato denso, psicológico, questionando a inclusão do homem na máquina social e de trabalho de forma tão intensa que, no caso, faz com que construa uma nova identidade, mais consentânea com a integração como elemento produtivo na sociedade. O título do filme sintetiza quer a importância do trabalho quer essa inserção e opressão social: *O Emprego do Tempo (L'Employ du temps)*.

Estes três casos sintetizam a importância do trabalho: como meio de sobrevivência, como mecanismo de valorização profissional e pessoal, mas também como inevitável caminho a percorrer, em muitos casos sob fortes pressões, concorrência e precariedade.

O JORNAL *PERSPECTIVA*

Um mensário regional e popular, norteado, ainda que editorialmente não assumido, por uma linha ideológica de cariz maoista e marxista-leninista defensora da democracia popular; um jornal

desprovido de meios técnicos e humanos, sediado numa freguesia conservadora, não pode ser analisado como se fosse um diário de referência de âmbito nacional. Tive em linha de conta esta premissa na Perspectiva 3 dedicada ao estudo de caso. Segui uma via interpretativa e de contextualização tendo como fonte primária principal as edições do jornal, fazendo uma relação entre os seus conteúdos e a hiperativa e frenética sucessão de acontecimentos que marcam o período de 1974 a 1976. Na análise dedicada ao jornal *Perspectiva*, tendo por base documental as suas dezoito edições, dei particular atenção à forma de organização dos conteúdos e às circunstâncias em que surgiu, desenvolveu e cessou a sua atividade – neste caso sem nenhuma informação documental justificativa. Acredito que futuramente possam surgir outros trabalhos do tipo monográfico sobre o jornal, que permitam o necessário destaque.

Tive como preocupação apresentar o jornal enquanto exemplo de ativismo juvenil de um tempo basilar e fundamental da história contemporânea portuguesa. Mais do que avaliar a correção do estilo jornalístico realcei as ideias de mobilização dos milhares de operários das fábricas locais. Por outro lado, valorizei, principalmente, o jornal enquanto fonte histórica de um tempo concreto, mas também como exemplar de um ativismo popular, ideológico também, mobilizador, considerando-o não apenas conjuntural, mas atual. Tal opção consubstancia, por outro lado, a recusa de olhar para o jornal em estudo como se olha para as casinhas e palhotas do Portugal dos Pequeninos: com paternalismo, com bonomia, vendo nele uma manifestação de um ativismo irrepetível, sintetizado na frase “foi um produto do seu tempo”. Mais do que o jornal, este ativismo eivado de uma crença na capacidade de mudar o mundo, de fazer pender a balança para o lado dos que ocupam a base, não jaz morto.

O clamor por melhores salários que percorre praticamente todas as dezoito edições do jornal, não se distingue (talvez apenas no estilo) das intervenções que hoje são protagonizadas por sindicatos, comissões de trabalhadores, grupos informais, tanto no setor público como no privado, e têm a mesma pungência das vozes de homens e mulheres que, nas reportagens televisivas ou de jornais, denunciam a impossibilidade de viver com o salário do trabalho.

A insurgência dos ativistas do *Perspectiva* contra a injustiça e desigualdade espelha-se nas posições contra a concentração de riqueza num grupo minoritário assumidas não só por estruturas de corporativismo laboral, mas também por organizações institucionalizadas. A falta de condições no local de trabalho, que persiste, a paridade salarial, não apenas teórica e discursiva, que teima em não se efetivar, a indistinção entre tempo de trabalho e tempo de lazer e de família, que se

afirma cada vez mais em nome de modelos competitivos – tudo isto contradita o selo de arcaísmo apostado quer ao projeto de jornalismo amador quer a esse tempo marcado pela prodigalidade dos movimentos populares e das lutas laborais.

O jornal *Perspectiva* impôs-se como principal impulsionador deste trabalho, sendo as explicações tanto circunstanciais como sentimentais, mas em grande medida assentes na pertinência que entendo existir neste exemplo de ativismo juvenil e de proselitismo político em contexto de revolução. A defesa da dignidade dos trabalhadores e do trabalho que se pode ler nas edições do jornal não é arqueologia, como procurei evidenciar ao longo desta dissertação. De facto, temas mais ligados ao passado tendem a ser encarados como arqueologia a evitar ou que devem permanecer acantonados na área da História. Proletariado e operários são artefactos; o mecanismo taylorista-fordista glutão de Chaplin fez sentido num tempo próprio, não agora que a sociedade se “digitaliza” e busca o homem novo artificial e inteligente; a tecnologia imparável conduziu à obsolescência do trabalhador como pequeno elemento da máquina complexa do trabalho fabril – eis os veredictos que querem impor-se com a mesma incontestabilidade com que alguns pensadores decretam as mortes da ideologia e da História.

Ao longo deste trabalho, sem ser o seu objetivo central, notei que, a contracorrente, o tema das lutas operárias e do papel de quem vive da força do trabalho ainda não fossilizou e tem resistido à ofensiva de quem os quer sentenciar ao cadafalso. Neste ponto creio ser pertinente uma adaptação livre do paradoxo da última carruagem lembrado por Daniel Innerarity. Num certo país as autoridades ferroviárias, após terem descoberto que a maior parte dos acidentes afetava especialmente a última carruagem, decidiram suprimi-la em todos os comboios. Como se, eliminando a última carruagem, os acidentes deixassem de ocorrer. Acontece o mesmo com a política: perante a evidência de maus políticos e más políticas, o instinto primário populista é o de defender a eliminação de toda a classe política. De igual modo, a defesa de sociedades sem desigualdade ou com desequilíbrios mais esbatidos não desaparece decretando-se o fim da História e das Ideologias, como se apagando uma visão alternativa de sociedade desaparecessem da face da Terra as movimentações em seu nome.

Tal como Piqueras, entendo que as novas expressões de desigualdade, de exploração e exclusão dos mais desfavorecidos da sociedade de bem-estar, funcionam como apelos a um retomar da história. Não é crível, tendo presente o que escreve Marcel Van der Linden, que os conflitos de classe diminuam. No que toca à mobilização dos trabalhadores e ao reconhecimento da sua

dignidade, nomeadamente por parte dos partidos, a longo prazo é possível a reposição de um certo otimismo. Paradoxalmente, apetece convocar Orwell e a ambiência de “1984” para reforçar o otimismo de Linden: “Se alguma esperança resta está nos proles. Os proles, se de algum modo chegassem à consciência da sua própria força, não precisariam de conspirar. Bastava-lhes erguerem-se e sacudirem-se como um cavalo sacode as moscas.”

ANEXOS

ANEXO 1

PERSPECTIVA
MENSÁRIO REGIONAL
MÊS DE JULHO N.º 1 — ANO I

Composto e impresso no
CENTRO GRAFICO
Avenida Barão de Tróvão, 387
TELEF. 93304 VILA NOVA DE FAMALICÃO

Os operários roubam os patrões?

Todos falam em aumentos de salários. Todos os operários apresentam as suas reivindicações. Uns querem um aumento com o salário mínimo de 6 000\$00 mensais. Outros acomodam-se com aquilo que o patrão muito «generosamente» lhes dá. No entanto há certas pessoas que ouvem falar em 6 000\$00 mensais de salário mínimo e assustam-se: «Como poderão ganhar 6 000\$00 mensais? Eles são malucos, isso é muito dinheiro! Isso seria roubar o patrão».

Essas pessoas com certeza não se lembram que existem outros trabalhadores a ganhar 15, 20 e 30 000\$00. Para essas pessoas, esse dinheiro não é muito.

«Eles merecem-no!» São os responsáveis pela produção da fábrica. Por conseguinte têm de ganhar muito dinheiro.»

Pois, são como que os guardas de chicote na mão, obrigando os operários a produzirem mais, mais e sempre mais. Não importa como. Mas é necessário aumentar a produção dia para dia. É essa a missão deles dentro da empresa. E pronto. Chegam ao fim do mês e metem os tais 15, 20 e 30 contos ao bolso.

Quando é que nos consciencializamos que somos todos seres humanos? Quando é que estaremos conscientes de que, nós os operários, valemos tanto como

(Continua na página 2)

JOANE

- Ciclo em Outubro
- Iluminação Pública
- Estradas

Com mais de 5 mil habitantes, Joane debate-se com problemas de várias ordens: ciclo, iluminação e abertura de estradas estão neste momento em primeiro plano.

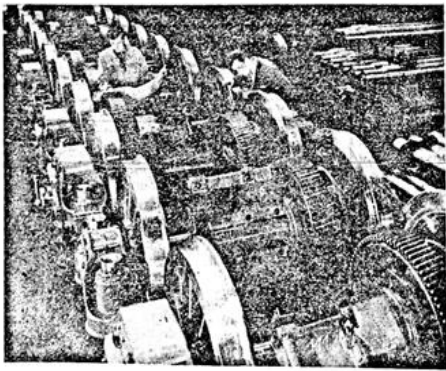
Acerca destes problemas mais importantes abordou-se o Presidente da Junta de Joane.

Ciclo em Barreiros

O edifício para o Ciclo Preparatório será construído na parte superior do Campo de Futebol de Barreiros. A obra estava prevista para o ano findo, de 1973. Somente, contudo, em 1974 se poderá falar na hipótese de um funcionamento real.

Burocracia, desleixo, processos em vão, estão na base da não concretização da obra. Entretanto uma coisa é certa: grande quantidade de alunos ficaram sem acesso ao grau mínimo de escolarização.

(Continua na última página)



Não somos nós que precisamos do patrão..

Ainda neste número :

- Pedida a demissão do Bispo de Braga (pág. 2).
- Mabor: Luta aberta por aquilo que nos pertence (pág. 3).
- Moçambique: A luta pela libertação total (págs. 4 e 5)
- Joane: Eleição da Comissão Administrativa (pág. 8).
- Riopole: Da Greve à Festa das Flores (págs. 6 e 7).
- Somelos: São urgentes melhores condições de trabalho (pág. 8).

Anexo 1

Perspectiva, n.º 1, julho 1974

PERSPECTIVA

AGOSTO — 1974

MENSÁRIO REGIONAL

N.º 2 — ANO I

Em Delães, na eleição do Sindicato Têxtil: Momento de luta contra a exploração capitalista

No dia 28 de Julho deste ano, realizou-se em Delães a eleição do Sindicato Têxtil de Famalicão.

A evolução sindical no sector têxtil, começou sobretudo com a tomada do Governo pelas Forças Armadas, ou seja, quando ao trabalhador é permitida uma participação activa no Sindicato.

A história é breve. Após o 25 de Abril aparece um grupo de trabalhadores na chefia do Sindicato.

«Nós, depois do 25 de Abril, entramos para aqui de empurrão. Todos os rapazes que entraram ninguém tinha experiência de Sindicato. Eram rapazes simples e sem experiência. Logo começaram a chover mil e uma exigências aqui no Sindicato...».

Em reunião efectuada em 4 de Julho ficou decidido levar a cabo a eleição do Sindicato no dia 28 de Julho. Independentemente do processo como se desenlaceou

AINDA NESTE NÚMERO:

- A vitória dos Operários da Mabor (pág. 2);
- O Sindicato Têxtil ao encontro dos seus Associados (pág. 2);
- Carta que pede Justiça (pág. 3);
- O Jornal «A Ordem» (pág. 3);
- Guiné: da Libertação à Reconstrução Nacional (págs. 4 e 5);
- Regulamento do direito de reunião (pág. 6);
- Trabalhadores Cristãos denunciam situações que degradam o Homem (pág. 7);
- Nós Trabalhadores e nossa vida (pág. 8);
- Burgueses, Capitalistas, Operário (pág. 8);
- Quadras (pág. 8);

EDITORIAL

Saldo o 1.º número do jornal «PERSPECTIVA», iremos agora falar um pouco deste mensário regional.

Primeiro que tudo diremos que «PERSPECTIVA» é um jornal apartidário, isto é, não é órgão de nenhum partido. Não obedece às leis fixas de qualquer doutrina política.

É um jornal feito por trabalhadores. Por aqueles que mais directamente sentem no corpo e na alma a exploração e as injustiças da sociedade capitalista. E por isso nos propomos lutar contra esta exploração e estas injustiças.

É destinado a ser um jornal dos trabalhadores e do povo desta região. Um jornal para consciencializar, defender e apoiar a luta e a cultura popular.

Por isso é necessário a colaboração activa dos operários e camponeses para que «PERSPECTIVA» possa ser um jornal de todos nós.

a eleição (isto já se fazia antigamente no regime de Salazar), o certo é que os trabalhadores são chamados pela primeira vez a tomar parte activa no seu Sindicato. A partir daqui é aos operários que pertence o papel que poderá vir a ter o Sindicato na luta diária pelos direitos que aos trabalhadores pertencem.

UNIDADE DOS TRABALHADORES

Em Delães, na eleição do Sindicato, estiveram os trabalhadores. Uns contestando a forma antiquada dos métodos eleitorais. Outros apoiando com a sua votação uma eleição ao serviço da classe.

Este é o momento mais alto da luta dos trabalhadores têxteis contra a opressão fascista e a exploração capitalistas.

Independente desta ou daquela lista eleita, da fusão de listas a favor duma lista única (lista A), actualmente pertence à classe operária têxtil de Famalicão, tomar consciência dos problemas que os afectam e formar uma frente unida contra uma exploração de que são vítimas.

O Sindicato é dos trabalhadores e não duma lista eleita. Todo e qualquer programa duma lista (reivindicações) só terá validade se esse programa corresponder aos interesses dos operários.

Neste momento, com a eleição já realizada, é hora

(Conclui na página 2)

Anexo 2

Perspectiva, n.º 2, agosto 1974



Editorial 1.º Comunicado dos Soldados do R. A. L. 1

A primeira grande luta do XI de Março com os soldados dos soldados e todos os militares anti-fascistas do RAL 1. Este comunicado deve servir para todos os soldados e manifestar a parte toda a Povo português.

COMUNICADO DO RAL 1 AO POVO

«A todos os soldados e marinheiros, camponeses e operários, a todos os militares anti-fascistas, democratas e a toda a Povo!»

O criminoso estado fascista dos- todos os militares do RAL 1, veio a demonstrar que não são os camponeses nem os operários a maioria que estão os oficiais fascistas e marinheiros ao lado dos soldados e im- punitos de preparar a contra-revo- lução para eliminar os camponeses e marinheiros populares revolucionários.

Comunicado: o criminoso ataque fascista do RAL 1, começou no dia 24 de março de 1974, contra a Povo português, depois que os fascistas não conseguiram, para isso, a sua maioria e por isso querem continuar a guerra de capitulação e por isso.

Comunicado: enquanto os fascistas continuam a ser tratados negativamente (quando não são à toa): enquanto os partidos fascistas continuam a sofrer igualmente: enquanto a Povo é oprimido e não tem liberdade: enquanto os soldados e todos os militares que lutam contra a revolução fascista não estão em guerra: enquanto os po- líticos fascistas, todos os militares do Povo, aque- lelos camponeses, a Povo continua a sofrer de mais e mais opressão e dor.

Assim, comunicamos a todos os soldados do Povo. Os soldados e todos os militares anti-fascistas cal- culam sempre estar ao lado da burguesia e contra



OS SOLDADOS DO RAL 1

os oficiais fascistas e marinheiros e por isso ao lado de Povo.

Comunicado: os soldados e todos os militares do RAL 1 que estão aqui são: contra o fascismo e seu encobrimento, comunicamos agora com mais força uma luta contra os fascistas e oprimidos.

(Continua na página 2)

Anexo 3

Perspectiva, n.º 9, março 1974

PERSPECTIVA

JOANE—VILA NOVA DE FAMALICÃO
MAIO—1975 JORNAL POPULAR—Página 2150 N.º 11—ANO 1

EDITORIAL

Trabalhadores e as Eleições

Já lá vai um mês a partir das eleições. Nossos trabalhadores já devem ter convenientemente feito uma breve análise sobre os resultados eleitorais. Ora se formos a ver esses resultados, mais de 50% do Forno Português votou em partidos de esquerda socialista ou em partidos ditos socialistas. Houve alguns que votaram em branco e os restantes, para além dos que se absteram, que

(Continua na página 2)



CARIDES: Os Operários lutam por melhores salários (Ler na página 8)

VERMOIM: Na SAFIL os operários não desistem

Desde há muito tempo que os trabalhadores da SAFIL vêm sofrendo ataques de castigos e despedimentos por parte dos patrões.

O primeiro despedimento deu-se com a camarada operária BINA. Estava a trabalhar e recebeu a notícia sem mais nem menos que só trabalharia até ao próximo fim de semana. Os patrões alegaram para este despedimento que já estava despedida desde o ano passado. São estas as desculpas lá, que os patrões da SAFIL utilizam para poderem despedir as pessoas quando querem e lhes apertar.

Depois de despedida a operária, com o apoio dos colegas de trabalho, vêm quasi as melhores formas para que regressasse ao trabalho, visto o trabalho ser um direito para todas as pessoas. Virmos em conjunto que apoiar dos patrões a despedirem, ela entrou novamente ao trabalho, não tendo em conta aquilo que os patrões lhe disseram.

E com isto, na segunda-feira, esta nossa camarada entrou na fábrica como se nada tivesse acontecido, acompanhada do seu colega. Mas eis que acontece o que já estava previsto. Quando estava junto das máquinas para trabalhar, os empregados foram mais uma das suas estranhas acções. Agarraram a camarada pelos braços a ponto de a magoarem. Mas a sua luta pelo direito ao trabalho dentro da fábrica foi tal que não saiu e continuou a trabalhar.

O «LINDO» PAPEL DO SINDICATO

Passados dois dias (quarta-feira) chegam os nossos dirigentes do Sindicato. A sua primeira função, visto que desde há muito tempo do lado dos trabalhadores, foi convocar uma assembleia geral de 2 horas com os patrões. Depois da elucida conversa com os patrões firma-se com a operária o no tempo de 10 a 15 minutos resolveram o problema, dizendo à operária que na sua luta foi grande, mas que não devia mais

(Continua na página 2)

AINDA NESTE NÚMERO:

- Acabamos com os escovas; Empresa Ribeiro da Silva — Os abusos não da acabar (Pág. 3).
- Terroristas do C. D. S. à solta; RIODELE — Nós não queremos «mistura» reacção (Pág. 4).

- Camarada fulminante assassinada nos braços pelo pão; Desemprego um mal do Capitalismo (Pág. 5).
- Resposta ao comunicado testista da Gardênia da Carides (Pág. 6).
- A greve na Carides (Pág. 8).

Anexo 4

Perspectiva, n.º 11, maio 1975

PERSPECTIVA

Preço avulso 2850 JOANE — VILA NOVA DE FAMALICÃO **Avanço**

OUTUBRO — 1975 **MENSÁRIO REGIONAL POPULAR** **N.º 14 — ANO II**

Comp. e imp. na tip. Augusto Costa & Ca, Lda — Braga • Director: Manuel Xavier — Propriedade: Manuel Ribeiro

EDITORIAL

Situação do jornal "PERSPECTIVA,"

Muita gente, sobretudo os leitores do jornal «Perspectiva», nos tem perguntado porque é que o jornal não tem saído nestes últimos tempos.

Para acabar com todas as dúvidas que têm surgido, algumas delas até com más intenções por parte daqueles, claro, que não estão interessados em que o jornal saia, nós sentimos o dever de explicar a presente situação do jornal. É que um jornal Popular não há segredos para os leitores.

A situação presente é duma real desorganização que, no entanto, se está a tentar pôr termo (superar).

* Onde se vê esta desorganização?

Exteriormente ela vê-se na não saída do jornal em Setembro, para a qual contribuiu, contudo, essencialmente uma justa greve progressiva que surgiu naquele momento na Tipografia. Existem, no entanto, dentro do jornal problemas reais que é importante discutir e resolver com os leitores.

Assim, dentro do jornal, a desorganização vê-se na existência de divergências ideológicas (diferentes ideias) nos elementos ligados ao «Perspectiva»; vê-se numa menor participação activa de alguns elementos desde há muito tempo ligados ao jornal «Perspectiva».

Tudo isto veio prejudicar o normal andamento dos trabalhos necessários à vida do jornal.

* Porque se chegou a esta situação?

Como é fácil a todos perceber, num jornal partidário como é o «Perspectiva», aparecem quer queiramos quer não, pessoas de vários partidos e com ideias políticas diferentes umas das outras, em ordem à resolução dos problemas do Povo.

Mas o mal não é as pessoas terem ideias diferentes umas das outras, o que aliás até é bom; o mal é que nunca houve dentro do jornal uma discussão correcta para que estas divergências fossem ultrapassadas. E assim, algumas reuniões acabavam até com um ambiente um pouco pesado.

(Continua na 2.ª página)

A.M.I.: 5 contos de salário mínimo
TRABALHADORES: 5 contos
SOLDADOS: 150\$00

Está a ser formado pelo Governo um autêntico exército repressivo, um autêntica polícia de choque. E para controlar isto que dissemos basta lembrar que o pessoal para esta tropa (A.M.I.) é recrutada entre os ex-comandantes e há quem diga que o E.L.P. (exército terrorista em Espanha) esteja metido pelo meio.

(Continua na 2.ª página)

Os Fascistas levantam a cabeça

O nosso país atravessa neste momento, uma crise difícil, que pode pôr em perigo as liberdades que os trabalhadores hoje possuem e conquistadas à custa de muitos sacrifícios.

Os principais responsáveis por estes acontecimentos graves, são os partidos fascistas e burgueses que apoiados pelos grandes patrões e pelo imperialismo procuram atirar de novo o povo, para os tempos negros de Salazar e Marcelo. Eles procuram aproveitar-se do justo descontentamento de muitos trabalhadores, principalmente camponeses, que fartos de promessas, fartos de exploração, fartos da vida cara não compreenderam ainda que a solução não é voltar para trás, mas é sim caminhar sempre em frente, na luta



pela liquidação definitiva dos exploradores e opressores do povo, lutar por uma sociedade em que todo o poder pertence ao povo e pelo povo é exercido.

Nós, os operários, os camponeses, as massas mais pobres do povo nada temos de bom a esperar desses vampiros exploradores fascistas, que sempre viveram do nosso suor e dos nossos sofrimentos.

Eles, os ricos, os grandes patrões e grandes proprietários, é que são os verdadeiros culpados pela nossa vida de fome e de exploração. Esses não têm o direito de vir falar hoje em liberdade e democracia, quando ontem eles eram os agentes cúmplices dos crimes que contra nós trabalhadores, eram cometidos.

(Continua na 2.ª página)

Anexo 5

Perspectiva, n.º 14, outubro 1975

PERSPECTIVA

Preço avulso 2950 JOANE — VILA NOVA DE FAMALICÃO Avença

FEVEREIRO-MARÇO — 1976 MENSÁRIO REGIONAL POPULAR N.º 16 — ANO II

Comp. e Imp. na Tip. Augusto Costa & C.ª, Lda — Braga • Director: Manuel Xavier — Propriedade: Manuel Ribeiro

EDITORIAL

ESTATUTOS DO JORNAL
«PERSPECTIVA»

LINHA IDEOLÓGICA:

- 1.º — O Jornal «Perspectiva» é um jornal democrático, popular e regional.
 - a) Democrático, pois procurará orientar-se internamente por métodos de trabalho democrático e colectivos e defenderá intransigentemente a mais ampla democracia para o povo.
 - b) Popular e Regional, pois a sua actividade estará virada para a defesa dos interesses e direitos das massas mais exploradas do povo: os operários e camponeses e em particular os desta região.
 - 2.º — O Jornal «Perspectiva» é apertidário. No seu seio poderão trabalhar todas as pessoas, independentemente da sua filiação partidária ou religiosa, desde que aceitem os estatutos.
 - 3.º — O Jornal «Perspectiva» orienta-se por uma linha política anti-fascista e anti-capitalista, pois considera-se que o fascismo é a forma mais feroz da exploração capitalista e este sistema político é inimigo dos reais interesses dos trabalhadores.
 - 4.º — A linguagem tem de ser clara e compreensível, ligada ao facto concreto e utilizando o mais possível a linguagem do povo.
 - 5.º — O Jornal «Perspectiva» não é um Jornal de vanguarda dos trabalhadores. Acompanhará o processo de libertação dos explorados através das suas lutas e problemas diários e apoiará todas as estruturas democráticas e órgãos de vontade popular (comissões de moradores, trabalhadores e de Bairro, etc.). Procurará, também, fomentar a unidade e organização do Povo para a luta pela sua emancipação.
 - 6.º — O Jornal «Perspectiva» acompanhará o processo político desde que sirva para a libertação dos trabalhadores, no caso concreto, apoiará o Socialismo.
- Esta é a linha ideológica do jornal «Perspectiva».
- Publicamos só esta parte dos Estatutos porque achamos que é a parte mais importante.

AINDA NESTE NÚMERO:

- CARIDES — O GOLPE FALHOU
- QUEREMOS A PREVIDÊNCIA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES
- NOTÍCIAS DA REGIÃO

CARIDES
— O GOLPE FALHOU

Ultimamente, na Carides, os reaccionários avançam a largos passos e, se os trabalhadores continuam divididos, como ultimamente, pois é mais que certo que os patrões voltarão a usar o chicote como no tempo da outra senhora.

A causa de toda esta divisão e confusão é o fruto do trabalho que os patrões e seus cães de trela têm feito para lançar o medo e a repressão sobre os operários, tendo lançado toda uma onda de divisão, pondo trabalhadores contra trabalhadores. E, enquanto esta luta durar, os patrões continuam rindo e manobrando como querem, pois não têm quem lhes faça frente.

Já é altura de todos nós tomarmos consciência das represálias de que somos vítimas, pois as suspensões

(Continua na 2.ª página)

Reforma
Agrária

A destruição da sociedade capitalista passa pela tomada do poder e pelo controle dos meios de produção pelos operários e camponeses, acabando com toda a exploração de que são vítimas, construindo a sociedade sem classes.

E assim que, com o Golpe Militar de 25 de Abril, os latifundiários (grandes proprietários), exploradores do Povo, virem, aos poucos e poucos, o seu reino ameaçado com o justo ódio que os trabalhadores rurais lhes tinham.

(Continua na 3.ª página)

Anexo 6

Perspectiva, n.º 16, fevereiro-março 1976



PERSPECTIVA

Preço avulso 2550

Redacção e Administração: JOANE — V. N. DE FAMALICÃO

Avença

JUNHO — 1976

MENSÁRIO REGIONAL POPULAR

N.º 18 — ANO II

Comp. e Imp. na tip. Augusto Costa & Co, Lda — Braga

Director: Manuel Xavier — Proprietária: Manuel Ribeiro

EDITORIAL

Sobre as Eleições

Em 25 de Abril último realizaram-se as Eleições para a Assembleia Legislativa. Estas Eleições significaram uma grande vitória do povo sobre os partidos fascistas e reacçãoários que viram ir por água abaixo os seus planos para o regresso do negro passado de 48 anos de opressão e miséria.

E os fascistas, antes e durante a campanha Eleitoral, a tudo deitaram a mão para impedir de novo esse regime. Mas nem o terror das bombas, nem as ameaças dos caciques fascistas, nem o uso abusivo dos púlpitos de muitas igrejas, nem a mentira e a chantagem económica por parte de muitos patrões, nem tudo isso impediu que o povo votasse contra o passado, desfazendo as eleições Eleitorais dos vampiros fascistas.

O povo calou assim a boca aos velhos e novos fascismos — CDS's e PPD's e mais as suas alternativas 76, e que outra não era senão a do regresso de todos os patrões que ainda não voltaram, a libertação dos pides e acabar com as liberdades do povo. A alternativa do fascismo escondida por trás do sorriso clínico do Freitas do Amaral.

Se essa vitória do povo fez quebrar a arrogância dos fascistas (que agora até juram respeitar a constituição, quando nas vésperas das Eleições a prometiam rasgar), nem por isso o povo pode deixar de continuar a sua luta e muito menos acreditar nas falsas juras desses vampiros.

Não, todos temos de estar atentos às suas manobras, pois eles vão tentar criar um clima propício para jogarem na luta Eleitoral para a Presidência da República.

Eles vão tentar criar um clima de insegurança nos trabalhadores, através do aumento de desemprego, da sabotagem dos patrões, ameaçar de novo com a CAP, aumentar com a criminalidade e o terrorismo bombista, preparar o caminho para assim apresentarem o seu candidato como da «ordem» e da «paz».

Um Presidente fabricado

Os fascistas confiantes que ganhariam as Eleições para a Legislativa, já tinham escolhido o seu candidato, era o Pires Veloso que eles queriam, era aquele que prometia fazer regressar os patrões sabotadores saneados pelos trabalhadores. por cá

(Continua na 3.ª página)

RIOPELE

A Riopele é uma empresa têxtil com cerca de 4000 trabalhadores, situada em Pousada de Saramagos, Vila Nova de Famalicão.

Como em muitas empresas do país, os operários da Riopele também travaram várias lutas, ganhando algumas e perdendo outras, mas conseguindo tirar alguns frutos destas lutas.

No entanto as discriminações, a repressão e muitas outras injustiças continuam dentro da fábrica. De todas elas distinguem-se principalmente as seguintes:

Transportes:

Nós operários que ganhamos um mísero salário, temos que nos deslocar a pé para o trabalho ou gastar nos autocarros do pouco dinheiro que temos, enquanto que os senhores do escritório e outros que ganham um ordenado muito superior ao nosso, têm autocarro grátis da fábrica, embora tenham os seus automóveis nas garagens.

Higiene:

Existe um mau controle do ar condicionado o qual origina que no inverno passemos frio e no verão calor.

(Continua na 4.ª página)

Por um Ensino popular

O ensino durante o regime fascista e mesmo agora continua a estar única e exclusivamente ao serviço da classe dominante, a burguesia.

Foi este regime político que durante 50 anos a fio colocou o nosso povo na ignorância e no obscurantismo.

Como sabemos a burguesia precisa de dominar todos os sectores da vida política. Se no exército tem os oficiais reacçãoários e fascistas e no Governo os seus Ministros, ela precisa de controlar todas as estruturas para que o conjunto do aparelho lhe garanta a continuação de cada vez poder engrossar mais os seus lucros e em contra partida ter o povo trabalhador subjugado a si.

Neste sector não passa despercebido o ensino.

O ensino sempre foi e continua a ser frequentado por um a grande maioria de filhos de burgueses que passam o tempo a passear os livros, a distribuir

(Continua na 2.ª página)

Anexo 7

Perspectiva, n.º 18, junho 1976

BIBLIOGRAFIA

Alves, Jorge Fernandes. 1999. Fiar e tecer - uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave. Vila Nova de Famalicão. Câmara Municipal.

——— 2005. A Indústria em Vila Nova de Famalicão. Uma perspetiva Histórica, in História de Vila Nova de Famalicão. V.N. de Famalicão. Edições Quasi.

Antunes, Ricardo. 2018. O Privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo. Boitempo.

——— 2013, Os Sentidos do Trabalho, Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coimbra, Almedina.

Bekken, John. 1988. “No Weapon So Powerful”: Working-Class Newspapers in the United States. *Journal of Communication Inquiry*, 12(2), 104–119.
<https://doi.org/10.1177/019685998801200208>

Benjamin, Walter. 1987. Magia e técnica, arte e política. São Paulo. Editora Brasiliense.

Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. 2009. O novo espírito do capitalismo. São Paulo. Martins Fontes.

Bourdieu, Pierre. 1989. O Poder Simbólico. Algés, Difel.

Briggs, Asa; Burke, Peter. 2006. Uma História Social da Midia. De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor.

Brito, J.M. Brandão de (dir). 2001. O País em Revolução. Lisboa. Círculo de Leitores.

Cabral, Manuel Villaverde. 1977. O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910. Lisboa Editorial Presença/Gabinete de Estudos Sociais.

Cadernos MES. 1975. Controlo operário. Poder popular. Edições MES – Movimento de Esquerda Socialista.

Canário, Rui, 2006. A Educação e o Movimento Popular do 25 de abril. *Trabalho & Educação*, vol. 15, n. 2, jul/dez 2006, pp-15-30.

————— 2008. Movimentos Sociais e Educação Popular. Lutas nas empresas, em Portugal, após o 25 de Abril. Revista Perspectiva, v. 26, n. 1, 19-39, jan/jun. Florianópolis. www.perspectiva.ufsc.br

Camerlo, M., Malamud, A., Vaz-Pinto, R. (org). 2020. Ciência Política à Portuguesa – A disciplina contada pelos seus protagonistas. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

Carvalho, Miguel. 2022. Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril. Lisboa. Oficina do Livro.

Castro, Ferreira de. 2018. A lã e a neve. Amadora. Cavalo de Ferro.

Cerezaes, Diego P. 2011. Portugal à Coronhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos Séculos XIX e XX. Lisboa. Tinta da China.

————— 2003. Um caso de violência política: o «Verão quente» de 1975. Lisboa. Revista Análise Social, vol. XXXVII (165), 1127-1157.

Chilcote, RH. 2014. A Revolução Portuguesa – Estado e Classes Sociais na transição para a Democracia. Porto. Edições Afrontamento.

Cordeiro, JML. s/d. As lutas dos operários têxteis da Bacia do Ave, 1956-1974, e algumas questões da história do movimento operário. In Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior. Covilhã.

————— 2009. Ao Serviço do Povo Venceremos: a oposição estudantil nos últimos anos do fascismo (1969-1974). Boletim Cultural, III série, nº 5, pp. 119-158. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Correia, Soldado, Marujo. 1977. MFA Dinamização Cultural, Ação Cívica. Lisboa. Biblioteca Ulmeiro.

Correia, Ricardo. 2021. Eu uso Termotebe e o meu pai também. Lisboa. Artistas Unidos / Snob / Casa da Esquina

Cortesão, L.; Neves, F. 2012. A Marcha da Fome de Pevidém. Memórias de um passado na inquietude do agora. Guimarães Capital Europeia da Cultura.

Costa, Ramiro da. 1979. Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal – 1920-1975. II Volume 1930-1975. Lisboa. Assírio e Alvim.

Costa, Sá da. 2005. A Revolução do 25 de Abril nas Autarquias Locais. Concelho de Vila Nova de Famalicão. In História de Vila Nova de Famalicão. Capela, Marques et al. Famalicão. Quasi Edições.

Crary, Jonathan. 2014. 24/7 - Capitalismo tardio e os fins do sono. Edição digital.

Cruz, Braga da. 2017. O Sistema Político Português. Lisboa. FFMS.

_____. 1996. A Igreja na transição Democrática Portuguesa. Revista Lusitânia Sacra, V série, 8/9 (1996-1997).

Cruzeiro, MM. Revolução, história e memória – O 25 de Abril e os desafios da História Oral. e-cadernos CES [Online], 29 | 2018, colocado online no dia 15 junho 2018, consultado a 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/eces/3431>; DOI: 10.4000/eces.3431.

Cunhal, Álvaro. 2023. A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril (A contra-revolução confessa-se). Lisboa. Editorial Avante!

Dahl, Robert A. 2001. Sobre a Democracia. Editora Universidade de Brasília.

Empoli, Giuliano Da. 2023. Os engenheiros do caos. Lisboa. Gradiva.

Escadas, DDV. 2017. A vida impossível: o movimento operário em Braga durante a I República. Dissertação de Mestrado em História com orientação de José Manuel Lopes Cordeiro. ICS. Universidade do Minho.

Estanque, E; Costa, HA. 2018. Trabalho e desigualdades no século XXI: velhas e novas linhas de análise. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], Número especial | 2018, colocado online no dia 05 novembro 2018, criado a 07 novembro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/7947> ; DOI : 10.4000/rccs.7947

Faria, Emília Nóvoa. 2014. A Imprensa Periódica Famalicense nos séculos XIX e XX. Vila Nova de Famalicão. Edições Húmus.

Fernandes, António José. 2008. Introdução à Ciência Política. Teorias, métodos e temáticas. Porto Editora.

Fernandes, Dalila. 2017. Houve Gente. Contributos para a identificação e preservação da memória do operariado fabril do Vale do Ave. Uma herança da fotografia documental e do design editorial na construção de um livro de fotografia. Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto.

Ferreira, Nuno Moniz. 2017. Vazios Urbanos Industriais. A Génese, a Ascensão, o Apogeu e o Colapso. Paradigma Social, Económico, Patrimonial e Ambiental. O caso do Vale do Ave de Famalicão. Tese de doutoramento. Universidade de Sevilha. Escola Técnica Superior de Arquitetura, Departamento de História, Teoria e Composição Arquitetónicas.

Festi, Ricardo (org). 2023. A Tragédia de Sísifo. Trabalho, capital e suas crises no século XXI. São Paulo. Paco Editorial.

Figueira, João. 2005. Os jornais como atores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Figueira, João; Gomes, Pedro Marques. 2021. O jornalista na Revolução de Abril: um profissional novo em construção. Revista Mediapolis. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_5

Fontes, Jorge. 2013. O movimento operário na empresa Setenave. Atas do I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 13-15 de março de 2013, FCSH-UNL, Vol. I.

Francisco, Papa. 2020. Fratelli Tutti. Lisboa, Paulus Editora.

Fraser, Robert. 1993. La Historia Oral como historia desde abajo. Revista Ayer, n. 12 La Historiografia. Pp- 79-92. Disponível online: <https://www.istor.org/stable/41408120>

Gomes, Pedro Marques. 2018. Os jornalistas na revolução portuguesa (1974-1975). Revista Brasileira da História da Mídia, vol. 7, nº 2 julho/dezembro.

————— 2020. Jornais e lutas políticas na Revolução de Abril. Lisboa. Revista de História da Sociedade e Cultura. <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/7153>

Gropp, Bruno. 2012. Um olhar sobre os arquivos do movimento operário na Europa. In Arquivos do Mundos dos Trabalhadores. Marques e Stampa (org). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional - Central Única dos Trabalhadores.

Guerra, Álvaro. 1994. A Guerra Civil. Lisboa. Editores Reunidos.

- Halbwachs, Maurice. 1990. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Edições Vértice.
- Han, Byung-Chul. 2022. *Infocracia. La digitalización y la crisis de la democracia*. Buenos Aires. Taurus.
- Harman, Chris. 2002. *A People's History of the World*. Londres. Bookmarks Publications.
- Hesmondhalgh, David. 2017. *The Media's Failure to Represent the Working Class: Explanations from Media Production and Beyond*. Final submitted version of a book chapter published in June Deery and Andrea Press (eds), *The Media and Class* (New York: Routledge, 2017), pp. 21-37.
- Hobsbawm, Eric. 1992. *A Era das Revoluções*. Lisboa. Editorial Presença.
- . 1996. *A Era dos Extremos. História Breve do Século XX – 1914-1991*. Lisboa. Editorial Presença.
- . 2000. *Mundos do Trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- . 2011. *Como Mudar o Mundo?* São Paulo. Companhia das Letras.
- Huxley, Aldous. 2002. *Admirável Mundo Novo*. Porto. Público Comunicação Social, SA
- Ingerson, Alice. *Classes e consciência de classe em Vila Nova de Famalicão*. *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 863-884.
- . 1982. *Uma história cultural e comparada da indústria têxtil no Vale do Ave*. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5.º, 1465-1500.
- Innerarity, Daniel. 2021. *Uma Teoria da Democracia Complexa*. Porto. Ideias de Ler.
- Jalali, Carlos. 2007. *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa. ICS.
- Lázaro, João, 2019. *Associação Internacional dos Trabalhadores em Portugal (1871–1873)*. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 11, pp. 1-19. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2019.e66822>
- Lima, Campos. 1972. *O Movimento Operário em Portugal*. Porto. Edições Afrontamento.
- Lima, Joaquim Gomes. 2018. *Os Empresários da Indústria Têxtil do Vale do Ave: um contributo para uma sociologia da formação do habitus económico*. Porto. Editora Afrontamento.

Lopes, Filipa S. 2004. Momentos da Oposição em Famalicão. Dos finais da década de 20 aos anos cinquenta. Gaia. Editora Ausência.

Lorey, Isabel. 2016. Estado de Inseguridad, Gobernar la Precariedad. Madrid. Traficantes de Sueños.

Louçã, Francisco. 2021. O futuro já não é o que nunca foi. Uma teoria do presente. Lisboa. Bertrand Editora.

Louçã, João Carlos. 2019. Sem amos, ou a ilusão do fim das classes, in O 25 de abril começou em África, pp 240-256. Famalicão. Edições Húmus.

Lourenço, Eduardo. 1979. O complexo de Marx. Ou o fim do desafio português. Lisboa. Dom Quixote.

Lucena, Manuel. 2002. Reflexões sobre a queda do regime salazarista e o que se lhe seguiu. Lisboa. Revista Análise Social vol. XXXVII (162), pp. 7-46.

Machado, César (org). 2012. 25 – Daqui Houve Resistência. Guimarães. Edição Cineclube.

Magalhães, Pedro Tereso. 2012. O problema da representação e a construção do povo: algumas notas sobre a actualidade do debate Schmitt versus Kelsen. Revista de História das Ideias. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI:https://doi.org/10.14195/2183-8925_33_19

——— 2016. A Dupla Ilusão. Revista Universidade Nova.

——— 2014. Horizontes (in)finitos: representação política, tempo e transcendência. Cadernos Mateus Doc – Infinito, 08, Mateus, IICM, pp. 161-171.

Maquiavel. 2009. O Príncipe. Lisboa. Publicações Europa-América.

Marie, Pierre. 2024. António de Spínola e a Democracia Portuguesa. Narrativas sobre o Processo Revolucionário. Revista de História das Ideias, Vol. 42. 2ª Série: 167-186.

Marques, T; Domingues, A. 1987. Breve caracterização do Vale do Médio Ave. Porto. Revista da Faculdade de Letras: Geografia, I série, vol. 3, p. 268-271

Mason, Paul. 2016. Pós-Capitalismo. Lisboa. Penguin Random House.

Matos, José Nuno. 2015. O Operário em Construção. Do empregado ao precário. Lisboa. Deriva Editores.

Monedero, Juan Carlos. 2013. Curso urgente de Política para gente decente. Lisboa. Marcador Editora.

Mónica, Maria Filomena. 1982. A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária: 1850-1934. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Negri, Toni. 2024. Que a eternidade nos abrace. Revista Punkto, edição 41.

Nogueira, P; Martins, D. et al. 2019. Consequências da Revolução Industrial em Guimarães. In Atas do II Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: Sociedade. Vol. III – Cidade Industrial. Câmara Municipal de Guimarães.

Oliveira, A. Lopes de. 1976. Imprensa Bracarense. Braga, Editora Pax.

Oliveira, César. 1973. Os limites e a ambiguidade: o movimento operário português durante a guerra de 1914-18. *Análise Social*, II Série, Vol. 10, nº 40, pp. 679-702. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Pasquino, Gianfranco. 2002. Curso de Ciência Política. Cascais. Principia.

Pereira, João Martins. 1983. No reino dos falsos avestruzes. Um olhar sobre a política. Lisboa. A Regra do Jogo.

Pereira, José Pacheco. 1981. Bibliografia sobre o movimento operário português desde a origem até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980). *in Revista Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981-3. º4. º, 989-1011.

————— 2008. O Um dividiu-se em Dois. Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965). Lisboa: Alêtheia Editores: 165-166.

Pereira, José Santana. 2016. Política e Entretenimento. Lisboa. FFMS.

Perrot, Michelle. 2017. Os excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Perspetiva (jornal). Edições de julho de 1974 a junho de 1976. Números 1-18.

Petersen, Eduardo. 2019. A lei laboral portuguesa no período da democracia constitucional (1976-2011): uma nota essencial, in O 25 de abril começou em África, pp. 273-288. Famalicão. Edições Húmus.

Piketty, Thomas. 2021. Uma Breve História da Igualdade. Lisboa. Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Pinheiro, Magda Avelar (coord). 2020. Indústria e operários nos séculos XIX e XX. Cadernos do Arquivo Municipal, 2ª série nº 13 janeiro - junho 2020. Câmara Municipal de Lisboa.

Piqueras, José Antonio. 1995. O Movimento Operário. Porto. Campos das Letras.

Popper, Karl R. 1993. A sociedade aberta e os seus inimigos. Vol. II. Lisboa. Editorial Fragmentos.

Prélot, M. e Lescuyer, G. 1997. História das Ideias Políticas, Vol I. Lisboa. Editorial Presença.

Rei, Mariana. 2002. Emigrar para “melhorar a vida” no Vale do Ave (anos 1960-1970): economia, valor e tempo. Lisboa. Revista Análise Social, lvii (4.º), 2022 (n.º 245), pp. 796-823. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2022245.08>

Rezola, Maria Inácia. 1994. Católicos, Operários e Sindicatos. Lusitânia Sacra, 2ª série, 6 pp 101-127

Ribeiro, FB; Silva, MC; Carvalhais, IE, et alt (org). 2022. Karl Marx: Legado, Críticas e Atualidade. VN Famalicão. Edições Húmus.

Ribeiro, Luísa; Gonçalves, Eliseu. 2019. Casas e Fábricas no Vale do Ave. As formas do paternalismo industrial na Fábrica do Ferro em Fafe. VN Famalicão. Monografia – Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

Ribeiro, Luísa Sousa, 2017. Os bairros do paternalismo industrial. O caso do Vale do Ave (1900-1974). Dissertação de mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Ricouer, Paul. 2007. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas, Brasil. Editora da Unicamp.

Rodrigues, Francisco Martins. 1999. Abril traído. Lisboa. Edições Dinossauro.

————— (coord). 1994. O futuro era agora. O movimento popular do 25 de abril. Lisboa. Edições Dinossauro.

Sá, Vítor de. 1991. Roteiro da Imprensa Operária e Sindical: 1836-1986. Lisboa: Editorial Caminho.

————— 2021. Fascismo no Quotidiano. Lisboa. Página a Página.

————— 1978. A formação do movimento operário português. Memória de uma repressão. Coimbra. Centelha.

Salgado, Benjamim. 1978. A Igreja do Divino Salvador de Joane. Apontamentos para a sua história. Câmara Municipal de VN Famalicão.

Sandel, Michael J. 2022. A Tirania do Mérito. O que aconteceu ao bem comum? Lisboa. Editorial Presença.

Santos, Boaventura Sousa. 1992. O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988). Porto. Edições Afrontamento.

Santos, MLL; Lima, MP e Ferreira, VM. et al. O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas. S/d. Porto. Afrontamento.

Schmitter, Philippe C. 1999. Portugal: do Autoritarismo à Democracia. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

Schumpeter, Joseph A. 2016. Capitalismo, Socialismo, Democracia. São Paulo. Editora UNESP.

Sclater, Karla Kelling. 2001. The Labor and Radical Press. 1820-the Present. University of Washington. Disponível em <https://depts.washington.edu/labhist/laborpress/Kelling.shtml>.

Silva, Esser Jorge. 2012. Fabricados na Fábrica. Uma narrativa operária no século XXI. Famalicão. Edições Húmus.

Silva, Manuel Carvalho da. 2007. Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização – Reflexões e propostas. Lisboa. Círculo de Leitores.

Sousa, Daniela Sofia Matos. 2016. Reflexões sobre o Património Destruído: A Igreja do Divino Salvador de Joane. Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Área Cultura Arquitetónica, sob orientação do Professor Doutor João Cabeleira. Braga. Universidade do Minho.

- Standing, Guy. 2011. O Precariado, a nova classe perigosa. Lisboa. Editorial Presença.
- Suarez, Miguel Ángel Pérez. 2008. Contra a exploração capitalista. Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975). Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX). Orientador: Fernando Rosas.
- . 2020. A Autogestão no Processo Revolucionário Português de 1974-75. in História do Movimento Operário e Conflitos Sociais em Portugal - Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, pp. 201-231. Pamela Peres Cabreira (org). Lisboa, Instituto de História Contemporânea. 201-231.
- Teles, Luciano Everton. 2020. A Pesquisa Histórica: Análise de Redes Sociais e Imprensa Operária. Revista de História e Estudos Culturais, Vol. 17, ano 17, nº 2. julho-dezembro.
- Tengarrinha, José. 2021. Lutas laborais e formação da classe operária portuguesa. Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Thompson, E.P. 1988. A formação da classe operária inglesa. São Paulo. Editora Paz e Terra.
- Traquina, Nelson. 2004. A Tribo Jornalística. Uma comunidade transnacional. Lisboa. Editorial Notícias.
- Traverso, Enzo. 2012. O passado, modos de usar. História, memória e política. Lisboa, Edições Unipop.
- . 2018. Melancolia de Esquerda: Marxismo, História e Memória. Belo Horizonte, Editorial BRO Global Distribuição.
- Van der Linden, Marcel. 2009. Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100017>
- Varela, Raquel. 2011. A persistência do conflito industrial organizado: greves em Portugal entre 1960 e 2008. Revista Mundos do Trabalho, vol. 3, n.6, julho-dezembro de 2011, p. 151-175.
- . 2014. História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975. Lisboa. Bertrand.
- . 2017. A Guerra das Guerras, a Revolução das Revoluções, 1917. Link: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/ZhFqcRGcdgFTfTwyVJHWL7k/#>

Varela, R.; Della Santa, R. 2023. Breve História de Portugal. A Era Contemporânea (1807-2020). Lisboa. Bertrand.

Valente, Vasco P. 2010. O Poder e o Povo. Lisboa. Alêtheia Editores.

Valentim, Vicente. 2024. O fim da vergonha. Como a direita radical se normalizou. Lisboa. Gradiva.

Volovitch, Marie-Christine. 1982. As organizações católicas perante o movimento operário em Portugal (1900-12). *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.º-4.º-5. pp 1197-1212.

Wheeler, Douglas L. Golpes Militares e Golpes Literários. A Literatura do Golpe de 25 de abril de 1974 em Contexto Histórico. *Revista Penélope* 19-20, 1998, 191-212.
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655743>

Zinn, Howard. 2009. A People 's History of the United States. 1492-Present. New Yor. Harper Collins.

OUTRAS FONTES

Silva, Patrícia. s/d. Vale do Ave: os rostos desconhecidos da industrialização. Dossier documental.
<https://jornalismofluc.shorthandstories.com/vale-do-ave-os-rostos-desconhecidos-da-industrializa-o/index.htm>